



Agatha Alves da Silva

**A implementação da Política Nacional de
Enfrentamento à Violência contra as
Mulheres em contexto local:
Uma análise a partir do Centro de Referência de
Mulheres da Maré - Carminha Rosa**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Ariane Rego de Paiva

Rio de Janeiro
Junho de 2020



Agatha Alves da Silva

**A implementação da Política Nacional de
Enfrentamento à Violência contra as
Mulheres em contexto local:
Uma análise a partir do Centro de Referência de
Mulheres da Maré - Carminha Rosa**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof^a. Ariane Rego de Paiva

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof^a. Lilia Guimarães Pougy

UFRJ

Prof. Antonio Carlos de Oliveira

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Agatha Alves da Silva

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2016. Especializou-se em Saúde da Mulher pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2018. Atuou como assistente social no Centro de Referência Especializado da Assistência Social no Município de Resende, junto a indivíduos e famílias em situação de violência e violações de direitos. Atualmente atua como assistente social no Hospital Estadual Ary Parreiras, localizado no município de Niterói.

Ficha Catalográfica

Silva, Agatha Alves da

A implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em contexto local: uma análise a partir do Centro de Referência de Mulheres da Maré - Carminha Rosa./ Agatha Alves da Silva; orientadora: Ariane Rego de Paiva. – 2020.

170 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Violência de gênero. 3. Políticas públicas. 4. Direitos da mulher. 5. Implementação. I. Paiva, Ariane Rego de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

Às minhas avós Tereza Pamplona Alves da Costa e
Santana Barbosa Silva

Agradecimentos

À vida e sua potência criativa que me fizeram chegar até aqui. Encontrar motivação e forças para me colocar em palavras em determinados períodos dessa trajetória de dois anos e alguns meses não foi fácil. Foi durante um dos seminários da linha de pesquisa da qual faço parte que uma professora leu um excerto de Bell Hooks que me salvou:

Cheguei à teoria porque estava sofrendo, a dor dentro de mim era tão intensa que eu não poderia continuar a viver. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender, querendo entender o que estava acontecendo ao meu redor. Acima de tudo, cheguei à teoria porque queria fazer a dor ir embora. Eu vi, na teoria, um local para cura.

Este excerto de fala me fez lembrar o motivo d'eu ter começado a estudar sobre violência de gênero contra as mulheres durante uma pós-graduação lá em 2016. Lembrei que eu cheguei na minha primeira disciplina que abordava a questão de gênero com a cabeça confusa e o coração triste. Foi ali que eu conheci a prof^a Lília, que acima de tudo, me acolheu. Eu estava quebrada por dentro porque começava a descobrir o quanto as mulheres da minha família já tinham sofrido com esse tipo de violência. Eu descobri que nasci e cresci naturalizando essas violências.

Esse trecho de Bell Hooks que me fez lembrar o que me fez chegar até o mestrado e a razão para continuar. Eu encontrei na teoria uma forma de curar dores históricas da minha família. Estudo pelas minhas avós, Tereza e Santana, mulheres negras, migrantes, que vieram do norte e do nordeste do país para o sudeste em busca de condições dignas de sobrevivência. Mulheres que sofreram inúmeras opressões de classe, de gênero e de raça ao longo de suas vidas. Pobreza, analfabetismo pela ausência de acesso à educação, trabalho doméstico infantil, violência física e psicológica, racismo, dentre outras tantas violações. Estudo pela minha mãe, Claudia, que como filha mais velha sofreu diversas agressões físicas junto com a minha avó Tereza, por não aguentar ver a mãe apanhar. Estudo pela minha tia Clarinda que foi chamada de louca a vida toda após ficar com sequelas neurológicas decorrentes de um parto fórceps e falta de oxigenação no cérebro. Estudo pela minha tia Gorete que sofreu a violência de uma internação psiquiátrica. Estudo pela minha tia Clarice que aos 15 anos engravidou e precisou se casar.

No início eu achava que era só por elas, mas aos poucos fui descobrindo que aquelas dores também eram minhas. Eu estudo, pesquiso, elevo ao nível da abstração uma realidade dolorida que atravessa, sem pedir permissão, a vida de todas nós, mulheres. Mulheres no plural, não como ser social genérico, pelo contrário, estou falando de mulheres com todas as suas diversidades e especificidades. Mulheres que têm classe, que têm cor, que lutam e resistem todos os dias em um contexto social de tantas regressões, retiradas de direitos e barbárie.

Foi assim que eu (re)lembrei a origem do que me fez dar início ao mestrado e a continuar, o que me faz e faz ter paixão pelo o que eu estudo. Agradeço a essas mulheres da minha vida pelo exemplo de força, coragem e persistência que representam para mim. Agradeço a Bell Hooks por traduzir em palavras o que eu sinto aqui dentro, no coração, e por me fazer sentar para continuar escrevendo, não por mera obrigação acadêmica, mas porque eu preciso.

Agradeço também ao meu Pai Luís (ou Lula, para os íntimos) que mesmo cansado depois do trabalho me buscava todos os dias no pré-vestibular comunitário onde eu estudava para que eu não voltasse sozinha, tarde da noite, para casa. Agradeço ao meu companheiro Igor, que participou intensamente deste processo de pesquisa, desde longas madrugadas de conversa sobre os conceitos e teorias que eu estava descobrindo, até às leituras e reflexões sobre este estudo.

Agradeço às minhas amigas que foram minha rede de apoio nessa trajetória, a Bárbara com sua escuta atenta e afetuosa, as minhas colegas de turma Ana Carolina, Elizabeth, Nathália e Cristiane, as meninas do apartamento 301 (república que morei enquanto trabalhava em Resende) por me acolherem de braços abertos na cidade em que eu era recém-chegada, e a Elizângela, minha dupla de trabalho enquanto estive no CREAS. Agradeço também à minha psicóloga Júlia, que foi fundamental no suporte a minha saúde mental.

Agradeço às mestras e mestres que tanto me ensinaram nesse percurso acadêmico. À minha orientadora Ariane pelo carinho com que sempre me tratou, à profª Lília por me acolher e me inspirar em tantos momentos, e ao prof. Antônio pelas suas aulas maravilhosas de pesquisa qualitativa.

À PUC-Rio e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil/Código de financiamento 001), pelo apoio e auxílio concedido.

E por fim, agradeço aos (as) profissionais do CRMM-CR que sempre estiveram dispostos a trocar suas experiências e saberes comigo.

Resumo

Silva, Agatha Alves da; Paiva, Ariane Rego de (Orientador). **A implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em contexto local: uma análise a partir do Centro de Referência de Mulheres da Maré - Carminha Rosa**. Rio de Janeiro, 2020. 170 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo tem como objeto as particularidades na implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres no contexto local, através da atuação do Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa (CRMM-CR), localizado na Vila do João, sub-bairro do conjunto de favelas da Maré, no município do Rio de Janeiro. Considerando a violência de gênero contra as mulheres como um constructo social, histórico e multifacetado que fere os Direitos Humanos das mulheres e gera impactos na vida dessa população no Brasil, o estudo busca identificar como uma política formulada pela esfera federal é implementada no contexto local da Vila do João – Maré. A pesquisa foi desenvolvida a partir da metodologia qualitativa e os instrumentos utilizados para produção de dados foram entrevistas semiestruturadas realizadas com 6 profissionais que integram a equipe do CRMM-CR. Os dados produzidos foram analisados a partir de uma perspectiva interseccional, articulando as três categorias fundantes das desigualdades no modo de produção capitalista patriarcal: gênero, raça e classe. Os principais resultados apontam para a necessidade de ampliar a compreensão sobre proteção às mulheres em situação de violência de gênero, olhando não só para violências domésticas e interpessoais, mas também para as violências estruturais, urbanas e aquelas perpetradas pelo Estado. Destaca-se nesse sentido, o papel fundamental do CRMM-CR como porta de entrada para a PNEVC nesse território e articulador da Rede de Atendimento.

Palavras-chave

Violência de gênero; Direitos da mulher; Políticas públicas; Implementação.

Abstract

Silva, Agatha Alves da; Paiva, Ariane Rego de (Advisor). **The implementation of the National Policy to Combat Violence against Women in a local context: an analysis from the Maré Women Reference Center - Carminha Rosa**. Rio de Janeiro, 2020. 170 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study has as its object the particularities in the implementation of the National Policy to Combat Violence against Women in the local context, through the performance of the Maré-Carminha Rosa Women Reference Center (CRMM-CR), located in Vila do João, sub-neighborhood of the Maré favelas, in the municipality of Rio de Janeiro. Considering gender violence against women as a social, historical and multifaceted construct that hurts the human rights of women and impacts on the lives of this population in Brazil, the study seeks to identify how a policy formulated by the federal sphere is implemented in the local context of Vila do João - Maré. The research was developed from the qualitative methodology and the instruments used for data production were semi-structured interviews conducted with 6 professionals who are part of the CRMM-CR team. The data produced were analyzed from an intersectional perspective, articulating the three founding categories of inequalities in the patriarchal capitalist mode of production: gender, race and class. The main results point to the need to broaden the understanding of protecting women in situations of gender-based violence, looking not only at domestic and interpersonal violence, but also at structural, urban and perpetrating violence by the State. In this sense, the key role of CRMM-CR as a gateway to the NPCVW in this territory and articulator of the Service Network stands out.

Keywords

Gender violence; Women's rights; Public policies; Implementation.

Sumário

Introdução	16
1. Gênero, raça e classe: aspectos conceituais sobre a violência de gênero contra as mulheres no Brasil	24
1.1. A violência como fenômeno social	25
1.2. Gênero, patriarcado e violência na sociedade de classes	32
1.3. Interseccionalidade: colonialidade e racismo como faces da violência de gênero contra as mulheres no Brasil	43
1.4. Estado, corpo e território: espaços de reatualização da violência de gênero contra as mulheres	53
2. A constituição do campo das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres	57
2.1. O enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres nos contextos internacional e nacional	59
2.2. A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e seus desafios atuais	64
2.3. Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência	72
3. O Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa e a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	80
3.1. O Centro de Referência de Mulheres da Maré – Carminha Rosa	81
3.2. Metodologia	92
3.3. Análise das entrevistas	96
4. Considerações Finais	157

5. Referências bibliográficas	161
6. Apêndices	167
6.1. Apêndice 1 – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido	167
6.2. Apêndice 2 – Roteiro de entrevista semiestruturada	169

Lista de figuras

Figura 1- Fluxograma de Atendimento	77
Figura 2- Favelas do Bairro Maré	83
Figura 3- Guia de defesa, orientação e apoio para mulheres da Maré	86

Lista de abreviaturas e siglas

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEASM – Centro de Assistência Solidária da Maré
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CEAM – Centro Especializado de Atendimento à Mulher
CEDAW – Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
CFCH – Centro de Filosofia e Ciência Humanas
CIAM – Centro Integrado de Assistência à Mulher
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CMS – Centro Municipal de Saúde
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRM – Centro de Referência para Mulheres
CRMM-CR – Centro de Referência de Mulheres da Maré – Carminha Rosa
DEAM – Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
HESFA – Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPUB – Instituto de Psiquiatria da UFRJ
ISP – Instituto e Segurança Pública
NEPP-DH – Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde
PNEVM – Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
PRMSM – Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher
SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SPA – Serviço de Psicologia Aplicada

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIFEM – Fundo das Nações Unidas para a Mulher

Castanho

Lenine

Trago no sangue e no sonho
Falar castanho, verde olhar
Fui batizado (a) no fogo
Ouvindo e cantando
Quem bebeu água da fonte
Não vai se perder

Trago no sonho
E no sangue
Motivos para lutar
Ladeiras do divino
E becos da fome
Quem cruzou aquela ponte
Não vai se esquecer

O que eu sou
Eu sou em par
Não cheguei
Não cheguei sozinho (a), não

Canções da minha dor
Canções do meu pesar
Canções do meu amor
Canções do meu amar

Quem agora é distante
Para não dizer
O que eu sou
Eu sou em par
Não cheguei
Não cheguei sozinho (a), não

Introdução

Este estudo teve como objeto as particularidades na implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - PNEVM (2007a) no contexto local, através da atuação do Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa (CRMM-CR), localizado na Vila do João, sub-bairro do conjunto de favelas da Maré, no município do Rio de Janeiro.

Buscou-se apresentar as motivações pessoais, acadêmicas e científicas da mestranda que contribuíram para a escolha do objeto de pesquisa. O interesse pela temática reflete a aproximação da pesquisadora com os determinantes do processo saúde-doença das mulheres - sendo a violência um deles - a partir de sua atuação como assistente social residente no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher do Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis (PRMSM/HESFA), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no período de março de 2016 até março de 2018.

Durante a residência, um dos campos de atuação da pesquisadora foi o Centro de Referência de Mulheres da Maré - Carminha Rosa, onde permaneceu de abril a dezembro de 2017, realizando atendimentos individuais e oficinas sociais com a temática da violência de gênero contra as mulheres, tanto no próprio equipamento quanto em ações intersetoriais com o Centro Municipal de Saúde Vila do João e a Escola Municipal Teotônio Vilela, junto com a equipe multiprofissional do Centro.

Ao final da residência, como um registro de sua passagem pelo equipamento, a pesquisadora em conjunto com outras duas residentes assistentes sociais argentinas que estavam realizando, naquele período, um estágio optativo de três meses no CRMM-CR, Yamila Monte e Cinthya Battafrano, construíram um minidocumentário intitulado “Ser mulher na Maré”, uma produção da Extensão da Escola de Comunicação da UFRJ em parceria com o CRMM-CR.

O pequeno documentário conta a história de cinco mulheres moradoras do complexo de favelas da Maré a partir de suas próprias narrativas. No decorrer de suas falas, cada uma conta sua trajetória de vida, falam sobre a forma como Centro está presente em seu cotidiano e o que é ser mulher na Maré. Quando se

referem ao Centro durante o documentário, as mulheres que são usuárias do serviço e parte constitutiva do mesmo o retratam como espaço de união, solidariedade mútua e exercício de cidadania.

Ademais, a escolha pelo tema expressa também a compreensão da pesquisadora quanto ao lugar que ocupa na sociedade brasileira como mulher, que integra uma fração da classe trabalhadora, “o próprio interesse pela temática já revela um compromisso político-ideológico com ela” (Saffioti, 2004, p. 45). Este compromisso nasce, portanto, de vivências profissionais e pessoais, do concreto vivido que contribui para determinação das escolhas dos indivíduos. Nesse sentido, concordamos com Saffioti ao afirmar que, “na verdade, a história de vida de cada pessoa encontra-se com fenômenos a ela exteriores, fenômeno denominado sincronicidade por Jung, e que permite afirmar: ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele” (Saffioti, 2004, p. 45).

O conceito de implementação de políticas públicas aqui utilizado, toma como referência o pensamento de Arretche (2001). Para esta autora, a implementação diz respeito ao momento em que uma política ou um programa ganha vida para além da formulação teórica, é o espaço em que “são desenvolvidas as atividades pelas quais se pretende que os objetivos [de uma política], tidos como desejáveis, sejam alcançados” (Arretche, 2001, p. 2).

Nesse sentido, a implementação é o momento em que a política passa para as mãos de seus executores. É na realidade objeto de trabalho que ela passará pelo crivo das correlações de forças institucionais, recursos disponibilizados, fluxos existentes bem como os interesses políticos postos na conjuntura para sua execução.

Neste estudo, a problematização do fenômeno da violência contra as mulheres se dá sob a perspectiva de gênero, entendendo-a como uma “construção social do masculino e do feminino” (Saffioti, 2004, p. 45) e parte de um processo histórico de conformação da sociedade brasileira, pautada em um sistema patriarcal de dominação-exploração do homem sobre a mulher (Pateman, 1993, p. 16-17 apud Saffioti, 2004, p. 54). Esta leitura é realizada a partir dos marcos do sistema capitalista de produção que estrutura as relações econômicas, políticas e sociais da sociedade e também articula o papel do Estado e da sociedade na

formulação, promoção e implementação de Políticas Públicas para o combate e enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres.

Para tanto, realizou-se no primeiro momento um debate conceitual acerca da violência como fenômeno social, a partir de uma compreensão histórica e social e levando em consideração as suas manifestações ao longo do tempo. Para então discutirmos conceitualmente a violência de gênero contra as mulheres, compreendendo as relações de gênero como fundantes da vida social, materializadas nas relações interpessoais, comunitárias e nas respostas dadas pelo Estado a este fenômeno.

Afirma-se aqui que o debate da violência de gênero contra as mulheres é societal, marcado por densas relações de poder e caráter relacional. Este fenômeno deve ser entendido como expressão das diversas desigualdades que permeiam a conformação da sociedade capitalista, a partir de uma perspectiva teórico-metodológica interseccional que articule intrinsecamente os conceitos de classe, gênero e raça/etnia, sobretudo em um país que sofreu um longo processo de colonização.

Na sequência é apresentada a trajetória histórica da constituição dos direitos humanos das mulheres no cenário mundial, com as principais conferências e tratados internacionais dos quais o Brasil se torna signatário se vê impelido a estabelecer políticas públicas para atendimento dessa população. Cabe destacar que todo esse processo se deu com muitas lutas e pressões dos movimentos organizados de mulheres e do movimento feminista nacional para efetivação destes compromissos.

Sabe-se que no Brasil as “primeiras conquistas do movimento feminista junto ao Estado para a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência contra mulheres datam da década de 1980” (Brasil, 2007a, p. 15). Neste período inaugurou-se a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em 1985, e foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Já em 2003, novos avanços no âmbito das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram alcançados, sobretudo com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que fortaleceu as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres ao passo que contribuiu para

elaboração de conceitos, diretrizes, normas, ações e estratégias para gestão e monitoramento do fenômeno (Brasil, 2007a, p. 7).

Neste processo, destacamos como grandes avanços a realização das I e da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e seus desdobramentos, dentre eles, a PNEVM o Pacto Nacional de enfrentamento à Violência contra as Mulheres, ambos lançados no ano de 2007.

É nesse bojo de construção não só de uma política, mas também de uma Rede de Atendimento e de Enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil que se insere o CRMM-CR, como instrumento que implementa a PNEVM no contexto local da Vila do João, sub-bairro da Maré.

Na sequência, apontamos os principais desafios postos a essa política pública na conjuntura política e econômica atual, assim como a necessidade de fortalecimento dos dispositivos que trabalham a prevenção, combate e enfrentamento de um fenômeno complexo, multifacetado que fere os direitos humanos das mulheres, e possui altos índices de letalidade no Brasil. Destacando assim, o papel fundamental mas não exclusivo, do Estado como responsável por dar respostas às demandas postas pelos movimentos de mulheres e movimentos feministas no tocante à proteção de mulheres em situação de violência e violação de direitos.

De acordo com dados do último censo demográfico do IBGE (2010) com relação ao número de mulheres na sociedade brasileira, a população está mais feminina, são 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens. Sendo assim, as mulheres superam em mais 3,9 milhões o número de homens. Existem 95,9 homens para cada 100 mulheres.

Segundo dados divulgados pelo “Mapa da Violência de 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil”, o panorama atual de violência contra as mulheres no Brasil é composto por uma taxa de 4,8 assassinatos em 100 mil mulheres, um dos maiores índices de homicídios femininos, o país ocupa a quinta posição em um ranking mundial com 83 nações (Waiselfisz, 2015).

Em 2013, 4.762 assassinatos de mulheres foram registrados no Brasil, aproximadamente 13 homicídios femininos diários (Waiselfisz, 2015). O principal a ser observado neste quadro, representado pelo crime de feminicídio, forma mais acabada de violência contra a mulher, é que estes estão vinculados principalmente

a situações prévias de violência doméstica e intrafamiliar, aquelas que ocorrem dentro do domicílio e/ou são perpetradas por pessoas que possuem algum vínculo familiar ou afetivo com quem sofre a violência.

Dados divulgados em 2018 pelo Atlas da Violência mostram que: “Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras. Em dez anos, observa-se um aumento de 6,4%” (Cerqueira et al. 2018, p. 44).

Depurando ainda mais esses dados, é preciso destacar que o homicídio de mulheres também deve ser analisado sob a imbricação das categorias raça e gênero. Nesse sentido o documento aponta que “considerando-se os dados de 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1) – a diferença é de 71%” (Cerqueira et al. 2018, p. 51). A pesquisa mostra ainda que no período que compreende 2006 a 2016, enquanto a taxa de homicídios de mulheres para cada 100 mil não negras caiu 8%, houve um aumento de 15% entre as mulheres negras.

Este cenário estatístico se repete no Dossiê Mulher 2019, realizado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro. Tomando 2018 como seu ano base, o documento demonstra que de 2017 para 2018 houve um aumento de 17,6% no homicídio de mulheres negras, enquanto neste mesmo período houve uma queda na taxa de homicídios de brancas e pardas, que reduziu respectivamente 29,6% e 6,8% (Manso & Campagnac, 2019, p. 17).

Estes dados mostram que não é possível olhar para as mortes de mulheres no Brasil de forma homogênea, ou seja, sem pensar as especificidades históricas que conformam a sociedade brasileira, marcada por anos de escravidão do povo negro, bem como pelo modelo patriarcal de exploração-dominação de gênero. Levando em consideração o impacto deste fenômeno sobre a vida das mulheres brasileiras, se fez necessária a construção de Políticas Públicas que por meio do Estado e da sociedade civil - entende-se que há um lugar privilegiado do Estado na formulação e execução das políticas públicas, porém, este lugar não é exclusivo, sendo necessária a participação da sociedade civil no processo de conformação, execução, controle e avaliação destas políticas - atenda não só as mulheres vítimas de violência nas suas mais diversas formas de expressão, como

também, considere os contextos locais em que estas violências estão inseridas e se manifestam.

É nesta conjuntura de materialização de políticas nos contextos locais que está localizado o Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa (CRMM-CR), projeto de extensão que integra o Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH), Órgão Suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ), cujos objetivos são:

[...] a partir do exercício interdisciplinar: atender e oferecer acompanhamento psicossocial e jurídico, orientar nas desigualdades de gênero e fortalecer a cidadania das mulheres em situação de violência doméstica; promover debates, estudos e propostas sobre a realidade social brasileira, produzir indicadores sociais, desenvolver e testar metodologias inovadoras de formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas sociais, assim como realizar estudos prospectivos.¹

O CRMM-CR foi fundado nos anos 2000 a partir de um convênio entre a organização não governamental Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA) e Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), após a CEPIA receber um financiamento do Fundo das Nações Unidas (UNIFEM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que visava incentivar o desenvolvimento de iniciativas voltadas ao exercício da cidadania de mulheres moradoras da Maré.

Em dezembro de 2004, após ser demandada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligadas ao governo federal - no primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido do Trabalhadores, a UFRJ assume a gestão do CRMM-CR para dar continuidade ao projeto, cuja missão consiste em:

¹ Fonte: Apresentação Centro de Referência de Mulheres da Maré – Carminha Rosa. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/apresentacao.html>>.

Ampliar e consolidar o atendimento e acompanhamento psicológico, social e jurídico às mulheres em situação de violência de gênero, em sua expressão doméstica, investir na formação de quadros (graduação), na pesquisa e extensão na área de políticas públicas em direitos humanos para as mulheres.²

O CRMM-CR está localizado no sub-bairro Vila do João, que integra o bairro Maré, “uma unidade territorial administrativa da cidade do Rio de Janeiro, que [...] abrange 16 favelas do chamado ‘Complexo da Maré’, [...] maior conjunto de favelas da capital fluminense” (Krenzinger, et. al., 2018, p. 17), situada às margens da Baía de Guanabara.

De acordo com dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, a Maré é o nono bairro mais populoso da cidade do Rio de Janeiro. E não são poucas as situações de violência enfrentadas por essa população, tanto no âmbito da violência de gênero contra as mulheres quanto da violência urbana, que se instaura em contexto de disputas e ocupações de grupos armados bem como da atuação por meio do braço armado do Estado.

Num universo de 16 favelas, ressalta-se que as manifestações dessas expressões de violência ocorrem também de forma diferenciada de um local para o outro. Sendo assim, trabalharemos aqui

[...] com a perspectiva [...] de que a Maré é um conjunto de favelas, não uma unidade homogênea, e as especificidades territoriais inevitavelmente se constituem nas formas como cada uma dessas favelas/áreas experienciam situações de violência e também de enfrentamento (Krenzinger, et. al. 2018, p. 23).

A compreensão de território aqui abordada toma como referência a conceituação de Santos (2007), para este autor, o território é uma delimitação socioespacial complexa e contraditória, pois é o local onde são simultaneamente produzidas violações de direitos, como as violências, e as potencialidades, como organizações coletivas, redes de apoio e solidariedade. Nesse sentido, as realidades expressam uma relação intrínseca com as bases históricas, sociais e culturais da sociedade brasileira, os territórios podem retratar também as

² Fonte: Objetivos e Missão Centro de Referência para Mulheres da Maré – Carminha Rosa. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/missao.html>>.

dimensões das desigualdades de gênero, raciais e de classe que permeiam nossa sociedade, em contextos locais.

Assim, consideramos que a historicidade de construção de áreas como a Maré, a atuação do Estado e dos grupos armados ali presentes são também fatores que vão influenciar a expressão da violência contra as mulheres nesses espaços, bem como o sua prevenção, combate e enfrentamento por meio da implementação de políticas públicas.

1

Gênero, raça e classe: aspectos conceituais sobre a violência de gênero contra as mulheres no Brasil

Neste capítulo foram abordadas as bases conceituais no tocante à perspectiva teórica de violência de gênero contra as mulheres utilizada por este estudo. Para tanto, no primeiro momento, fez-se um levantamento sobre algumas interpretações no campo das ciências humanas e da filosofia no tocante a categoria violência.

Posteriormente, foram expostas compreensões relativas ao gênero como uma das principais categorias históricas e analíticas que fundamentam as relações em sociedade, no seio da qual se estabelecem também relações de poder e dominação.

Em consonância com esta perspectiva analítica, a categoria gênero é apresentada como elemento central na discussão da violência de gênero contra as mulheres porque é através dela que são mediadas as relações hierárquicas e desiguais entre mulheres e homens, constituindo um sistema de exploração-dominação denominado de patriarcado.

A partir deste sistema de exploração-dominação, amplia-se a compreensão do patriarcado como elemento fundamental e ineliminável para a consolidação e manutenção do modo de produção capitalista - pautado na propriedade privada; exploração daqueles que detém os meios de produção aos que possuem apenas sua força de trabalho para ser vendida; e apropriação privada de riquezas - desde a sua gênese. Tendo a violência de gênero contra as mulheres como um dos instrumentos de manutenção dessa ordem societária.

Nesse sentido, levando em consideração as especificidades históricas e sociais do Brasil como país que sofreu com o projeto intrusivo colonizador europeu e que foi o último país no mundo a abolir o sistema escravocrata de exploração de mão de obra dos povos negros e originários, articula-se então categoria raça como importante elemento na construção social daquelas pessoas que são consideradas humanas e das não humanas.

A articulação intrínseca entre gênero, raça e classe é realizada a partir do aporte teórico, metodológico e analítico da interseccionalidade, conceito oriundo do feminismo negro que versa sobre a associação de múltiplos sistemas de dominação-exploração.

A partir desta articulação é possível conceber a violência de gênero contra as mulheres como um fenômeno complexo e multicausal. Para analisá-lo, devemos levar em consideração o fato que não existe um ser social genérico mulher, e sim diversas mulheres com suas especificidades raciais, de classe e de orientação sexual, que interferem diretamente na forma que sofrem e resistem às inúmeras formas de violência por elas vivenciadas.

1.1. A violência como fenômeno social

Ao longo da história diversas teóricas (os) traçaram diferentes conceituações sobre a violência. Considerando a importância desta categoria para este estudo e a fim de situar o campo de debate, faremos aqui um breve panorama sobre algumas destas conceituações no campo filosófico e das ciências sociais.

Em *O Capital*, Marx (2017) afirma que a sociedade capitalista se desenvolveu às custas de diversos tipos de violências perpetradas contra a classe trabalhadora, sem as quais a sua consolidação não teria sido possível.

Para o autor, a história de transição do modelo de sociedade feudal para o capitalista se deu por meio da expropriação da classe trabalhadora dos seus meios de produção e a expropriação de suas terras, processo este marcado pela violência, “a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 2017, p. 787).

Ainda nesta perspectiva sobre a violência, Marx e Engels (1961), partindo de uma perspectiva materialista histórico dialética da sociedade capitalista, concordam que a violência pode ser entendida como um elemento capaz de promover a aceleração do processo de desenvolvimento econômico sendo, portanto, uma potência econômica.

Para Marx (2017), assim como a história da humanidade é a história da luta de classes, a violência é a força motriz das transformações sociais. Trata-se, portanto, de uma compreensão histórica e revolucionária do papel da violência.

Para Vázquez, filósofo e teórico espanhol, partindo de uma perspectiva ontológica do ser social, a violência é necessariamente um atributo humano, pois o homem é o único capaz de usar a força de forma orientada para um determinado fim, para a transformação de algo, modificando assim a sua natureza. De acordo com o autor, a violência é uma práxis e toda práxis tem como finalidade a transformação de uma matéria (Vázquez, 2011).

Falando sobre a atividade humana que transforma a natureza, ou seja, o trabalho, Vázquez afirma que:

Na medida em que a atividade prática humana é exercida sobre um objeto físico, real, e exige a alteração ou destruição física de sua legalidade ou de certas propriedades suas, pode-se dizer que a violência acompanha a práxis. A violência se manifesta onde o natural ou o humano - como matéria ou objeto de sua ação - resiste ao homem. Verifica-se justamente em uma atividade humana que detém, desvia e, finalmente, altera uma legalidade natural ou social. Nesse sentido, a violência é exclusiva ao homem, na medida em que ele é o único ser que, para se manter em sua legalidade própria, necessita violar ou violentar constantemente uma legalidade exterior (a da natureza) (Vázquez, 2011, p. 374).

Nesse sentido, a violência é um atributo humano não só pela presença da força, mas sim pelo seu uso, diferenciando-se da natureza, que apesar de também ter força, não a usa objetivamente para um determinado fim. Por isso o autor afirma que a “força em si não é violência, e sim apenas a força usada pelo homem. Daí o caráter exclusivamente humano da violência” (Vázquez, 2011, p. 374).

Apesar de tratar de uma violência vinculada ao uso da força, o que remete diretamente a violência física, Vázquez afirma que a violência não se dirige apenas ao homem como ser corpóreo e “sim como ser social e consciente” (Vázquez, 2011, p. 378). Nas palavras do autor,

A violência busca dobrar a consciência, obter seu reconhecimento, e a ação que se exerce sobre o corpo dirige-se, por isso, a ela. Não interessa a alteração ou destruição do corpo como tal, mas sim, como corpo de um ser consciente, afetado em sua consciência pela ação violenta de que é objeto. Portanto, a violência que se exerce sobre seu corpo não se detém nele, e sim em sua consciência; seu

verdadeiro objeto não é o homem como ser natural, físico, como simples ser corpóreo, mas sim, como ser humano consciente (Vázquez, 2011, p. 378).

Outra importante teórica no campo da violência é Arendt, filósofa política alemã de origem judaica. Arendt (2009) apresenta uma nova reflexão acerca do fenômeno da violência, fazendo uma distinção com o conceito de poder. A autora não inicia suas análises a partir das relações interpessoais e por isso estabelece seu olhar a partir de uma leitura sócio política do tema.

Portanto, Arendt (2009) volta-se para um contexto macrossocial da violência, “no que diz respeito ao plano político das relações sociais, ressaltando a importância da perspectiva histórica de aplicação dos termos” (Souza, 2016).

Enquanto teóricos renomados veem a violência como uma manifestação de poder e domínio, a autora apresenta um contraponto a essa compreensão ao afirmar que poder e violência são fenômenos distintos, ainda que haja uma congruência em suas aparições, ou seja, apesar de se apresentarem muitas vezes juntos, para ela, são termos opostos. Para a autora, o poder de um governo só pode ser estabelecido quando há o consentimento/apoio da maioria, diferente da violência pode operar sem este apoio. Nas palavras de Arendt,

[...] o poder do governo, depende de números; ele reside ‘na proporção do número ao qual é associado’, e a tirania, como descobriu Montesquieu, é portanto, a mais violenta e menos poderosa das formas de governo. De fato, uma das mais óbvias distinções entre poder e violência é que o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos (Arendt, 2009, p. 58).

Nesse sentido, “a forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema de violência é Um contra Todos. Essa última nunca é possível sem instrumentos” (Arendt, 2009, p. 58).

Para Arendt (2009), violência é um instrumental que se diferencia não só do poder, como também do vigor, da força e da autoridade. De acordo com essa compreensão, o poder não pode ser visto como propriedade ou domínio de uma só pessoa porque ele só existe a partir da legitimação de um grupo; já o vigor é visto como uma característica singular, que pode pertencer a um indivíduo, como o vigor físico de alguém; a força diz respeito a energia despendida na realização de

movimentos sociais ou físicos; e a autoridade relaciona-se ao reconhecimento que pode ter pessoa e/ou cargo, seu único opositor é o desprezo.

Sendo assim, da violência nunca pode emergir o poder, porque a primeira destrói o último. Enquanto o poder não requer legitimação, por já estar legitimado por sua própria gênese, a violência pode ser justificada dependendo de sua finalidade, mas, para Arendt (2009), ela nunca será legítima.

Com isto, a autora afirma que embora apareçam juntos (poder e violência), o poder é o fato principal e predominante nas relações de governo. O controle que utiliza puramente o instrumental da violência só é possível quando o poder está se esvaindo, “poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente” (Arendt, 2009, p. 73). Significa dizer que violência não cria poder e poder não cria violência, pois ela não pode ser consequência de seu oposto. Vale ressaltar que, para a autora, tais definições não são estanques e, como todos os conceitos, se constituem como arbitrárias, porém, faz-se necessário considerá-las na análise das relações de poder e violência.

Outra teórica que também discute a temática da violência é a socióloga brasileira, Minayo. Para a referida autora, a violência é um fenômeno complexo que não cabe em uma definição única e qualquer tentativa de simplificá-la pode incorrer em reducionismos, “encerrar a noção de violência numa definição fixa e simples é expor-se a reduzi-la, a compreender mal sua evolução e sua especificidade histórica” (Minayo, 2006, p. 13).

De acordo com Minayo, ao longo da história não se conhece nenhuma sociedade em que o fenômeno da violência não tenha existido, considerando sua relevância e impacto político e relacional, diferentes teóricas(os) no campo das ciências humanas e filosóficas têm contribuído para a conceituação da violência (Minayo, 1994, p. 7).

Para a autora, nos dias atuais é unânime afirmar que a violência não está inscrita como inerente à natureza humana, como algo advindo do biológico, pois “trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade” (Minayo, 1994, p.7).

Sendo assim, para as (os) estudiosas que pretendem compreendê-la, é necessário que se efetue uma análise dentro da sociedade que a produz, calcada em suas particularidades históricas, sociais, econômicas e políticas, considerando

não só seus aspectos macrossociais, como também sua manifestação no plano individual e inter-relacional.

Dito de outra forma, se a violência faz parte da própria condição humana, ela aparece de forma peculiar (e captável nas suas expressões mais visíveis) em sociedades específicas, trazendo para o debate público Questões Fundamentais, em Formas Particulares, e Questões Sociais, vivenciadas individualmente, uma vez que somos, enquanto cidadãos, ao mesmo tempo sujeitos e objetos deste fenômeno (Minayo, 1994, p.7).

Com base nesta compreensão, a autora delimita e conceitua três eixos da violência social: a violência estrutural; a violência de resistência e a violência da delinquência. Falaremos sobre cada um dos eixos a seguir.

Por violência estrutural a autora entende que é aquela que se estabelece calcada no âmbito das estruturas institucionalmente organizadas - como na política, no sistema econômico, na cultura, na família - a partir da negação de direitos socialmente e historicamente conquistados a determinado grupo, indivíduo, classe ou nação. O que contribui diretamente para a sua fragilização, acentuando desigualdades e sofrimentos. Por vezes este tipo de violência ganha roupagens de naturalização, como se fizesse parte de uma ordem natural e imutável da dinâmica social.

Para Minayo, os níveis elevados de desigualdade social no Brasil são em si mesmo uma forma de violência estrutural e estruturante presente em nossa sociedade desde a sua fundação, o que remonta o processo de chegada dos portugueses a essas terras, a colonização e o regime escravocrata (Minayo, 2006).

Uma das formas mais contundentes de violência no Brasil, que se poderia chamar estrutural e 'estruturante' pelo seu grau de enraizamento, são os níveis elevadíssimos de desigualdade que persistem historicamente e são o chão sobre o qual se assentam muitas expressões (Minayo, 2006, p. 250).

A violência de resistência é a resposta direta de grupos oprimidos às diversas violações causadas pela violência estrutural. De acordo com Minayo (1994), diferente da violência estrutural que é reatualizada e por vezes legitimada pelas instituições, a violência de resistência não é naturalizada, mas sim questionada, rechaçada por aqueles que detêm o poder político, econômico e

cultural, cuja manutenção do status quo favorece diretamente, bem como por estudiosos da temática, que perguntam se a resposta à violência deveria ser também violenta.

Já a violência da delinquência é aquela vinculada às ações que entram em conflito com normativas legais de licitude. Para a autora, não é possível olhar para este eixo sem articulá-lo ao eixo da violência estrutural, já que esta última compõe a base histórica, econômica e cultural das desigualdades sociais e de demais fatores que contribuem para o espraiamento da delinquência. Nas palavras de Minayo,

A análise deste tipo de ação necessita passar pela compreensão da violência estrutural, que não só confronta os indivíduos uns com os outros, mas também os corrompe e impulsiona ao delito. A desigualdade, a alienação do trabalho e nas relações, o menosprezo de valores e normas em função do lucro, o consumismo, o culto à força e o machismo são alguns dos fatores que contribuem para a expansão da delinquência. Portanto, sadismos, sequestros, guerras entre quadrilhas, delitos sob a ação do álcool e de drogas, roubos e furtos devem ser compreendidos dentro do marco referencial da violência estrutural, dentro de especificidades históricas (Minayo, p. 8, 1994).

Em resumo, sobre estes eixos de análise é possível inferir que toda violência social revela as estruturas de dominação presentes em seu tempo histórico, resguardadas as características econômicas, políticas e culturais da sociedade em que se manifesta. Nesse sentido, em uma sociedade cuja base fundamental é a exploração de uma classe sobre outra, as violências estruturais, de resistência bem como a da delinquência podem ser vistas como fruto das contradições sociais presentes na relação entre dominantes e dominados (Minayo & Souza, 1998).

Ainda no sentido de delimitar as propostas de conceituação da violência, a partir das classificações de violência dispostas no Relatório Mundial da Organização Mundial da Saúde (2002), Minayo (2006) aponta três tipologias: a violência auto infligidas, as violências interpessoais e as violências coletivas.

As violências auto infligidas são aquelas realizadas pela própria pessoa contra si mesma, como suicídio, automutilações e autoagressões.

As violências interpessoais podem estar presentes tanto no âmbito intrafamiliar como no comunitário. No âmbito intrafamiliar é aquela que ocorre entre pessoas que residem na mesma casa, pessoas que possuem relacionamentos

afetivos, bem como membros de uma mesma família, com presença de vínculo consanguíneo ou não. Esse tipo de violência pode ser dirigida a diversos grupos sociais em diferentes faixas etárias, gêneros ou raça. Nos espaços em que existe violência intrafamiliar, outros tipos de violência também podem estar presentes.

As violências comunitárias são aquelas cuja ocorrência se dá nos marcos do ambiente social/comunitário e cuja relação entre quem sofre a violência e quem a pratica pode existir ou não, ou seja, pode ser perpetrada por pessoa conhecida ou desconhecida, “consideram-se suas várias expressões, como violência juvenil, agressões físicas, estupros, ataques sexuais e, inclusive, a violência institucional que acontece, por exemplo, em escolas, locais de trabalho, prisões e asilos” (Minayo, 2006, p. 81).

E por fim, autora cita as violências coletivas, classificando-as como aquelas que ocorrem nos “âmbitos macrossociais, políticos e econômicos e caracterizam a dominação de grupos e do Estado” (Minayo, 2006, p. 81). Este tipo de violência se diferencia das demais, sobretudo por seu caráter coletivo, pode ser praticada por grupos organizados buscando atingir dimensões política e/ou econômica com distintas finalidades, como a dominação ou aniquilação de um determinado grupo.

No tocante à natureza dos diversos tipos de violência, a autora apresenta quatro principais tipos: psicológica, sexual, física e a negligência. Sendo a psicológica aqueles abusos físicos ou verbais que se destinam a atingir diretamente às consciências, diminuindo ou oprimindo indivíduos; a violência sexual está definida como qualquer prática de cunho sexual praticada sem o consentimento da outra pessoa, imposta por meio de aliciamento, violência física ou ameaça; enquanto a negligência relaciona-se a ausência dos cuidados necessários a quem dele necessita (Minayo, 2006, p. 82).

Foram apresentadas aqui algumas das concepções existentes no campo das ciências sociais e da filosofia no tocante ao conceito de violência. Apesar dos distintos prismas, é possível inferir que o fenômeno da violência é complexo, multifacetado e pode ser analisado sob diferentes perspectivas, dentre elas, destacamos o âmbito interpessoal, macrossocial e político. Não sendo possível, portanto, estabelecer uma definição única e estanque.

Partindo desta compreensão histórica e social sobre o fenômeno da violência e levando em consideração as suas manifestações ao longo do tempo,

discutiremos no tópico seguinte as especificidades da violência perpetrada contra as mulheres na sociedade capitalista, utilizando gênero e patriarcado como categorias centrais para o seu entendimento.

1.2. Gênero, patriarcado e violência na sociedade de classes

Para Almeida (2003, p. 95), assistente social e teórica feminista brasileira no campo da violência de gênero contra as mulheres, a violência é uma categoria e constructo social importante no processo de análise da vida em sociedade, que não pode ser simplesmente sintetizada, mas que deve ser caracterizada de acordo com suas especificidades em determinado período e tempo histórico.

De acordo com a referida autora, a violência está estabelecida na vida em sociedade, atingindo aos indivíduos tanto no âmbito corpóreo quanto no âmbito das consciências.

[...] a violência não é errática. Ela instala-se na vida social; é dirigida a indivíduos que corporificam relações sociais determinadas e não à corporeidade de seres abstratos. Embora o corpo seja o objeto mais imediato da violência, seu efeito incide sobre as consciências (Vázquez, 1977) e constituem os seus alvos privilegiados - sujeitos de relações múltiplas que se entrecruzam na produção e reprodução da vida social e, portanto, das desigualdades e das contradições, dentre as quais ressaltamos - dada a sua transversalidade - as relações de classe, étnicas, de gênero e de geração (Almeida, 2003, p. 95).

Nesse sentido, a violência é compreendida por Almeida (2003) como resultado de relações sociais complexas, conflituosas e multifacetadas, que incidem sobre o ser social e se corporificam por meio de relações desiguais de poder sobre mulheres, homens, crianças e idosos de formas distintas, atravessadas por outros determinantes sociais, como classe e raça.

Para esta compreensão, utiliza-se a definição de poder estabelecida por Foucault, como algo que não se tem, mas é exercido, chamando a atenção para os diferentes espaços das relações sociais onde se exerce poder, em suas palavras:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (Foucault, 1985, p. 183).

É nesse bojo, de relações sociais complexas que envolvem poder que se encontra a violência contra as mulheres. Para a autora em questão, a violência contra as mulheres está pautada, sobretudo, na construção social das diferenças de gênero como desigualdades, a partir da hierarquia de um gênero sobre outro, consolidada por relações de poder que se materializam como violência (Almeida, 2003).

Entendendo gênero como uma categoria histórica e analítica que participa da fundamentação e organização das relações sociais, esta se torna central para compreensão das diversas expressões de relações hierárquicas entre indivíduos sociais. Tais relações se materializam por meio de desigualdades de poder, dentre elas, a violência de gênero contra as mulheres (Saffioti, 2004, p. 47).

Para Saffioti (2004, p. 45), gênero é resultado de relações sociais históricas e, portanto, está em constante mutação, não havendo homogeneidade nos pólos masculino e feminino. Nesse sentido, existem homens e mulheres diferentes, cuja subjetividade é também fruto de constructo social que se transforma e se modifica ao longo do tempo. Ainda de acordo com esta autora,

O gênero, assim como a classe social e a raça/etnia, condiciona a percepção do mundo circundante e o pensamento. Funciona, assim, como um crivo através do qual o mundo é apreendido pelo sujeito. Logo, a atuação deste sujeito sobre o mundo deriva de sua maneira específica de compreendê-lo (Saffioti, 1995, p. 23).

Cabe ressaltar que não objetivamos realizar uma leitura dicotômica de gênero neste estudo, portanto, compreendemos que os polos feminino e masculino não são dados a priori, ou naturalizados, estes se constroem na e pelas relações sociais. E é neste movimento histórico, constante e dialético que se coloca no solo das relações materiais, onde o ser social se funda ontologicamente por meio da relação do homem na transformação da natureza, e em sua simultânea transformação própria, é que são construídos os processos de subjetivação e

objetivação da realidade social e tudo o que a integra. Nesse sentido, compreendemos gênero como produto e processo da realidade. Concordamos assim com Saffioti ao declarar que:

[...] o interior e no exterior não têm, de acordo com a perspectiva aqui adotada, existência autônoma, nem sequer em termos relativos. Nesta linha de raciocínio, homens e mulheres fazem a história, produzindo objetivações através de suas práticas sociais e, simultaneamente, apropriando-se de seus resultados [...] (Saffioti, 1997, p. 60).

É nesse contexto de construção da objetividade e da subjetividade dos indivíduos que se insere o gênero, que está para além de condições biológicas de sexo. Para Pougy, assistente social feminista brasileira, gênero se materializa por meio de “relações [sociais] de poder entre sujeitos históricos, não se limitando às relações entre homens e mulheres” (Pougy, 2012, p. 156).

Vale destacar que o campo dos estudos de gênero é heterogêneo e abarca diversas compreensões sobre esta categoria. Uma destas compreensões é pautada por Butler, filósofa feminista norte-americana, que realiza uma crítica a ideia de gênero como construção social do sexo.

Para esta autora, não existe uma polarização entre cultura e natureza, sexo e gênero, pois estão todos no âmbito na construção histórica e social. Com isso, Butler (2003) desnaturaliza o sexo, afirmando que não se trata de uma categoria neutra visto que este também é perpassado pela leitura histórica e cultural da sociedade.

Assim, Butler (2003) desconstrói a ideia essencialista de gênero, para ela, não existe uma essência ou uma identidade do que é feminino ou do que é masculino, nesse sentido, não existe homogeneidade na compreensão de gênero. Gênero, sexo e desejo são categorias políticas que podem ser múltiplas, diversas e fazem parte do campo das relações sociais.

Butler é uma das autoras que influenciou a construção da teoria *queer*. Sem a pretensão de nos aprofundarmos nesta teoria, dada a sua densa produção, a teoria *queer* aponta que inexitem papéis biologicamente essenciais aos indivíduos, já que gênero, orientação sexual e suas identidades, são diferentes formas de performar vários papéis sociais. De acordo com o historiador Rocha:

[...] o queer, portanto, recusa a definição e a estabilidade, é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação. Recusando-se a aceitar a existência do sujeito (ou de sujeitos femininos, gays e lésbicos) como pressuposto, a teoria *queer* pretende realizar a desconstrução dessa categoria, defendendo a instabilidade e a indeterminação de todas as identidades sexuadas e generificadas (Rocha, 2014, p. 510).

Scott (1995), historiadora feminista norte-americana, concorda com Butler ao afirmar que gênero é uma categoria relacional e política, bem como “é primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Scott, 1995, p. 15). No entanto, este não é o único campo de articulação de poder existente em nossa sociedade, onde as relações sociais privilegiam o masculino sobre o feminino.

Tentaremos, portanto, realizar uma leitura das fontes histórico-materiais destes campos de articulação de poder, destacando o papel fundamental dos conceitos de dominação-exploração.

[...] Não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. Por esta razão, usa-se, aqui e em outros textos, a expressão dominação-exploração ou exploração-domação. Alternam-se os termos, para evitar a má interpretação da precedência de um processo e, por via de consequência, da sucessão do outro. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo (Saffioti, 2004, p. 138).

Para Saffioti (2004), os conceitos de dominação-exploração são importantes porque nos auxiliam na compreensão do conceito de patriarcado, onde “as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais” (Saffioti, 2004, p. 126), materializando-se em dominação-exploração do gênero masculino sobre o feminino.

Essa organização hierárquica adentra todas as estruturas da sociedade, não só no âmbito da vida privada como também as estruturas do Estado, concretizando-se como um sistema de poder que naturaliza as “relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais” (Saffioti, 2004, p. 126), privilegiando o masculino em detrimento do feminino através dos mecanismos da ideologia e da violência (Saffioti, 2004, p. 60).

Para Bourdieu (2014), sociólogo francês que se debruçou sobre o estudo do social e o que ele denominou com *habitus*, a difusão da ideia de superioridade do masculino sobre o feminino é uma concepção socialmente e historicamente

construída, porém, mitificada com roupagem de naturalidade, ou seja, como se fizesse parte de uma ordem biológica, inquestionável e imutável de organização da vida em sociedade.

A força particular da sociodiceia masculina vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria, uma construção social naturalizada. (Bourdieu, p. 40, 2014).

A articulação destes aspectos conforma um sistema de exploração-dominação de um gênero sobre outro, cuja manutenção se dá não só através das relações concretas como também por meio de relações simbólicas de dominação e violência. Sobre este aspecto, Bourdieu afirma que “a violência simbólica consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (Bourdieu, 1997, p. 22).

Essa concepção não diz respeito a uma contribuição das mulheres para violência de gênero, mas sim que por meio de um trabalho constante e histórico de inculcação social, dominantes e dominadas reproduzem ideias que, com roupagens de naturalização, corroboram para o fortalecimento das relações de dominação-exploração.

Sobre este aspecto Saffioti (1997) afirma que, longe da pretensão de buscar uma concepção vitimista da violência de gênero contra as mulheres, onde as mulheres seriam vistas como vítimas passivas, o que existe são relações desiguais de poder, por isso, não é possível que haja contribuição destas no mesmo patamar que os homens. Em suas palavras:

Essa discussão, entretanto, não autoriza ninguém a concluir pela cumplicidade da mulher com o homem na violência de gênero. Dada a organização social de gênero, de acordo com a qual o homem tem poder praticamente de vida ou morte sobre a mulher (a impunidade de espancadores e homicidas revela isto) no plano de facto, a mulher, ao fim e ao cabo, é vítima, na medida em que desfruta de parcelas muito menores de poder para mudar a situação (Saffioti, 1997, p. 70).

Para Bourdieu (2014), a violência simbólica é produto de um trabalho histórico contínuo de reprodução da dominação de mentes e corpos, quando ao

homem é atribuída a força física, os lugares públicos, políticos e perigosos, enquanto a mulher é atribuída a submissão, os lugares privados, todos os trabalhos domésticos e a objetificação.

Como se a feminilidade se medisse pela arte de ‘se fazer pequena’ [...], mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível (do qual o véu não é mais do que a manifestação visível), limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo - enquanto os homens ocupam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos (Bourdieu, p. 47, 2014).

Em síntese, para Bourdieu (2014) a violência simbólica expressa um conjunto de normas sociais que balizam as percepções, pensamentos, ações, o corpo, bem como as formas de ser e estar no mundo de homens e mulheres, reforçando a dominação masculina em detrimento do feminino. Tal violência perpassa dominantes e dominados de forma consciente ou inconsciente e se reproduz por meio da atuação de diversos agentes, dentre os quais se destacam a “família, a Igreja, a Escola, o Estado” (Bourdieu, 2014, p. 56).

Nesse sentido, o simbólico não é o oposto do real, como uma dimensão puramente abstrata, o simbólico e o concreto estão intrinsecamente e dialeticamente relacionados. Assim, o autor evidencia a objetividade das experiências subjetivas nas relações de dominação em “um mundo físico simbolicamente estruturado” (Bourdieu, 2014, p. 61).

Vale ressaltar, que a dominação masculina não diz respeito somente aos homens dominando as mulheres, o patriarcado é um esquema de dominação-exploração desigual que se materializa de forma violenta, onde homens e mulheres estão inseridos nas suas mais diversas formas de ser e estar no mundo.

Sobre este aspecto, Bell Hooks, teórica feminista, ativista social e intelectual negra estadunidense, aponta que na década de 1970, à medida em que o pensamento feminista se complexificava, ativistas feministas perceberam que “homens não eram o problema, que o problema era o patriarcado, o sexismo e a dominação masculina” (Hooks, 2018, p. 79).

Sem abrir mão da crítica à dominação masculina, a autora aponta que ao impor uma identidade sexista aos homens, o patriarcado também lhes retira direitos causando danos, ainda que estes sejam os sujeitos privilegiados nesse

sistema de dominação-exploração (Hooks, 2018, p. 80). Distanciando assim, as análises feministas de um olhar polarizador entre algoz e vítima, reposicionando a discussão a partir de uma perspectiva relacional do patriarcado.

Para Akotirene (2019), assistente social e feminista negra, o patriarcado é um sistema político de dominação masculina que atua especialmente, mas não exclusivamente, sobre mulheres. Isso porque esta autora está no campo dos estudos que compreende o gênero como uma categoria que se expressa no âmbito das relações sociais e, portanto, não é estático e não possui um caráter estritamente binário, formados pela noção reducionista de mulher e homem biológicos.

[O patriarcado] é reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas. A despeito do gênero atribuído socialmente, pessoas não-cis estão fora da identificação estética, corpórea e morfo-anatômicas instituídas (Akotirene, 2019, p. 118).

O patriarcado pode ser considerado, assim, base fundante e estrutural das relações de violência de gênero contra as mulheres, uma forma de dominação social que se inscreve nos corpos, nas relações de produção e reprodução social, da sexualidade e, sobretudo, nas raízes das transformações sociais que originaram o sistema de produção capitalista.

Faz-se necessário destacar que nos marcos do modo de produção capitalista, onde a produção social da riqueza é apropriada de forma privada, a sociedade está organizada não só a partir do sistema de dominação-exploração de gênero, como também em duas classes sociais fundantes, a classe detentora dos meios de produção e a classe que só possui sua força de trabalho para ser vendida - leia-se classe trabalhadora e classe burguesa, respectivamente. Configurando-se uma dominação-exploração de uma classe sobre a outra.

Pensando no imbricamento da dominação-exploração de classe e de gênero na sociedade capitalista, Federici (2017) teórica feminista ítalo-estadunidense, realizou uma releitura das transformações sociais que ocorreram na Europa durante os séculos XVI e XVII durante os processos de mudanças do feudalismo

para o sistema de produção capitalista a partir do ponto de vista das mulheres, trazendo fenômenos ausentes na análise de Marx do período denominado por ele como acumulação primitiva.

Para tanto, a autora debruçou seus estudos sobre o fenômeno da caça às bruxas, buscando demonstrar de que forma a matança generalizada de mulheres na Europa neste período, contribuiu não só para emergência do sistema de produção capitalista, como também para seu fortalecimento e consolidação, sendo tão importante para esse sistema quanto a colonização e a expropriação de terras do campesinato (Federici, 2017, p. 26).

Um dos aspectos analisados por Federici durante a acumulação primitiva diz respeito à “construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens” (2017, p. 26), ou seja, a designação das mulheres ao lugar de reprodução das relações sociais da própria força de trabalho, restringindo-as ao espaço do privado, do doméstico e do trabalho não remunerado, enquanto designava aos homens o lugar da produção e do público.

A autora afirma ainda que neste período o trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres, foi transformado ou mitificado em recurso natural, assim, as mulheres passaram a sofrer uma forma particular de exploração, distinta da exploração designada aos homens. Essa divisão sexual do trabalho tão fortemente demarcada só foi possível por meio de diversas manifestações de violência, que se expressam não só na forma de violência física com o assassinato em massa de mulheres, como também por meio da destituição do controle feminino sobre sua própria reprodução, o fim da ideia de bens comuns e a preparação do terreno social para a instauração de um regime patriarcal mais rígido e de maior controle sobre as mulheres.

Embora o patriarcado e a violência contra as mulheres não existam apenas no sistema de produção capitalista, para este estudo, este será o marco temporal utilizado por concordarmos com Marx (2017, p. 998) ao afirmar que a violência é uma potência econômica, e com Federici ao pontuar que a “contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época” (Federici, 2017, p. 27).

Nesse sentido, Federici busca dissipar a dicotomia ou hierarquização entre classe e gênero. De acordo com a autora, ambas são categorias centrais para compreensão dos papéis sociais construídos na sociedade capitalista, portanto, “gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe (Federici, 2017, p. 31)” na sociedade capitalista.

Em suas palavras, “a história das mulheres é a história das classes” (Federici, 2017, p. 31) e seus corpos são o principal terreno de exploração e resistência.

Além da dominação-exploração de classe e gênero, países colonizados como os da América Latina, entendidos como subalternos na dinâmica do modo de produção capitalista no mundo, foram fortemente marcados, também, pela construção da categoria raça, que diferencia as pessoas a partir da conceituação de humanos e não humanos, colonizador e colonizado. Assim, “a lição política que podemos extrair de Calibã e a bruxa é que o capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo” (Federici, 2017 p. 37).

Estas categorias, classe, raça e gênero são importantíssimas para compreensão das dinâmicas presentes na sociedade brasileira, cujo passado colonial e escravocrata se inscreve fortemente sobre a vida de mulheres e homens até os dias atuais. De acordo com Saffioti, as categorias de classe, raça e gênero formam na sociedade brasileira uma unidade, concebida pela autora com a metáfora de um nó composto por uma estrutura de poder contraditória e complementar (Saffioti, 1997, p. 61).

Trabalharemos então com a opção epistemológica de Saffioti no imbricamento indissolúvel e contraditório destas três categorias que formam um nó na sociedade brasileira, classe, raça e gênero, que se entrelaçam e podem potencializar alguns fenômenos no âmbito das relações sociais de dominação-exploração, como a violência de gênero contra as mulheres. Em resumo, para Federici (2017),

Efetivamente, num sistema em que a vida está subordinada à produção de lucro, a acumulação de força de trabalho só pode ser alcançada com o máximo de violência para que, nas palavras de Maria Mies, a própria violência se transforme na força mais produtiva (Federici, 2017, p. 35).

Para compreensão dos vários aspectos que envolvem o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres, Almeida (2007) realizou uma distinção conceitual entre violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar e violência de gênero.

Para a autora, a conceituação violência contra a mulher define o alvo a quem este tipo de violência se direciona, sem deixar claro quem a pratica ou o seu caráter relacional, em suas palavras “é uma violência que não tem sujeito, só objeto; acentua o lugar da vítima, além de sugerir a unilateralidade do ato” (Almeida, 2007, p. 23).

No tocante a definição de violência doméstica, Almeida (2007) afirma que esta violência está estritamente relacionada ao âmbito espacial onde ocorre, ou seja, o âmbito doméstico. Não se refere a quem sofre ou a exerce, definindo apenas o local de ocorrência, a esfera privada.

Quanto à violência intrafamiliar, a autora afirma que a conceituação desta tem muita semelhança com a violência doméstica. O principal fator que as diferencia é a ênfase não só no espaço de ocorrência, mas sim no tipo de relações sociais em que se estabelece neste caso, no seio das relações familiares – sejam elas relações consanguíneas ou afetivamente construídas. Mantendo a ausência de sujeito e objeto, não está delimitado quem sofre ou quem a exerce.

Uma importante contribuição desta definição relaciona-se a desmistificação da idealização da família como instituição inquestionável, sacrossanta onde paira a proteção, destacando que esta pode ser também um espaço de violação. Sobre esse aspecto, Saffioti e Almeida (1995) afirmam que os agressores de mulheres em geral são pessoas conhecidas e do e/ou que fazem parte do âmbito familiar.

Outro conceito é o de violência contra a mulher. Este ao contrário dos anteriores já deixa explícito o sujeito preferencial que sofre este tipo de violência. Apesar deste avanço, há que se destacar o risco trazido por este conceito, que de acordo com Almeida (2007), está relacionado à vinculação de uma perspectiva

vitimista da mulher, o que pode colocá-la num lugar de passividade ou imobilismo.

No tocante à perspectiva vitimista, Saffioti (1997) pontua a incongruência deste tipo de compreensão visto que mesmo quando as mulheres são vítimas da violência estas permanecem sujeitos ao reagirem ou quando se queixam do que sofrem. Considerá-las vítimas deste tipo de violência não é o mesmo que enxergá-las como passivas ou inertes diante das situações vivenciadas.

A outra designação apresentada por Almeida (2007) é da violência de gênero. De acordo com a autora, esta é a única que vai além de uma dimensão meramente descritiva por trazer à tona um qualificativo da violência, que é a categoria histórica e analítica gênero. Apesar do seu avanço qualificativo, a autora pontua que esta é também uma definição incompleta por ser muito abrangente, sendo possível deixar “escapar as particularidades das relações de exploração e dominação que se exercem nas relações íntimas” (Almeida, 2007, p. 26).

Apesar disso, a autora pontua que esta é uma definição válida por ser a única capaz de trazer à evidência a dimensão relacional da violência, pautada nas desigualdades de gênero e nas disputas por poder presentes no seio das relações sociais. Desigualdades estas que fundamentam as concepções hegemônicas de feminilidade e de masculinidade, das quais derivariam os demais tipos de violência – doméstica, intrafamiliar e contra a mulher – que se materializam por meio de relações simbólicas e materiais (Almeida, 2007, p. 27-28).

Não havendo assim, espaços para dicotomias entre estrutural e interpessoal, macro e micropolítica, nessa perspectiva, estes âmbitos estão todos dialeticamente intrincados, entendendo que “o lugar do social em que se encontram os sujeitos, suas representações, seus referenciais, seu reconhecimento social é construído a partir de sua inserção nas relações estruturadoras do ser social” (Almeida, 2007, p. 28).

Nesse sentido, podemos inferir a partir destas definições trazidas por Almeida (2007), que a utilização da terminologia violência de gênero contra as mulheres conceitua o fenômeno de forma ampliada por duas razões, possui um sujeito a quem este tipo de violência se direciona, bem como destaca o panorama sócio-histórico no qual se fundamenta as desigualdades de gênero e disputas de poder no âmbito das relações sociais.

Para Saffioti, (2004, p. 80), há ainda a compreensão da violência de gênero contra as mulheres como todo agenciamento capaz de violar os direitos humanos constituídos. Para fins deste estudo, tomaremos esta compreensão mais ampla de violência contra as mulheres, como um fenômeno social que fere os direitos humanos, decorre do modelo patriarcal de sociedade atrelado às categorias de raça/etnia e classe, sendo complexo e multicausal, constituindo-se como questão de saúde pública por seu alto índice e letalidade no Brasil.

No próximo tópico aprofundaremos a articulação dos aspectos da colonialidade e da raça, que trazem especificidades ao fenômeno da violência de gênero contra as mulheres no Brasil.

1.3.

Interseccionalidade: colonialidade e racismo como faces da violência de gênero contra as mulheres no Brasil

Nos marcos da expansão burguesa mercantilista fora forjada pela primeira vez a ideia de raça no mundo. Tomando como referência o pensamento de Almeida (2018), foi no contexto do avanço da dominação europeia sobre novas terras e povos que a cultura renascentista passou a vislumbrar as diversas possibilidades da existência humana.

Marx já apontava que o sistema colonial se utilizou de mecanismos de saqueio, escravização e de extrema violência para impulsionar a concentração de capital daqueles que exerciam a dominação-exploração de outros povos. Foram as riquezas roubadas desses povos e terras que se tornaram capital nas mãos dos colonizadores. Nas palavras do autor,

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopolia” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíram à metrópole e lá se transformavam em capital. (Marx, 2017, p. 1001).

Para Almeida (2018), esta foi a base histórica e material que transformou “todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas” (Almeida, 2018, p. 20), tomando o europeu como modelo de homem universal - vale ressaltar aqui a dupla dimensão de dominação, relacionadas ao gênero masculino e a disposição geográfica no globo como padrão hegemônico.

Faz-se necessário apontar que a noção de homem não é dada à priori como algo natural, trata-se também de uma concepção historicamente e socialmente constituída, sendo esta, uma construção filosófica herdada do século XVIII com o projeto iluminista onde o homem é concebido como sujeito e objeto do conhecimento.

Este autor afirma que o iluminismo se tornou arcabouço filosófico das grandes revoluções liberais do final do século XVIII - leia-se Revolução Francesa e Revolução dos Estados Unidos da América -, donde emergem pilares da modernidade, como conceito de igualdade formal perante a lei, cujo intuito era acabar com os privilégios advindos do modelo das sociedades feudais baseadas na linhagem e na imutabilidade da hierarquização social das classes.

Para Almeida, estas revoluções “foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista” (Almeida, 2018, p. 21), donde a construção filosófica do homem universal, direitos universais e razão universal, aparecem como eixos centrais.

Nesse sentido, Almeida afirma que “o iluminismo constituiu as ferramentas que tornaram possível a comparação, e posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos a partir de características físicas e culturais” (Almeida, 2018, p. 20). É neste bojo que surge a divisão entre selvagens e civilizados.

O movimento de levar a civilização para outras terras e povos a fim de promover dominação-exploração, “redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão e a que se denominou de colonialismo” (Almeida, 2018, p. 21), que funda consigo a ideia de raça.

É nesse momento histórico que o projeto iluminista baseado na liberdade, igualdade e fraternidade encontra o que Almeida denomina de “sua grande encruzilhada” (Almeida, 2018, p. 21), a Revolução Haitiana iniciada em 1791.

Nesta revolução o povo negro haitiano passa a reivindicar dos colonizadores franceses os mesmos direitos conquistados pela Revolução Francesa, contestando o tipo de liberdade por eles apregoada que não alcançava a colônia e os corpos escravizados.

Em 1804 os haitianos declararam independência e evidenciaram que o projeto liberal-iluminista não abarcava todos os homens como livres tampouco os reconhecia como seres humanos. É nesse contexto que de acordo com o referido autor, o conceito de raça emerge como um elemento legitimador do colonialismo e da escravidão, apaziguando a contradição evidente entre a formulação iluminista e a destruição de povos nas Américas, África, Ásia e Oceania por meio do processo de desumanização (Almeida, 2018).

A concepção de inferioridade dos povos colonizados foi sendo reforçada ao longo dos anos por meio de mecanismos diversificados, sobretudo com o advento do positivismo que emerge no século XIX e atribui caráter científico a ideia de raça.

A biologia e física serviram como modelos explicativos da diversidade humana: nasce a ideia de que características biológicas - determinismo biológico - ou condições climáticas e/ou ambientais - determinismo geográfico - seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre raças. Desse modo, a pele não-branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência (Almeida, 2018, p. 23).

Apesar de o conceito de raça ter sido questionado pela antropologia já no século XX, que afirmava a inexistência de padrões culturais e/ou biológicos passíveis de hierarquizações, a noção de raça foi ainda utilizada para legitimar o genocídio praticado pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. O que fundamenta o argumento do autor ao afirmar que “raça é um elemento essencialmente político” (Almeida, 2018, p. 24), utilizado para validar e naturalizar desigualdades historicamente e socialmente construídas.

No mesmo sentido que as afirmações de Almeida, Ianni (2004) aponta que a raça não é uma condição natural, mas sim “uma construção social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais,

envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação” (Ianni, 2004, p. 23).

Analisando este fenômeno, Quijano, autor latino-americano, desenvolveu a concepção de colonialidade do poder, “um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de ‘raça’” (Quijano, 2002, p.4). Para ele, assim como para Almeida, foi no bojo do projeto colonizador que a ideia de raça se inaugurou no mundo, estabelecendo padrões de poder, entendido nessa perspectiva como um tipo de relação social baseada na exploração, dominação e conflito.

Para Quijano, a colonialidade do poder afeta quatro âmbitos da existência social: “1) o trabalho, seus recursos e seus produtos; 2) o sexo, seus recursos e seus produtos; 3) a autoridade coletiva (ou pública), seus recursos e seus produtos; 4) a subjetividade/ intersubjetividade, seus recursos e seus produtos” (Quijano, 2002, p. 4).

Em outras palavras, não só a raça, mas também o controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho estão subordinados nesse contexto a compreensão posta pela colonialidade do poder. Nesse sentido o autor afirma:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (Quijano, 2005, p. 117).

Aprofundando a noção de colonialidade do poder, Lugones, autora feminista latino-americana que investiga a intersecção de classe, raça, gênero e sexualidade afirma que apesar dos avanços trazidos pelo pensamento de Quijano na década de 1990, este modelo analítico não dá conta do sistema de colonialidade do gênero.

Para Lugones (2014), a partir dos aportes de gênero implícitos na concepção de colonialidade do poder de Quijano, o autor toma como verdadeira a suposição

de que o gênero e a sexualidade são elementos inerentes a todas as sociedades, inclusive as colonizadas. Nesse sentido, Lugones acredita que Quijano naturaliza as premissas patriarcais, heterossexuais e eurocentradas no tocante ao gênero, por não considerar a possibilidade de antes da colonização, em algumas sociedades, não existir a organização baseada no gênero.

Para tanto, Lugones utiliza como referência os estudos de Oyurinke Oyewumi, feminista nigeriana, e Paula Allen Gun, feminista indígena americana, para provar a ideia de que tanto o gênero quanto a raça são conceitos criados pelo projeto colonizador para promover a dominação-exploração dos povos colonizados (Mendonza, 2014, p. 22).

Tal afirmação fundamenta-se no argumento de que “não existia nas sociedades yorubas e nos povos indígenas da América do Norte um princípio organizador parecido com o de gênero do Ocidente antes do ‘contato’ e da colonização” (Mendonza, 2014, p. 22), pois além de não se organizarem hierarquicamente com base no gênero, as mulheres detinham os mesmos direitos de acesso ao poder público e simbólico do que os homens.

Esta, no entanto, não é uma posição consensual entre as teóricas feministas que se encontram no campo dos estudos decoloniais, cuja aposta central volta-se para a construção de uma perspectiva epistemológica pautada na história de países que sofreram o processo dominação-exploração da colonização europeia.

Para Rita Segato, teórica feminista argentina, o que existia antes do projeto intrusivo colonizador (Segato, 2016) eram sociedades, denominadas pela autora de mundo/aldeia, com patriarcado de baixa intensidade. Ou seja, apesar das diferenças no tratamento das relações de gênero nessas sociedades se comparadas ao vivenciado pelas mulheres européias, Segato não nega a existência do patriarcado no mundo/aldeia, resguardadas as suas especificidades históricas. Em suas palavras:

[...] respaldada por una gran acumulación de evidencias históricas y relatos etnográficos que muestran de forma incontestable la existencia de nomenclaturas de género en las sociedades tribales y afro-americanas. Esta [...] vertiente identifica en las sociedades indígenas y afro-americanas una organización patriarcal, aunque diferente a la del género occidental y que podría ser descripta como un patriarcado de baja intensidad, y no considera ni eficaz ni oportuno el liderazgo del feminismo eurocéntrico (Segato, 2016, p. 77).

Sem a pretensão de resolver aqui este debate, a elucidação destes contrapontos se faz necessária para pontuar a existência de diversas concepções quanto aos impactos trazidos pela colonização para a compreensão de gênero e raça sobre os países e povos colonizados, cujas consequências podem ser observadas até os dias atuais.

Nesse sentido, visando articular e exemplificar a materialização dos conceitos de raça e gênero sobre a vida das mulheres, sobretudo das negras no Brasil, utilizaremos o aporte teórico de Lélia Gonzalez, teórica brasileira e feminista negra, para pensar a conjugação do racismo e do sexismo nesta sociedade.

O Brasil foi o último país no mundo a abolir a escravidão dos povos negros que de acordo com Moura (1988) durou de 1549 até 1888, deixando marcas históricas profundas em nossa sociedade. De acordo com este autor, “segundo fontes que se aproximam da verdade (o contrabando de negros [e negras] realizado em grande escala torna todas as estimativas falhas), foram trazidos para o Brasil cerca de 8 a 9 milhões de africanos até ser extinto o tráfico em 1850” (Moura, 1988, p. 1).

Moura (1988) aponta que a mulher negra era a que mais sofria com os efeitos nefastos da escravidão. De acordo com este autor, além de ser transformada em objeto de trabalho, a mulher negra foi transformada também em objeto sexual do colonizador. Nesse sentido, mesmo com o fim da escravidão dos povos negros no país, Gonzalez afirma que “a articulação do racismo e do sexismo produz [até os dias atuais] efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (Moura, 1984, p 224).

Em primeiro lugar, Gonzalez afirma que o que existe no Brasil é a construção do mito da democracia racial, que pode ser entendido como afirmação de que as relações sociais de raça no Brasil não são desiguais. Através de um texto potente e provocativo a autora questiona:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse isso? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... nem parece preto (Gonzalez, 1984, p. 226).

O texto revela assim o racismo brasileiro que se pretende ocultar com o mito da democracia racial. Utilizando esta construção metodológica, Gonzalez consegue também “apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel” (Gonzalez, 1984, p. 226).

Para tanto, a autora analisa as simbologias do carnaval, da doméstica e da mulata como exemplos da violência racial sofrida pelas mulheres negras no Brasil. De acordo com Gonzalez, no carnaval as mulheres negras ganham destaque com a exibição de seus corpos, no entanto, basta trocar de lugar na sociedade, retornando ao cotidiano que estas se tornam empregadas domésticas (Gonzalez, 1984, p. 228). Gonzalez afirma que:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (Gonzalez, 1984, p. 228).

Nesse sentido, a autora retoma os tempos da escravidão para compreender o fenômeno da exaltação da mulata e o lugar da doméstica. Destacando que desde os tempos da escravidão é atribuído às mulheres negras o papel de “mucama”, como escrava que realizava os serviços domésticos, mas que também por vezes era explorada sexualmente por meio dos estupros praticados pelos senhores.

É por meio desta chave de análise que a autora remonta o lugar da doméstica e da mulata (esta última vista como objeto de desejo sexual carnavalesco) no engendramento “a partir da figura da mucama” (Gonzales, 1984, p. 230). Para a autora, a doméstica corresponde ao papel da “mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e da dos outros nas costas” (Gonzales, 1984, p. 230) ao mesmo tempo que é o lado contrário da imagem de exaltação da mulata no carnaval.

Nesse sentido Gonzalez articula três categorias, gênero, raça e classe, destacando que as mulheres negras trabalhadoras sofrem cotidianamente os efeitos

do racismo, do capitalismo e do patriarcado através da venda de sua mão de obra nos serviços considerados mais desvalorizados dentro da divisão social do trabalho, bem como por meio da sexualização e objetificação de seus corpos.

Visando compreender o imbricamento destes fenômenos - gênero, raça e classe - sem reducionismos, utilizaremos neste estudo o recurso metodológico da interseccionalidade, que a teórica e feminista negra estadunidense, Crenshaw define da seguinte forma:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Para Collins (2017), a ideia de articulação de dois ou mais sistemas de poder nasce nas décadas de 1960 e 1970, no contexto da produção de documentos, panfletos, cartilhas, poesias e ensaios pelo ativismo do movimento feminista negro estadunidense, dentre suas vanguardistas podemos citar Cade Bambara e June Jordan, seguidas pelo movimento feminista latino na década de 1980, cuja a autora expoente à época fora Gloria Anzaldua.

Audre Lord, teórica feminista, caribenha-americana, lésbica e ativista dos direitos civis, na década de 1980 afirmou em um texto que tratava sobre a não hierarquia de opressão, “eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular” (Lorde, 2018, p. 6).

De acordo com Collins (2017), no contexto do movimento social a ideia de interseccionalidade possuía uma relação intrínseca com um projeto de conhecimento, constituído por ideais políticos emancipatórios. Que não falam de uma emancipação política, restrita e limitada aos marcos do sistema capitalista, mas sim de uma emancipação humana, que abarque os indivíduos sociais em sua complexidade e diversidade.

No entanto, a ideia de articulação dos diversos sistemas de poder nem sempre foi nomeada como interseccionalidade. Foi a entrada de mulheres negras,

cuja trajetória advinha dos movimentos sociais, na academia, que trouxe à baila a necessidade de realizar uma leitura científica ampliada que desse conta dos diversos sistemas de poder na sociedade, sem fragmentações limitadoras. Collins afirma que “a construção da interseccionalidade ofereceu um termo guarda-chuva reconhecível, que fixava essas relações dinâmicas de modo a tornar o campo compreensível nas normas acadêmicas de autoria, propriedade e descoberta” (2017, p. 10).

Foi na década de 1990, com o famoso artigo da feminista negra, teórica crítica da temática racial e advogada Kimberlé Crenshaw, *Mapping the Margins: Interseccionalidade, Identity politics, and Violence against Women of Color*, publicado em 1991, que o termo interseccionalidade ganha visibilidade e legitimidade acadêmica. No entanto, vale salientar que a ideia não nasce neste período, bem sua existência antecede ao espaço da academia e se origina no campo dos movimentos sociais (Collins, 2017).

Nesse sentido, “a interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, [...] porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições” (Collins & Bilge, 2016 apud Collins, 2017, p. 7).

A importância dos estudos da interseccionalidade está na sua busca por articular diversos sistemas de poder sem hierarquizá-los, não se restringindo assim, ao gênero, raça e classe, ao passo que amplia seu olhar também para outros sistemas de poder e subordinação como a sexualidade, a idade, a habilidade, a etnia e a religião (Collins, 2017).

Para Akotirene (2019), teórica brasileira do campo dos estudos interdisciplinares de gênero, mulheres e feminismos, interseccionalidade é um conceito pensado por feministas negras que a partir de suas experiências passaram a questionar as concepções do feminismo branco bem como do movimento antirracista liderado por homens negros.

De acordo com a referida autora, a interseccionalidade é um conceito que busca instrumentalizar de forma teórica e metodológica o imbricamento dialético estrutural entre racismo, capitalismo e o cisheteropatriarcado. Portanto, Akotirene traz à baila um novo conceito que expande a compreensão sobre gênero e

patriarcado, visibilizando também as existências que não se limitam ao modelo binarista que envolve apenas mulheres e homens a partir de uma noção biologicista, heterossexual e cisgênera. Para Akotirene:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado - produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2019, p. 19).

Trata-se da compreensão de que não existe uma hierarquia de opressão, o que se pretende evitar com o recurso teórico-metodológico da interseccionalidade é o equívoco analítico de olhar apenas para um tipo de exploração-dominação, deixando de considerar a coexistência do capitalismo, racismo e cisheteropatriarcado na construção da colonialidade que permeia e molda nossa sociedade até os dias atuais.

Assim, a interseccionalidade é um necessário recurso teórico-metodológico e analítico ao abordarmos as violências de gênero vivenciadas pelas mulheres no Brasil, pois está calcada num pensamento complexo de totalidade.

Nesse sentido, é fundamental considerar que as especificidades da nossa conformação histórica e social recaem de formas diferentes sobre as mulheres negras e as não negras, entendendo que estas não vivenciam o sexismo, o cisheteropatriarcado e as violências de gênero da mesma maneira. Em outros termos, as mulheres não podem ser compreendidas como ser social genérico, pois são racializadas, possuem posições de classe, orientação sexual distintas e vivem em territórios onde são estabelecidas diferentes formas de violação, proteção e solidariedade.

Desse modo, podemos utilizar o recurso teórico-metodológico e analítico da interseccionalidade para pensar também o campo dos estudos sobre políticas públicas que atuam no enfrentamento de fenômenos sociais ligados às desigualdades de poder, tal como a violência de gênero contra as mulheres. Torna-se, assim, fundamental a ação do Estado na formulação, promoção e implementação de políticas públicas que articulem gênero, raça e classe na prevenção e enfrentamento deste tipo de violência.

1.4.

Estado, corpo e território: espaços de reatualização da violência de gênero contra as mulheres

Entendendo o Estado capitalista como o principal mediador e regulador das relações entre capital e trabalho, este é espaço não neutro, fundamental para as transformações econômicas e políticas, já que possui funções políticas de dominação (que operam sobre grupos humanos). Suas ações são permeadas por interesses antagônicos das classes fundamentais no sistema capitalista, e por isso, campo de disputa e correlação de forças. Nesse sentido, o Estado capitalista cumpre papel essencial no processo de dominação e na organização societária capitalista moderna, suas ações conformam a produção e reprodução material, social, política e ideológica da vida social (Osório, 2014).

De acordo com Gramsci, para que as classes dominantes se mantenham no poder, utilizam-se do poder político do Estado e de instituições da sociedade civil, através da produção de coerção e consenso, permeando o ideário das classes subalternas por meio da difusão de sua ideologia, convencendo-as de que os valores e interesses dominantes são os mesmos das frações trabalhadoras. De acordo com Carnoy:

Ele [Gramsci] atribuiu ao Estado parte dessa função de promover um conceito (burguês) único da realidade e, conseqüentemente, emprestou ao Estado um papel mais extenso (ampliado) na perpetuação das classes. [...] Em outras palavras, o Estado era muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia; o Estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura (Carnoy, 2005, p. 90-91).

O Estado para Gramsci, em sua concepção ampliada, não é apenas o detentor da força repressora que pode agir com violência para controlar e mediar as relações entre capital e trabalho, ele contempla também os aparatos ideológicos necessários para produção de coerção e consensos, tais como: educação, religião, família. Existe assim, uma relação dialética entre as determinações materiais, postas na estrutura econômica de produção da sociedade e as determinações político-ideológicas, presentes tanto na estrutura quanto na superestrutura, que influenciam e determinam as construções de políticas públicas e para quem serão direcionadas.

A metáfora do edifício - se (infraestrutura) e superestrutura - é usada por Marx e Engels para apresentar a ideia de que a estrutura econômica da sociedade (a base ou infraestrutura) condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social (a superestrutura). [...] Isso significa que a superestrutura não é autônoma, que não aparece por si mesma, mas tem fundamento nas relações de produção social (Bottomore, 2012, p. 38).

Trata-se da compreensão de que as condições materiais e as condições ideológicas nesta sociedade estão dialeticamente articuladas e produzem contradições próprias da natureza do modo de produção capitalista. Uma destas contradições aponta para o fato de que a conformação de políticas públicas pode ser ao mesmo tempo fruto das reivindicações históricas da classe trabalhadora - que dentro da correlação de forças entre capital e trabalho luta para ter o mínimo necessário para sobreviver - e também cumprir um papel de consenso e apaziguamento da luta de classes, ao passo que legitima em alguma medida o *status quo*.

Saffioti e Almeida (1995) afirmam que a violência de gênero contra as mulheres manifesta-se em todas as sociedades falocêntricas e já foi usada de diversas formas ao longo da história da humanidade, inclusive como arma de guerra, com consentimento do Estado, nos casos em que estupros contra mulheres eram usados como forma de atingir o inimigo.

Sobre as novas roupagens e versões atuais da violência de gênero contra as mulheres, Segato (2016), antropóloga e teórica feminista argentina, traz um novo olhar sobre o fenômeno a partir de um prisma centrado em uma epistemologia feminista dos países colonizados.

Para esta autora, as guerras atuais são caracterizadas pela presença da informalidade, controlada por organizações armadas que contam com participações de efetivos estatais, paraestatais e que utilizam os corpos das mulheres como parte do campo de disputa e dominação.

De acordo com Segato (2016), no século XX as guerras se transformaram em formas de existência substantivas, ou seja, já não existe o objetivo de chegar ao seu fim ou a conquista da paz. As guerras se apresentam hoje como incontornável horizonte de toda a política nos países subalternos.

Trata-se de uma nova conjuntura bélica mundial, onde determinados países são superviolentos ainda que não tenham guerras declaradas no plano formal,

mesmo que internamente possuam guerras incessantes com atuação direta de instituições estatais e paraestatais.

De acordo com Segato (2016), apesar dos importantes avanços nas políticas públicas de proteção para as mulheres em diversos países, a violência de gênero contra as mulheres tem crescido, “especialmente la ocupación depredadora de los cuerpos femeninos o feminizados en el contexto de las nuevas guerras” (Segato, 2016, p. 58).

Como exemplos, a autora destaca as guerras ocorridas na antiga Iugoslávia e em Ruanda, onde a agressão sexual a mulheres passou a ser utilizada como arma de guerra. Não são guerras de um estado nação contra outro, são guerras permanentes que ocorrem de forma continuada em algumas regiões do mundo, como exemplo, podemos citar a guerra às drogas no Brasil que se estabelece de forma mais presente em alguns territórios, como bairros pobres e periféricos.

La violencia urbana, especialmente en las ciudades latinoamericanas, diseña escenarios bélicos difusos y en franca expansión, vinculados estrechamente a la informalización de la economía y al aumento vertiginoso del capital no declarado (Segato, 2016, p. 73).

Para a compreensão da categoria território, trabalharemos aqui com a concepção de Santos (2007), geógrafo brasileiro. Para este autor, o território pode ser compreendido como espaço de produção e reprodução das relações sociais e subjetivação dos indivíduos. Trata-se do lugar onde se materializam as realidades vivenciadas pelos sujeitos que ocupam determinado espaço, permeado pela realidade local, bem como por seu contexto político, histórico, econômico e cultural.

Tais realidades expressam uma relação intrínseca com as bases históricas, sociais e culturais sob as quais está pautada a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, os territórios retratam, em intensidades diferentes, também as dimensões das desigualdades de gênero, raciais e de classe que permeiam nossa sociedade, porém em contextos locais.

É também nesse contexto local que se apresentam as guerras constantes, apontadas por Segato (2016) como guerras em que a violência praticada contra as mulheres deixa de ser um evento adverso para se transformar em um objetivo

estratégico de um novo modelo bélico, pautado em uma pedagogia da crueldade que se dirige aos que não estão no fronte armado desta guerra, mas a mulheres, crianças, adolescentes, ou todos aqueles que podem ser reconhecidos dentro do sistema de dominação-exploração patriarcal como corpos feminizados.

Esta violência, de acordo com Segato (2016), se inscreve de forma privilegiada nos corpos das mulheres, ao passo que passam a integrar a estrutura da guerra que se manifesta em forma sexualizada de agressão.

A autora aponta que é por meio da violência sexual que se afirma a destruição moral daquele que foi constituído como inimigo. Nesse contexto, o corpo da mulher é utilizado como espaço a ser dominado, visando a derrota moral do inimigo. Com isso, se transmite a mensagem de que não existem limites na pedagogia da crueldade.

Para Segato, estes são crimes de guerra, de uma nova forma de se fazer guerra. Não são crimes de motivação sexual ou crimes de intimidade, são crimes de guerra que atingem o ser social mulher e estão no contexto político. Por isso, concordamos com a seguinte afirmação da autora,

La violación y la tortura sexual de mujeres y, en algunos casos, de niños y jóvenes, son crímenes de guerra en el contexto de las nuevas formas de la conflictividad propios de un continente de paraestatalidad en expansión, ya que son formas de la violencia inherente e indisoluble de la dimensión represiva del Estado contra los disidentes y contra los excluidos pobres y no-blancos (Segato, 2016, p. 62).

Podemos afirmar que a sexualização das violências representa uma estratégia militar de guerra, com uma nova definição de território, onde os corpos das mulheres constituem também campo de disputa pela dominação.

Para Segato (2016), não são quaisquer corpos, são corpos femininos, racializados e localizados em uma relação de classe, elementos constitutivos das relações sociais, que dialogam com o chamado nó entre gênero, raça e classe de Saffioti (2004).

Nesse sentido, para Segato (2016) não devemos entender essa violência - estatal, paraestatal e contra os corpos das mulheres e os corpos feminizados - como esporádica, pontual ou privada. Ao contrário, ela deve ser percebida em seu caráter sistêmico e estrutural.

Na violência sexual o caráter expressivo é claro, visto que seu objetivo é transmitir uma mensagem de poder apropriada socialmente, baseada na pedagogia da crueldade contra as mulheres. Para a autora, a pedagogia da crueldade e a violência contra as mulheres têm como base fundamental o sistema de exploração-dominância patriarcal, pautado nas relações desiguais de gênero. Sendo esta, a estrutura política mais antiga e contínua da humanidade.

Portanto, para Segato (2016) tais crimes quando envolvem morte de mulheres não devem ser lidos como feminicídios ou crimes de ódio, pois são explicações reducionistas e simplificadoras deste fenômeno, que o recoloca no âmbito do privado, do íntimo e da anomalia, quando na verdade envolvem interesses que superam a esfera da intimidade.

Além de se manifestarem em cenários de extrema complexidade, onde se combinam dimensões sociais e individuais, como as estruturas do patriarcado e forma de organização de determinada sociedade. Portanto, é preciso compreender as dimensões públicas presentes nestes crimes, que para a autora, devem ser considerados crimes de guerra.

Esses são tipos diferentes de feminicídio, que não estão pautados em relações interpessoais, apesar de obedecerem a padrões patriarcais presentes no meio familiar, que atravessam toda a organização social, estas violências sexuais relacionam-se exatamente com o fato de serem impessoais, sendo mediados pelas categorias mulher, raça, classe.

É neste campo conflituoso e de profundas disputas, que se inserem as possibilidades de construção de políticas públicas voltadas para prevenção e enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres, como fenômeno socialmente construído, historicamente determinado e que possui particularidades de acordo com realidades locais.

2

A constituição do campo das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres

Neste capítulo serão abordados os principais marcos internacionais no campo dos Direitos Humanos que possibilitaram o desenvolvimento de políticas de proteção às mulheres em situação de violência.

Dentre eles, destacamos as declarações, tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos das quais o Brasil se torna signatário, sobretudo a partir do período de redemocratização do país na década de 1980.

É nesse bojo que em 1994 foi realizada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, na cidade de Belém do Pará, no Brasil. Esta convenção ficou conhecida como Convenção de Belém do Pará e foi absorvida pela legislação brasileira com a promulgado o Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Esta foi a primeira convenção que trouxe de forma clara uma definição sobre violência de gênero contra as mulheres que de acordo com a declaração oriunda desta convenção, consiste em “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Brasil, 1996, art. 1).

Ressalta-se que a adesão do Brasil à esses tratados internacionais se deu não só pelo contexto internacional, como também, a partir das pressões internas exercidas pelo movimento de mulheres e o movimento feminista que demandaram ações efetivas do Estado brasileiro no âmbito da defesa e proteção dos direitos das mulheres.

Desde o início da década de 1980 integrantes do movimento de mulheres organizadas que lutavam pelo fim do homicídio de mulheres, criaram o SOS mulher, projeto vanguardista voltado para o atendimento às mulheres em situação de violência de gênero, considerado o precursor do que hoje conhecemos como Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

Como desdobramentos desse processo, diversas leis, programas e ações foram desenvolvidas no campo da proteção às mulheres em situação de violência

de gênero, sobretudo a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, quando a temática entra para a agenda política do país e ações sistematizadas e articuladas começam a ser desenvolvidas neste campo, não mais esporádicas como anteriormente.

Nesse sentido, como um dos principais avanços destacamos a promulgação da PNEVM, que trouxe dentre outras concepções, a ideia de Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Amplia-se com isso, a compreensão sobre o fenômeno da violência de gênero, entendendo-o como algo complexo que requer a atuação articulada do estado, sociedade civil e de diversas políticas públicas, como saúde, educação, segurança e etc.

Dentre os serviços que integram esta rede, destacamos o papel central dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, como porta de entrada para o acesso à política e espaço privilegiado para um atendimento multiprofissional e integrado aos casos de violência.

2.1.

O enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres nos contextos internacional e nacional

A violência contra as mulheres vem sendo considerada tema a ser abordado por diversos organismos internacionais ao longo dos anos - como Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS.) -, assim como pelo movimento feminista e de mulheres.

Sobretudo no pós-segunda guerra mundial, esta temática entra em voga no debate mundial a partir da promulgação de tratados internacionais de Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário. De acordo com Piovesan,

Direito Internacional dos Direitos Humanos, surge em meados do século XX como resposta aos crimes cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, sendo assim, trata-se de um direito pós-guerra. Diante do terror e da lógica de destruição posta sobre as pessoas neste período, onde seres humanos eram considerados descartáveis, torna-se latente a necessidade de reconstrução dos parâmetros internacionais de valores éticos relacionados os direitos humanos, bem como a

criação de obrigações e responsabilidades para os Estados para com as pessoas (Piovesan, 2013, p. 191)

O movimento internacional dos Direitos Humanos considera que todas as nações possuem deveres no que tange ao respeito aos direitos humanos de seus cidadãos, podendo reivindicar o cumprimento destes junto aos organismos de representação internacional. Com base nestas concepções é criada em 1945 a Organização das Nações Unidas (ONU), que em 1948 aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com adesão de 48 Estados. Para Piovesan,

[...] a Declaração de 1948 demarca a concepção contemporânea dos direitos humanos. [...] Constitui-se em parâmetro e código de atuação para os Estados integrantes da comunidade internacional. [...] Nesse sentido, a Declaração é um dos parâmetros fundamentais pelos quais a comunidade internacional ‘deslegitima’ os Estados. Um Estado que sistematicamente viola a Declaração não é merecedor de aprovação por parte da comunidade mundial (Piovesan, 2013, p. 210).

Diante disto, foram elaborados inúmeros tratados, convenções e declarações internacionais orientados para proteção de direitos considerados fundamentais, dos quais o Brasil se torna signatário após o período da ditadura civil-militar deflagrada em 1964. Somente com a redemocratização do país, a partir de 1985, e de forma mais contundente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que o Estado brasileiro passa a integrar os tratados internacionais de direitos humanos.

É neste bojo que em 1975 fora realizada no México a I Conferência Mundial sobre a Mulher. Como desdobramento deste evento, em 1979 fora realizada a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW). Para Barsted (1999), apesar desta ter sido a primeira convenção internacional de direitos humanos cujo foco central era a proteção das mulheres, esse evento não trabalhou a questão da violência de gênero, o que só ocorreu na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena, em 1993.

Já na década de 1980, realizou-se a II Conferência Mundial sobre a Mulher, em Copenhague e subsequentemente a III Conferência, realizada em Nairobi, cujo papel foi expor:

[...] a grave situação das mulheres em todos os países; o lento avanço da incorporação de suas reivindicações e dos compromissos internacionais e a persistência das discriminações expressas de diversas formas, das mais sutis às mais cruéis. Face a tal constatação, a Conferência de Nairobi traçou metas para o futuro, consubstanciadas em ações concretas que deveriam ser implementadas para superar as discriminações e as desigualdades de gênero e proporcionar o desenvolvimento das mulheres (Barsted, 1999, p. 31).

Posteriormente, em 1993 foi elaborada a Declaração sobre Eliminação da Violência Contra Mulher, e em 1994 fora realizada a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, na cidade de Belém do Pará, no Brasil. Esta convenção ficou conhecida como Convenção de Belém do Pará e foi apensada pela legislação brasileira por meio do Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. O documento gerado a partir da convenção simboliza um marco no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres, pois em seu documento define violência contra as mulheres como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Brasil, 1996, art.1)

O documento ressalta ainda, que este tipo de violência ocorre em diversos âmbitos e pode ser reproduzida e legitimada pelo Estado e seus agentes. Um exemplo prático desta afirmativa encontra-se nos julgamentos de assassinatos de mulheres cometidos por seus companheiros, no Brasil, em que se usava a alegação de legítima defesa da honra, como ocorreu no caso emblemático de Ângela Maria Fernandes Diniz, assassinada por Doca Street, seu ex-companheiro. O primeiro julgamento de Doca Street ocorreu em 1980, feito pelo Tribunal do Júri de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, e seu advogado de defesa, famoso criminalista Evandro Lins e Silva, utilizou esta tese, aceita em primeira instância, alegando que o réu matou por amor, alcançando redução da pena para dois anos de reclusão (Saffioti, 2004, p. 54-55).

Vale dizer que no Código Penal brasileiro - Decreto Lei 2848/40 -, previa até o ano de 2005 em seu Capítulo IIIV do Artigo 107, a extinção da punibilidade para o perpetrador de crimes sexuais quando este se casasse com a vítima, como forma de reparar o crime, ou quando ela se casasse com outro. Este capítulo foi

revogado apenas pela Lei nº 11.106, de 2005 e serve como exemplo de violência legitimada pelo Estado.

Por essa razão, o documento da Convenção de Belém do Pará indicou um conjunto de medidas que deveriam ser tomadas pelos países visando prevenir, punir e erradicar a violência, tais como o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas sobre a temática, a criação e a garantia de acesso aos programas de apoio às mulheres em situação de violência, capacitação e treinamento de pessoal para atuar junto ao atendimento desta população e etc.

Vale destacar que um ponto relevante trazido por este documento diz respeito a consideração das particularidades das mulheres vulneráveis às situações de violência, destacando aspectos como raça, origem étnica, condição de deslocamento ou refúgio, mulheres idosas ou menores de idade, condição socioeconômica dentre outros:

[...] levarão especialmente em conta a situação da mulher vulnerável a violência por sua raça, origem étnica ou condição de migrante, de refugiada ou de deslocada, entre outros motivos. Também será considerada sujeitada a violência a gestante, deficiente, menor, idosa ou em situação socioeconômica desfavorável, afetada por situações de conflito armado ou de privação da liberdade (Brasil, 1996, artº 9).

Ratifica-se que não existe um ser social mulher de forma genérica ou homogênea, por isso é necessário pensar as especificidades desta população na formulação de políticas públicas que vislumbram atender às suas necessidades.

Já em 1995 reafirma-se o compromisso internacional com os direitos humanos das mulheres a partir da realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que ocorreu em Beijing, China.

Todos esses eventos tiveram como desdobramentos cartas, relatórios e acordos internacionais que reafirmam o compromisso dos países signatários na garantia e efetivação dos direitos das mulheres. Os desdobramentos destes documentos são as legislações que cada país criou para proteção das mulheres quanto aos diversos tipos de violações de seus direitos humanos, dentre estes, a violência de gênero.

Todo esse panorama foi trazido para ratificar que o Brasil se torna signatário destes tratados internacionais, sobretudo a partir da década de 1980 com a

redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a partir disso, precisa incorporar tais diretrizes em sua legislação no âmbito da proteção à mulher.

Cabe ressaltar que a adesão a tais documentos fora impulsionada pela orientação de organismos internacionais como a ONU e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), como agências multilaterais voltadas para os Direitos Humanos.

Podemos relacionar também como outro tipo de influência internacional para construção dessas políticas, a exercida pelo Banco Mundial, que atua e intervêm no funcionamento, reordenamento e alinhamento do sistema financeiro, político e econômico mundial, atuando inclusive junto ao financiamento de projetos voltados para proteção às mulheres. Apesar de significarem avanços, atendem também a interesses específicos da ordem capitalista, colocados como “condição para o desenvolvimento e eliminação da pobreza” (Pena & Pitanguy, 2003, p. 5), no relatório “A questão de Gênero no Brasil”, lançado pela primeira vez em 2003 pelo Banco Mundial. Tal afirmação pode ser observada no texto do referido documento,

Nos últimos anos, o Banco Mundial tem se preocupado com questões ligadas à saúde, violência, pobreza e exclusão social, que têm sido, via de regra, pouco consideradas pelas instituições financeiras mundiais. Esta preocupação se traduziu, dentre outras iniciativas, em estudos que têm ressaltado o papel fundamental destas questões enquanto variáveis intervenientes no desenvolvimento social. De forma bastante pioneira, em 1993 o Banco Mundial (Bird) realizou um estudo sobre as consequências da violação sobre a saúde da mulher, demonstrando que seus efeitos incidiam também sobre a produtividade no trabalho e a escolaridade das vítimas, afetando o processo de desenvolvimento (Pena & Pitanguy, 2003, p. 15).

Há que se evidenciar a participação ativa do movimento feminista e de mulheres no Brasil, para o processo de mudança legislativa e social, objetivando conquistar maior visibilidade às pautas com recorte de gênero, voltadas aos direitos humanos das mulheres.

De acordo com Barsted (1999), a ação organizada do movimento de mulheres contribuiu diretamente no processo da constituinte por meio de denúncias das desigualdades, elaborando e propondo políticas públicas, bem como atuando em prol da conquista de novos direitos das mulheres, tais como “a

igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento de direitos reprodutivos, etc.” (Barsted, 1999, p. 33).

Nesse sentido, passam a serem elaboradas as primeiras políticas voltadas para mulher no Brasil, sobretudo “a partir da década de 1980, os movimentos de mulheres organizadas no País começaram a demandar serviços e equipamentos [...] em particular no enfrentamento da violência de gênero” (Krenzinger, et. al. 2018, p. 35).

2.2.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e seus desafios atuais

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), instituída pela Lei 10683/2003, com *status* de ministério - no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2006) - traz fôlego as pautas relacionadas aos direitos das mulheres dentro da esfera institucional do governo.

Esta secretaria tinha como finalidade atuar na “formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens” (Brasil, 2005, p. 5) e significou uma importante vitória do movimento organizado de mulheres no país, tendo em vista seu caráter nacional de abrangência.

A partir de então, o Brasil institucionaliza uma agenda nacional pública para a articulação, elaboração e implementação de políticas públicas cujo foco central eram os direitos humanos das mulheres.

Dentre as ações desenvolvidas a partir de 2003 pela SPM, podemos citar o lançamento do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, em julho de 2004, composta por representantes do governo e da sociedade civil, bem como do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, cujo principal desdobramento foi a construção do I Plano Nacional de Políticas para Mulheres, de 2004.

As ações deste plano foram estruturadas nos seguintes eixos: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e enfrentamento à violência contra as mulheres. Vale destacar que o primeiro objetivo previsto no

eixo citado de enfrentamento à violência contra as mulheres é “implantar uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher” (Brasil, 2004, p. 19), apontando a necessidade de construção e implementação de uma política voltada ao enfrentamento deste fenômeno.

Há ainda o objetivo de “garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência” (Brasil, 2004, p. 19), cujos passos para sua implementação estão ligados a integração dos serviços de atendimento em redes locais, regionais e nacionais, bem como a instituição das redes de atendimento às mulheres em situação de violência em todos os estados brasileiros.

Já em 2006, destaca-se a criação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que trouxe grandes avanços para o campo do combate e enfrentamento da violência doméstica e familiar, através da criação dos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a proibição do uso de penas pecuniárias para o agressor e a definição dos principais tipos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, sendo estes, física, psicológica, moral, patrimonial e sexual (Brasil, 2006).

Cabe destacar que a criação desta lei é fruto da luta histórica do movimento organizado de mulheres bem como da pressão de organismos internacionais sobre o Estado brasileiro para criação de medidas de proteção aos direitos humanos das mulheres. Esta pressão foi impulsionada também pela história da farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu duas tentativas de homicídio cometidas pelo seu ex-marido.

Após anos recorrendo à justiça brasileira, sem reconhecimento e retorno [Maria da Penha Maia Fernandes], resolveu contatar organismos internacionais [...] que encaminharam o seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos OEA. Obviamente não foi tão imediato assim, porém para fins didáticos e melhor compreensão, o importante é entender que o Estado brasileiro começou a ser ostensivamente pressionado e criticado pelo descaso com a violência estrutural contra as mulheres no país e para fins de relações exteriores, acabou dando esse passo importante no reconhecimento e enfrentamento dessa injustiça de gênero (Rodrigues, 2016, p. 7).

Em 2007, após a realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, foi elaborada a Política e o Pacto Nacional de Enfrentamento à

Violência contra as Mulheres, também em 2007. O principal objetivo geral desta política consiste em “enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral deste fenômeno” (Brasil, 2007^a, p.35). Além disso, esta política também busca:

[...] estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional (Brasil, 2007a, p. 9).

Já o Pacto funciona como um acordo entre todos os entes federativos, visando consolidar e planejar as ações da PNEVM, por meio de políticas articuladas em todo o território nacional. O conceito de violência contra as mulheres incorporado por esta política e pelo pacto fundamentou-se na definição da Convenção de Belém do Pará, que definiu a violência contra as mulheres como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Brasil, 1996, art 1º). Esta definição abarca tanto as violências que ocorrem no âmbito doméstico e familiar, como as perpetradas na comunidade e pelo Estado.

Outro importante conceito trazido por esta política é o de enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres. De acordo com o disposto no documento este conceito está relacionado à “implementação de políticas amplas e articuladas, que procurem dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões” (Brasil, 2007a).

Para tanto, é necessário que haja a articulação das ações entre as diferentes políticas sociais, tais como saúde, educação, assistência, segurança pública e etc, entendendo que o fenômeno da violência de gênero contra as mulheres é complexo, multifacetado e não pode ser tratado de forma estanque por uma só política social.

Portanto, a noção de enfrentamento não se restringe à questão do combate, mas compreende também as dimensões da prevenção, da assistência e da garantia de direitos das mulheres, que compõem os Eixos Estruturantes da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2007a, p. 25).

Sendo assim, são eixos estruturantes desta política: a prevenção, realizada por meio de ações educativas e de desconstrução das relações sociais de poder desiguais entre os gêneros; a assistência às mulheres em situação de violência, por meio do fortalecimento da rede de atendimento e capacitação dos profissionais que nela atuam; o enfrentamento e combate, voltados ao cumprimento da Lei Maria da Penha; bem como a garantia do acesso aos direitos das mulheres, como previsto em leis nacionais e nos diversos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário (Brasil, 2007a, p. 25-27). A política destaca ainda a necessidade do monitoramento permanente das ações desenvolvidas nos quatro eixos supracitados.

Destacamos, também, como um dos principais avanços trazidos por essa política o conceito e consolidação da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, definida pela Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal como:

[...] a atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção, assistência, combate e garantia de direitos às mulheres em situação de violência. Esse conjunto de ações reúne serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), que visam à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e ao encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e à integralidade e à humanização do atendimento.

A composição desta rede em âmbito governamental é integrada pelos seguintes dispositivos: Centros de Referência de Atendimento à Mulher; Núcleos de Atendimento à Mulher; Casas-Abrigo; Casas de Acolhimento Provisório; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs); Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns Polícia Civil e Militar; Instituto Médico Legal; Defensorias da Mulher; Juizados de Violência Doméstica e Familiar; Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; Ouvidorias; Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica; Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos; Núcleo da Mulher da Casa do Migrante (Brasil, 2007a, p. 30).

Antes da promulgação desta política, as ações para combate e enfrentamento a este tipo de violência estavam voltadas para a capacitação de profissionais e a construção da rede de serviços para suporte às mulheres em situação de violência no âmbito da segurança pública, além dos serviços de atendimento criados pelo movimento social de mulheres.

Podemos citar como avanços mais recentes no marco legal deste campo, a promulgação em 2015 da Lei 13.104 que alterou o Art. 121 do Código Penal brasileiro, qualificando o homicídio de mulheres como feminicídio e incluindo assim, no campo dos crimes hediondos. Além da Lei nº 13.718 de 2018 que define como crimes o ato de importunação sexual e divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável.

Vale ressaltar que estas leis preveem a criminalização e punição dos agressores, o que não necessariamente traz impactos imediatos sobre a redução do número de feminicídios e crimes de importunação sexual. Algumas autoras feministas negras, como Borges (2018) e Akotirene (2019) apontam para a inimputabilidade dos homens brancos a despeito do encarceramento em massa da população negra³, como um fator histórico e social necessário a ser observado na formulação de leis que vislumbram a proteção às mulheres em situação de violência de gênero. Para Akotirene,

Urge o enfoque interseccional de feministas brancas, capaz de compreender a inimputabilidade imposta aos homens brancos após cometerem crimes contra a administração pública. Brancos lesam a nação inteira, agridem mulheres e, no entanto, têm penas suavizadas. A interseccionalidade leva em conta a classe, promotora das negociatas com as polícias e sistemas penais, diferentemente dos homens negros pobres, aos quais foram imputados os estereótipos de perigosos, agressores de mulheres e maníacos. (Akotirene, 2019, p. 67).

Nesse sentido podemos compreender que a criação de leis que visam a punição e criminalização da violência de gênero contra as mulheres que não possuam em seu horizonte uma metodologia teórico-analítica interseccional, que possa articular gênero, raça e classe já em sua formulação, contribui ao fim e ao

³ BORGES, Juliana. O que é o encarceramento em massa. São Paulo, 2019.

cabo para o reforço de práticas institucionais racistas como o encarceramento em massa da população negra e pobre em nosso país.

O que não significa dizer que estas leis não sejam relevantes, tampouco estamos defendendo a menorização destes crimes, como ocorria com o pagamento de penas pecuniárias antes da promulgação da Lei Maria da Penha (Akotirene, 2019, p. 69). A reflexão aqui trazida aponta para a necessidade de se considerar o racismo e o elitismo como elementos estruturais da sociedade brasileira, que podem perpassar também a formulação e a execução das leis e políticas voltadas à proteção de determinado segmento populacional.

A despeito dos avanços observados ao longo destes anos no âmbito do marco legal da proteção às mulheres em situação de violência de gênero, a conjuntura política atual do Brasil vem trazendo fortes ameaças às garantias desses direitos duramente conquistados, sobretudo com o pouco investimento na efetivação das ações e políticas existentes. Cenário que se agrava a partir do ano de 2016 com o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, democraticamente eleita em 2014.

Com a entrada do presidente interino Michel Temer, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres perdeu o caráter de ministério e junto com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher passou a ser subordinado ao Ministério dos Direitos Humanos, a partir do Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018, desarticulando-os da Secretaria de Governo da Presidência da República.

Além disso, a Emenda Constitucional 95, publicada em 15 de dezembro de 2016, instituiu o novo regime fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, promovendo o congelamento de gastos públicos nas políticas que integram a seguridade social brasileira por vinte anos. O que significa dizer que durante este período não haverá crescimento de gastos com as políticas subordinadas a este campo, impactando diretamente em seu sucateamento e fragilização. Esta emenda ficou popularmente conhecida como do “teto de gastos” ou do “fim do mundo”.

Além das ameaças referentes ao corte progressivo de verbas destinadas às políticas para enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres, a eleição do atual presidente declaradamente de direita, Jair Messias Bolsonaro, que assumiu a presidência em 2019 também indica alguns retrocessos neste campo.

Em seu plano de governo a palavra mulher aparece duas vezes, uma delas relacionada aos casos de estupro, algumas das propostas apontadas no documento são “prender e deixar preso”, “reduzir a maioria penal”, “reformular o Estatuto do Desarmamento” dentre outras.

Cabe destacar que nenhuma das propostas prevêem ações educativas de prevenção da violência de gênero contra as mulheres, tampouco o fortalecimento da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência. São propostas estanques que podem até mesmo agravar a situação de mulheres que vivem em situação de violência doméstica e familiar, como a legalização e ampliação do porte de armas pela população civil.

Atualmente, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) integra a pasta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que tem Damares Alves como ministra, que já fez afirmações públicas dizendo que mulher nasce para ser mãe e infelizmente precisa ir para o mercado de trabalho, desconsiderando por completo os direitos das mulheres sobre a escolha de reprodução.

Além disso, a inclusão da SPM num ministério que é também o da família, retoma o lugar das mulheres vinculado à essa instituição social, mesmo quando é sabido que boa parte das violências sofridas por mulheres ocorrem no espaço familiar e doméstico.

Esta conjuntura política apresenta outros pontos de inflexão nos direitos das mulheres, tais como a criação do projeto de lei 2731/2015 que visava proibir a utilização de discussões sobre gênero nas escolas públicas do país, considerada como doutrinação ideológica. Entendendo que as relações de gênero são fundamentos da vida social, tanto quanto as relações de classe e raça/etnia, podemos afirmar que as relações sociais de poder baseadas nas diferenças entre o masculino e feminino se tornam desigualdades que subsidiam a violência de gênero contra as mulheres, que extrapolam o âmbito familiar e apresentam-se também na comunidade e no Estado, como violência institucional.

Nesse sentido, a tentativa de proibição de discussões sobre gênero no âmbito da formação escolar é uma prova de que o debate destas desigualdades e relações de poder está em disputa na sociedade, podendo ser fortalecido ou

deslegitimado pelo Estado, trata-se de uma correlação de forças que envolve interesses das instituições políticas bem como da sociedade civil.

De acordo com uma matéria publicada pelo site Agência Patrícia Galvão⁴, recentemente, no mês de fevereiro de 2020, o atual presidente Jair Messias Bolsonaro, quando questionado sobre a baixa nos recursos investidos no campo da política de proteção às mulheres em situação de violência, o presidente declarou que “A (ministra) Damares (Alves) está sendo 10 nesta questão, não é dinheiro, recurso. É postura, mudança de comportamento que temos que ter no Brasil, é conscientização”. Afirmando que quando se trata de violência de gênero contra mulheres não é preciso pensar em investimento de recursos públicos, mas sim em conscientização, deixando clara a sua posição que contribui para o enfraquecimento e sucateamento desta política. Ainda de acordo com a matéria,

Entre 2015 e 2019, o orçamento da Secretaria da Mulher, órgão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foi reduzido de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões. Levantamento feito pelo Estado [jornal O Estado de São Paulo] aponta que, no mesmo período, os pagamentos para atendimento às mulheres em situação de violência recuaram de R\$ 34,7 milhões para apenas R\$ 194,7 mil.⁵

Deixando evidente que os direitos das mulheres não estão ganhos ou estabelecidos, mesmo após conquistas históricas, estes permanecem em disputa e sendo frequentemente questionados e atacados.

O fortalecimento das ações propostas pelo Pacto e PNEVM, bem como da Rede de Atendimento são apenas alguns dos desafios colocados nesse contexto aos movimentos feministas e organizados de mulheres no Brasil frente aos seus direitos.

⁴ Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/nao-e-dinheiro-e-postura-diz-bolsonaro-apos-reduzir-verba-de-combate-a-violencia-contr-a-mulher/>>.

⁵ Ibidem.

2.3.

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência

Foi no início da década de 1980 que integrantes do movimento de mulheres organizadas que lutavam pelo fim do homicídio de mulheres, participaram da criação do SOS mulher, considerada primeira entidade autônoma e voluntária voltada para o atendimento às mulheres em situação de violência de gênero no Brasil (Diniz, 2006).

O SOS mulher foi uma experiência pioneira desenvolvida primeiro em São Paulo, posteriormente em Campinas e no Rio de Janeiro. Os serviços contavam com atendimentos individuais voluntários de psicólogas e advogadas, bem como grupos reflexivos focados em uma perspectiva reflexiva com mulheres que sofreram algum tipo de violência de gênero.

Ao longo desse processo, de acordo com Diniz (2006), as feministas que compunham estes serviços buscavam também dialogar com a opinião pública e expandir a compreensão da violência de gênero contra as mulheres como um problema simbólico, para isso, foi criado o slogan “quem ama não mata”, abordando a questão do homicídio de mulheres praticado por parceiros íntimos.

Foram levantados diversos questionamentos e reflexões sobre o fenômeno, visando desvinculação da ideia de que a violência de gênero era um problema apenas de pessoas pobres, negras e que não tiveram acesso à educação. Trazendo à tona o caráter abrangente da violência de gênero contra as mulheres, que atinge mulheres de diferentes classes sociais, raças e níveis de escolaridade.

Para Silveira (2006), este tipo de serviço como SOS mulher teve como seus principais desdobramentos, a visibilização da violência contra a mulher na sociedade brasileira, bem como a posterior criação da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM) em 1985 no estado de São Paulo.

A autora ressalta que apesar do avanço trazido por este equipamento, a ideia inicial do movimento organizado de mulheres não era criar uma delegacia especializada, mas sim capacitar e sensibilizar os profissionais atuantes nas delegacias já existentes para a compreensão do fenômeno da violência de gênero contra as mulheres.

Sendo assim, apesar das conquistas observadas com a criação da delegacia especializada, como a visibilização do fenômeno, o registro do número de casos e a retirada da violência do âmbito privado para o público, a criação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DDM) e sua multiplicação como Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) também trouxe novas questões para o movimento organizado de mulheres que passou a questionar a segurança das mulheres após a denúncia das violências sofridas bem como o atendimento prestado às mulheres que chegavam à esses dispositivos, que por muitas vezes reproduziam julgamentos.

De acordo com Saffioti (1999), o primeiro curso de capacitação sobre violência de gênero ministrado para policiais que atuavam nas DDMs ou DEAMs só ocorreu em 1998, 13 anos após a criação da primeira DDM no estado de São Paulo. Ainda de acordo com a autora, a necessidade de capacitação no tocante às relações de gênero e violência não se restringem apenas a policiais, ela se estende para diversas categorias como magistrados, profissionais da saúde, educação, dentre outros.

Para Saffioti (1999), as DDMs precisam integrar uma rede de ações e equipamentos que devem compor uma política de enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres, não sendo, portanto, uma medida única e suficiente se for tomada de forma isolada. Nas palavras da autora:

Uma verdadeira política de combate à violência doméstica exige que se opere em rede, englobando a colaboração de diferentes áreas: polícia, magistratura, ministério público, hospitais e profissionais da saúde, inclusive da área psíquica, da educação, do serviço social, etc. e grande número de abrigos muito bem geridos. Cabe ressaltar, mais uma vez, a necessidade urgente de qualificação destes profissionais em relações de gênero com realce especial da violência doméstica (Saffioti, 1999, p. 90).

Apesar da importância das DDMs e DAMs, Silveira destaca que “durante vários anos, o foco das políticas públicas se concentrou no par delegacia/ casa-abrigo” (Silveira, 2006, p. 63), o que representa um limitador no trato da violência de gênero contra as mulheres já que muitas das mulheres que buscam as delegacias estão à procura de uma forma de fazer cessar a violência e se sentirem

mais protegidas, o que não necessariamente está relacionado a punição do autor das agressões.

Para Silveira (2006), apesar de existirem desde a década de 1980 inspirados no SOS Mulher, somente em meados da década de 1990 os centros de referência para atendimento de mulheres em situação de violência de gênero passaram a ter sua importância reconhecida.

De acordo com Silveira (2006), o primeiro centro de referência governamental foi criado no Brasil em março de 1990 na cidade de São Paulo, denominado de Casa Eliane de Grammont. Para a autora, “ali se usou pela primeira vez a expressão “mulher envolvida em situação de violência”, no sentido de incluí-la como sujeito na história de violência (o que não significa considerá-la cúmplice)” (Silveira, 2006, p. 62).

Com uma proposta de atendimento diferente da proposta das delegacias, os centros de referência têm como finalidade viabilizar um espaço reflexivo, de escuta e orientação para as mulheres através de atendimentos individuais ou coletivos psicológico, social e jurídico. Para que as mulheres em situação de violência tenham um espaço para refletirem sobre sua situação, e processualmente com o apoio profissional encontrem formas de romper com a violência, o que não envolve necessariamente a denúncia, a judicialização ou o rompimento do relacionamento.

Para Silveira, um dos principais objetivos dos centros de referência é auxiliar às mulheres na “recuperação da cidadania, autoestima e confiança nas próprias percepções e decisões” (Silveira, 2006, p. 64). Apesar do seu importante papel, sua atuação também esbarra em dificuldades. A autora destaca as dificuldades objetivas enfrentadas pelas mulheres que desejam sair das relações abusivas, no tocante à renda, à moradia, ao desemprego, ao medo e à insegurança.

Para a autora, apesar do caráter democrático da violência de gênero, as diferenças de raça e classe impactam diretamente nas possibilidades de enfrentamento e superação da situação de violência por parte destas mulheres.

Nesse sentido, Silveira destaca que “as políticas de violência têm se pautado pela implantação de serviços pontuais, os recursos oferecidos acabam sendo muito limitados” (Silveira, 2006, p. 65), o que representa também um limite na oferta de

possibilidades para que as mulheres consigam encontrar estratégias de rompimento com a situação de violência de gênero.

Este panorama evidencia que a violência de gênero contra as mulheres não pode ser tratada apenas como caso de polícia, assim como a judicialização isoladamente apresenta-se como saída pouco eficaz. Portanto, faz-se necessário maior investimento nos centros de referência e no fortalecimento de um trabalho articulado em rede que envolva diferentes políticas públicas como assistência social, saúde, trabalho, educação, segurança.

Para Silveira (2006), os centros de referência só passaram a ser valorizados como política pública após o lançamento do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher pela SPM, em 2003.

Em 2006, no bojo da ampliação de investimentos na política de enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres no Brasil, como já mencionado no tópico anterior, a SPM lançou a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência.

De acordo com o documento, a Norma Técnica busca padronizar o funcionamento dos centros de referência em território nacional, objetivando garantir a qualidade na prestação deste serviço não só para as usuárias, como também para produção de dados de pesquisa sobre a violência de gênero contra as mulheres, o monitoramento do fenômeno bem como maior investimento em políticas públicas voltadas para o atendimento dessa população. Nesse sentido, a norma técnica estabelece “diretrizes, atribuições e padrões gerais de funcionamento desse equipamento da Rede de Atendimento” (Brasil, 2006).

Tomando como referência a conceituação trazida pela Norma Técnica, os centros de referência, que integram o programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, são porta de entrada para um atendimento especializado, tendo como objetivo principal auxiliá-las no rompimento da situação de violência através da prestação de atendimentos e orientações interdisciplinares com psicólogas, assistentes sociais e advogadas.

De acordo com o disposto no documento “o atendimento deve pautar-se no questionamento das relações de gênero baseadas na dominação e opressão dos homens sobre as mulheres, que têm legitimado e perpetuado, as desigualdades e a violência de gênero” (Brasil, 2006).

Além dos atendimentos individuais, os centros também devem realizar ações globais, como grupos reflexivos para mulheres, assim como devem assumir o papel de articuladores para os demais serviços que integram a rede atendimento às mulheres que sofrem violência de gênero (governamentais ou não governamentais).

O documento apresenta ainda um quadro com as principais ações que devem ser realizadas pelos centros, são elas: aconselhamento em momentos de crise, atendimento psicossocial, aconselhamento e acompanhamento jurídico, atividades de prevenção, qualificação de profissionais, articulação da rede de atendimento local, levantamento de dados locais sobre a situação de violência contra a mulher.

A Norma Técnica destaca que este deve ser um serviço gratuito e que as mulheres são suas principais beneficiárias, “as quais devem ser consideradas como sujeito de direitos, e não meramente como vítimas e vulneráveis, independentemente de sua cor, raça, etnia, situação socioeconômica, cultural e de orientação sexual” (Brasil, 2006). Este trecho evidencia uma perspectiva de não vitimização das mulheres, assim como considera suas especificidades de raça, etnia e classe social.

Apesar dessa abordagem abrangente, o documento assim como a PNEVM, não traz especificações sobre as diferenças do impacto da violência de gênero na vida de mulheres de classes sociais e raça distintas, apenas citando de forma breve que estes são aspectos relevantes a serem observados.

A Norma Técnica salienta que a violência doméstica pode acontecer também em relações que não seguem o padrão heteroafetivo.

Na verdade, o padrão abusivo presente na violência doméstica pode ser agravado pelas demonstrações de ódio e homofobia expressados por conhecidos e internalizados por mulheres com orientação sexual homossexual, as quais acabam reproduzindo o paradigma discriminatório que permeia o tecido social que considera a relação heterossexual como a única “normal”, “natural” e, portanto, aceita pelo grupo (Brasil, 2006).

No tocante aos atendimentos, o documento aponta que estes podem ser oriundos de encaminhamentos de outros equipamentos que compõem a rede de

atendimento ou mesmo de demanda espontânea e apresenta a seguinte fluxograma:

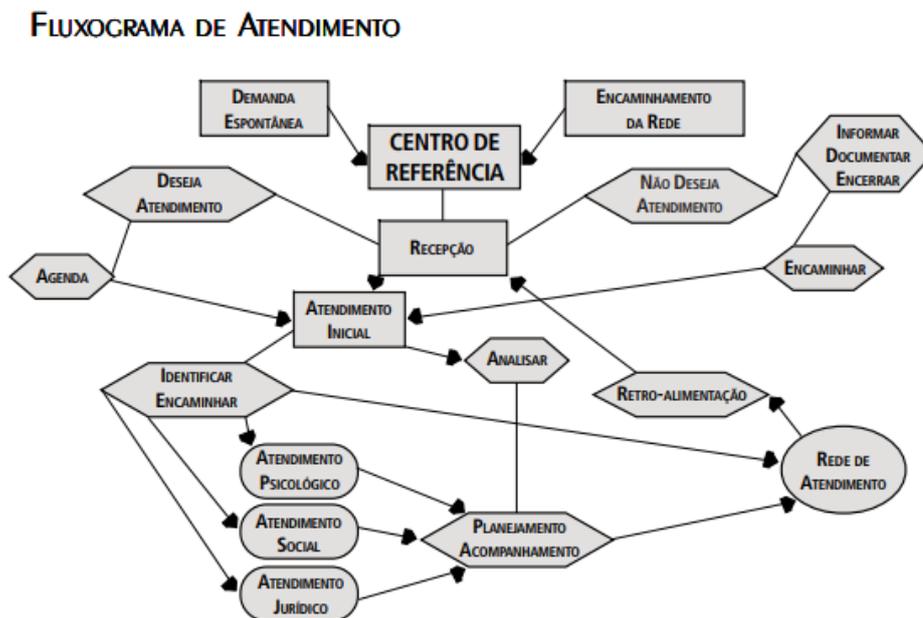


Figura 1- Fluxograma de Atendimento.
Fonte: Brasil, 2006, p. 39.

Esta Norma aponta que os serviços prestados devem orientar-se pelas diretrizes de uma abordagem multidisciplinar com foco na segurança das mulheres e dos profissionais, a identificação dos diferentes tipos de violência, atuação em rede, recursos humanos, a gestão e o gerenciamento do equipamento.

Dentre os princípios apontados no documento, destacam-se a busca por atender as necessidades das mulheres reconhecendo sua diversidade, a defesa de seus direitos, a responsabilização do agressor, o diagnóstico do contexto em que a violência se insere, para que se evite ações que possam colocar a mulher ainda mais em risco, articulação com os demais serviços que integram a Rede de Atendimento e a participação democrática das mulheres no monitoramento e avaliação das ações do serviço.

De acordo com os dados disponíveis no site oficial do Conselho Estadual de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro⁶, o estado conta hoje com 33 centros de referência. Dentre estes, 5 estão localizados no município do Rio de Janeiro, sendo este o município de maior concentração de centros de referência. Apesar disso, este ainda é um número insuficiente se levarmos em consideração os dados sobre a população feminina deste município apontados pelo Censo de 2010 do IBGE, 3.362.083 (IBGE, 2010).

Vale destacar que por limitações de tempo deste estudo, não foi possível verificar se todos estes equipamentos estão em pleno funcionamento. Além disso, não conseguimos obter dados sobre os centros de referências e equipamentos especializados de atendimento às mulheres existentes em escala nacional pela ausência de informações disponíveis no atual site oficial da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

Nesse sentido, o atual momento político é de obscurecimento de dados, o que dificulta não só a realização de pesquisas, como também o acesso, a avaliação, monitoramento e controle social sobre estes serviços.

O acesso às informações mais completas sobre os serviços disponíveis no estado do Rio de Janeiro só foi possível através de uma pesquisa que realizou um mapeamento da rede de serviços e apoio às mulheres em situação de violência e sistematizou no livro “Dores que Libertam: falas de mulheres das favelas da Maré, no rio de Janeiro, sobre violências”, publicado em 2018 (Krenzinger, 2018).

O levantamento dos dados publicados neste livro (Krenzinger, 2018), foi realizado entre novembro de 2016 e março de 2017, nesse período as informações ainda se encontravam disponíveis no site oficial da Secretaria de Política para as Mulheres do Governo Federal.

De acordo com a sistematização em questão, o estado do Rio de Janeiro possui um total de 837 serviços cadastrados de atendimento às mulheres, para atendimentos gerais e especializados. Dentre estes, 96 são serviços de atendimento especializado (como centros de referência, hospitais especializados, casas-abrigo e etc.), 577 serviços de atendimento geral (como CRAS, CREAS, Defensoria e etc.), 59 órgãos de informação, orientação e políticas públicas, 91

⁶ Disponível em: <<http://www.cedim.rj.gov.br/servicos.asp>>.

grupos e organizações da sociedade civil, 8 serviços de segurança e 7 órgãos de fiscalização e atuação funcional (Krenzinger, 2018).

É no contexto dos serviços de atendimento especializados que se insere o Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa, vinculado à UFRJ e que depende do financiamento da universidade para sua manutenção. Sobre a história deste centro de referência e suas especificidades falaremos no próximo capítulo.

3

O Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa e a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Neste capítulo abordaremos inicialmente a história do complexo de favelas da Maré e seu contingente populacional, a partir dos dados disponibilizados pelo Museu da Maré e utilizando os levantamentos demográficos produzidos pelo Redes da Maré.

Na sequência, resgataremos a história do CRMM-CR, antes mesmo dele se tornar um projeto de extensão da UFRJ. De acordo com o histórico da instituição apresentado no site do NEPP-DH, o CRMM-CR foi fundado em 2000 por meio de um convênio entre a Organização não Governamental Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA) e Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH).

Somente em 2004 a gestão do Centro foi assumida pela UFRJ a partir de uma solicitação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres junto com Carminha Rosa, pedagoga e militante dos direitos humanos das mulheres que atuava como gerente de cooperação internacional na Subsecretaria de Direitos Humanos ligada ao governo federal - no primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido do Trabalhadores (PT). Em 2007 o Centro ganha o nome de Carminha Rosa como uma homenagem à pedagoga.

Em seguida será apresentado o percurso metodológico do estudo aqui desenvolvido, que tem como objetivo geral, identificar como a PNEVM, formulada em âmbito nacional é implementada no contexto local a partir do atendimento prestado pelo CRMM-CR. O conceito de implementação aqui utilizado baseia-se no disposto por Arretche (2001) e está relacionado ao momento em que uma política ou programa passa do momento da formulação, para a execução.

Por fim, serão analisadas neste capítulo as seis entrevistas semiestruturadas realizadas com os (as) profissionais que integram a equipe do CRMM-CR atualmente. O material produzido será analisado a partir da análise qualitativa de conteúdo, utilizando o seu viés temático, pelo qual busca-se “caminhar na

descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (Minayo & Gomes, 2016, p. 76).

3.1.

O Centro de Referência de Mulheres da Maré – Carminha Rosa

O Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa (CRMM-CR) é atualmente um projeto de extensão do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH), Órgão Suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ), que integra a Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência no município do Rio de Janeiro, cujos objetivos são:

[...] a partir do exercício interdisciplinar: atender e oferecer acompanhamento psicossocial e jurídico, orientar nas desigualdades de gênero e fortalecer a cidadania das mulheres em situação de violência doméstica; promover debates, estudos e propostas sobre a realidade social brasileira, produzir indicadores sociais, desenvolver e testar metodologias inovadoras de formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas sociais, assim como realizar estudos prospectivos.

O CRMM-CR está localizado no sub-bairro Vila do João, que integra o bairro Maré, “uma unidade territorial administrativa da cidade do Rio de Janeiro, que [...] abrange 16 favelas do chamado ‘Complexo da Maré’, [...] maior conjunto de favelas da capital fluminense” (Krenzinger, et. al. p. 17 2018), situada às margens da Baía de Guanabara.

De acordo com os dados históricos publicados pelo Museu da Maré, o nascimento do bairro data dos anos de 1940, com o desenvolvimento industrial da cidade do Rio de Janeiro.

Com o avanço da industrialização na cidade, cresce também o fluxo de migrantes em busca de trabalho vindos do nordeste do país assim como a especulação imobiliária que empurra para os espaços de menos prestígio e mais afastados os trabalhadores e a população mais pobre. É nesse processo que começaram a ser ocupadas as áreas alagadas da cidade às margens da Baía de

Guanabara, por meio de palafitas. De acordo com o site institucional do Museu da Maré:

No final da década de 40, já havia palafitas - barracos de madeira sobre a lama e a água – na região. Surgem focos de povoação onde hoje se localizam as comunidades da Baixa do Sapateiro, Parque Maré e o Morro do Timbau - única naturalmente de terra firme. As palafitas se estenderam por toda a Maré e só no início dos anos 80 foram erradicadas.

Nos anos de 1980 o governo federal lançou o Projeto Rio, cujo objetivo era aterrar regiões alagadas da cidade e construir conjuntos de casas para os então moradores das palafitas. Nesse período que foram construídos os conjuntos de casas da Vila do João, Vila do Pinheiros e Conjunto Esperança. Já em 1988 a região da Maré passa a ser reconhecida como uma região administrativa através da criação da 30ª Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro.

Somente em 1994 foi criado o bairro Maré através da Lei nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994. Atualmente a região da Maré é reconhecida como um complexo de favelas composto por 16 favelas: Praia de Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiro, Vila dos Pinheiros, Novo Pinheiro (Salsa e Merengue), Vila do João, Conjunto Esperança.

De acordo com o Guia de Ruas da Maré⁷, desenvolvido pelo Redes da Maré e o Observatório de Favelas - ambas organizações da sociedade civil -, as favelas que integram o complexo da Maré possuem suas especificidades e traços em comum, como “as histórias de luta pela permanência em seu lugar de origem, as reivindicações por melhorias e a superação das inúmeras adversidades como a pobreza e o preconceito” (Redes da Maré; Observatório de Favelas, 2014, p. 17).

⁷ Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/GuiaMare_26mai.pdf>

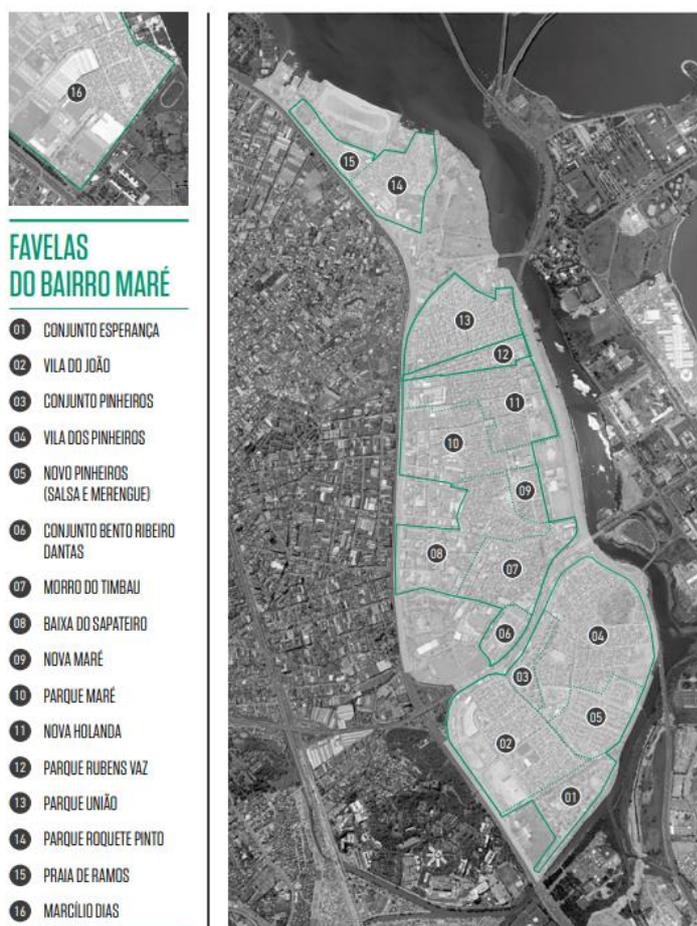


Figura 2- Favelas do Bairro Maré.

Fonte: Redes da Maré; Observatório de Favelas, 2014.

Os dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 mostram que a Maré é o nono bairro mais populoso da cidade do Rio de Janeiro. Dados do Censo Populacional da Maré⁸ realizado pela Redes da Maré em 2013, afirmam que no conjunto de 16 favelas residem cerca de 140 mil pessoas, dentre estas, 70.878 são mulheres e meninas, representando 51% da população total deste território. Ainda de acordo com o Censo, só na Vila do João, onde está o CRMM-CR, residem um total de 13.046 pessoas, destas, 6.617 são mulheres (Redes da Maré, 2013).

E não são poucas as situações de violência enfrentadas por essa população, tanto no âmbito da violência de gênero contra as mulheres quanto da violência

⁸ Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf>.

urbana, que se instaura em contexto de disputas e ocupações de grupos armados bem como da atuação do braço armado do Estado.

Num universo de 16 sub-bairros, ressalta-se que as manifestações dessas expressões de violência ocorrem também de forma diferenciada de um local para o outro. Sendo assim, trabalharemos aqui,

[...] com a perspectiva [...] de que a Maré é um conjunto de favelas, não uma unidade homogênea, e as especificidades territoriais inevitavelmente se constituem nas formas como cada uma dessas favelas/áreas experienciam situações de violência e também de enfrentamento (Krenzinger, et. al. 2018, p. 23).

É nesse contexto territorial que está inserido o CRMM-CR. De acordo com o histórico da instituição apresentado no site do NEPP-DH, o CRMM-CR foi fundado em 2000 a partir de um convênio entre a Organização não Governamental Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA) e Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), após a CEPIA receber um financiamento do Fundo das Nações Unidas (UNIFEM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que visava incentivar o desenvolvimento de iniciativas voltadas ao exercício da cidadania de mulheres moradoras da Maré⁹.

Este convênio deu início ao “Projeto Cidadania das Mulheres” que compunha o “Programa Regional Piloto de Prevenção e Atenção à Violência Intrafamiliar Contra a Mulher”, cujo objetivo, de acordo com o documento “Balanço das atividades 2000-2002”, foi atuar com intervenções no quadro da violência intrafamiliar por meio de atividades como: “sensibilização de profissionais e membros da comunidade e implantação de uma rede de apoio para o melhor atendimento de mulheres vítimas de violência” (Balanço das atividades 2000-2002, p. 2).

De acordo com o histórico apresentado no documento “Balanço das atividades 2000-2002” (CEPIA, 2002), a CEPIA executou o programa na Vila do João durante dois anos, entre junho de 2000 e julho de 2002, dentre as diversas ações desenvolvidas, está a implantação do CRMM-CR. Fundado nas dependências do então Centro Municipal de Saúde da Vila do João (CMS Vila do

⁹ Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/historico.html>>.

João) em 2001 – a data de fundação do Centro divulgada nesta publicação da CEPIA diverge em um ano da informação disposta no site do NEPP-DH – naquela época, o local se chamava “Centro de Referência das Mulheres da Maré” e tinha como o objetivo precípua “oferecer às moradoras da Maré orientação sobre os direitos das mulheres de viverem sem violência nem discriminação e de exercerem plenamente sua cidadania” (CEPIA, 2002, p.7).

As atividades tiveram início a partir da identificação de lideranças comunitárias que após passarem por capacitação no tocante à violência de gênero contra as mulheres, atuavam no projeto como assistentes de campo, contribuindo para divulgação local, bem como na organização, execução de atividades, prestando orientações e encaminhamentos às mulheres em situação de violência doméstica e/ou sexual. O centro contava também com o trabalho voluntário de uma advogada, Dra. Georgia Bello, que prestava orientações jurídicas às mulheres.

O balanço apresentado demonstra que o perfil das mulheres atendidas no centro era variado, composto por mulheres solteiras ou casadas, com idade entre 21 e 40 anos. Dentre as principais demandas apresentadas estão a busca por “orientações quanto a pensão alimentícia para filhos e ajuda em casos de violência doméstica. Grande parte dos casos atendidos foi encaminhada para a Defensoria Pública de Ramos e para o Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM)” (CEPIA, p. 7).

O documento apontava ainda que as demandas para atendimento no centro aumentavam gradativamente e que a manutenção do centro na Maré era um importante ganho para aquela população. Ratificando a relevância do centro, o balanço apresenta um excerto do jornal local O cidadão - publicado pelo Centro de Estudos e Ação Solidária da Maré - que ganhou uma coluna escrita pela advogada Georgia Bello, onde eram abordados os direitos das mulheres e o Centro de Referência para Mulheres da Maré apresentado como local de atendimento, divulgando os dias e horários de funcionamento.

O balanço apresenta os principais materiais produzidos ao longo das atividades realizadas no período. Destaca-se que a produção de cartilhas e *folders* estava voltada não só para a população, como também para profissionais, os temas

abordados estavam relacionados a cidadania, violência intrafamiliar e de gênero contra as mulheres, defesa e orientações sobre direitos.

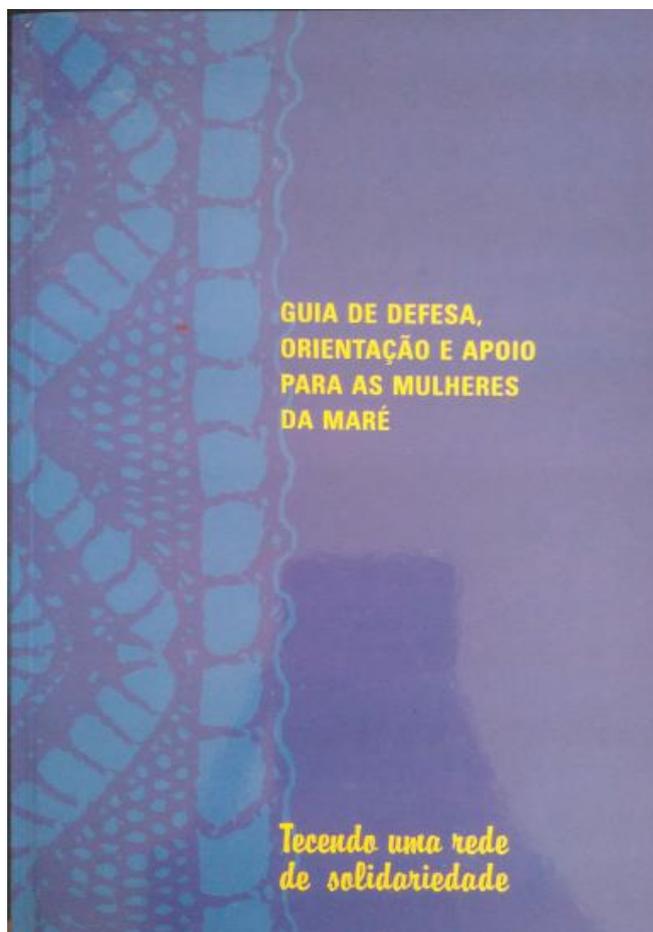


Figura 3- Guia de defesa, orientação e apoio para mulheres da Maré.
Fonte: Arquivo próprio.

De acordo com Souza (2016), mestra em história das ciências da saúde, em 2004 os recursos internacionais destinados ao projeto não estavam sendo implementados. Foi neste ano que Carminha Rosa, pedagoga e militante dos direitos humanos das mulheres que atuava como gerente de cooperação internacional na Subsecretaria de Direitos Humanos ligada ao governo federal - no primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido do Trabalhadores (PT) -, junto com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, demandou a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que assumisse a gestão do centro para dar continuidade ao projeto e gerir os recursos internacionais destinados a ele.

No site do NEPP-DH estão dispostas algumas das propostas que integram o Plano de Ações implementado no centro em dezembro de 2004, sob gestão da UFRJ. Dentre as propostas de ações, destacam-se a busca pela criação de uma rede de serviços voltados para o atendimento e a orientação às mulheres que sofreram violência de gênero; capacitar de forma continuada a equipe que compõe o serviço visando a qualidade dos atendimentos prestados; o estabelecimento de uma equipe permanente composta por assistente social, psicóloga e advogada; criação de equipe de apoio com a presença de uma assistente de campo e profissional da informática; e integrar o centro com instituições e equipamentos presentes no bairro.¹⁰

Em 2007 novas instalações do centro foram inauguradas pela UFRJ e o equipamento ganha o nome de Carminha Rosa como uma homenagem a pedagoga. De acordo com uma publicação feita no site oficial da UFRJ¹¹, dentre as integrantes que compuseram a mesa do evento de inauguração, estava Suely Souza de Almeida, Prof^ª Dra. e diretora do NEPP-DH à época, Nilceia Freire, então Ministra da SPM, e Eliana Moura, coordenadora do centro naquele período. Todas destacaram em suas falas o papel fundamental desempenhado por Carminha Rosa para consolidação e fortalecimento do trabalho desenvolvido pelo CRMM-CR.

Suely de Souza Almeida aproveitou o momento para contar a história do Centro. “Tudo começou com o programa regional do BID. O conselho nacional de direitos da mulher não tinha personalidade jurídica, entre outros problemas. Carminha assumiu a direção nacional do programa e promoveu diversas campanhas e iniciativas pelo desenvolvimento. O CRMM era a menina dos olhos dela e aqui promovemos um trabalho que tem continuidade”, declarou ela. “Foi então que Carminha pediu que a UFRJ assumisse os trabalhos lá. Ela me convenceu lembrando a importância da função social da universidade”, relembrou.¹²

A apresentação de inauguração reforçou a função social da universidade como instituição capaz de promover não só a assistência como também pesquisa,

¹⁰ Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa: Objetivos e Missão. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/missao.html>>.

¹¹ Disponível em: <<https://ufrj.br/noticia/2015/10/22/novas-instala-es-do-centro-de-refer-ncia-de-mulheres-da-mar-carminha-rosa-s-o-inauguradas>>.

¹² Ibidem.

extensão e estudos que dialoguem com fenômenos sociais presentes na sociedade brasileira e proponham mudanças em sua realidade.

A partir de então, de acordo com o disposto no site do NEPP-DH, o CRMM-CR passou a ter como objetivo central, “atender e oferecer acompanhamento psicossocial e jurídico, orientar nas desigualdades de gênero e fortalecer a cidadania das mulheres em situação de violência doméstica”¹³, de maneira interdisciplinar, visa promover a produção de indicadores sociais para o monitoramento, execução, formulação e avaliação de políticas sociais voltadas para o atendimento desta população. Ainda nesta página institucional, a missão foi definida como:

Ampliar e consolidar o atendimento e acompanhamento psicológico, social e jurídico às mulheres em situação de violência de gênero, em sua expressão doméstica, investir na formação de quadros (graduação), na pesquisa e extensão na área de políticas públicas em direitos humanos para as mulheres.¹⁴

No tocante aos seus objetivos específicos, destacam-se não só a orientação, acompanhamento e atendimento social psicológico e jurídico às mulheres em situação de violência de gênero moradoras da Maré, como também a promoção de reflexões sobre as relações de gênero, aprimoramento do banco de dados do projeto, a participação das mulheres em grupos de reflexão e o investimento na construção, consolidação e fortalecimento da rede de atendimento e seus fluxos. Nesse sentido, são apontados os três principais eixos de atuação do CRMM-CR, sendo estes o atendimento à mulher, a capacitação e o empreendedorismo.

O atendimento à mulher pode se dar de forma individualizada (social, psicológico ou jurídico), através de oficinas temáticas ou ainda por meio de oficinas sociais, “a equipe técnica interdisciplinar é preparada para o acolhimento, escuta qualificada, acompanhamento e encaminhamento das mulheres segundo a realidade e a necessidade de cada uma”¹⁵.

¹³ Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa: Objetivos e Missão. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/missao.html>>.

¹⁴ Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa: Objetivos e Missão. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/missao.html>>.

¹⁵ Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa: Projetos do CRMM-CR. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/projetos.html>>.

As oficinas temáticas buscam trabalhar assuntos relacionados à cidadania, aos direitos e o fortalecimento dos vínculos coletivos e solidários entre as mulheres, possibilitando “o acesso das usuárias a informações diversas sobre direito, formas de construção de relações sociais, legislação trabalhista e previdenciária, processos decisórios e conquista de direitos”.¹⁶

Já as oficinas sociais utilizam a arte, a cultura, o lazer e a educação para trabalhar temas diversos com as mulheres, como autocuidado, a violência de gênero contra as mulheres, a descoberta de novas habilidades e etc. Como exemplo deste tipo de oficina, o site oficial cita as oficinas de leitura, corpo/dança e cinema no CRMM-CR.

No que concerne ao aspecto da capacitação, o objetivo é contribuir para capacitação de membros internos e externos ao CRMM-CR, como “estudantes, moradoras(es), profissionais de saúde, organizações não-governamentais, Agentes Comunitários de Saúde, lideranças comunitárias e demais pessoas sensíveis à esses temas”¹⁷, visando contribuir para fortalecimento dos atores que compõem direta ou indiretamente a rede de atendimento à mulheres em situação de violência. Isto inclui o incentivo a realização de pesquisas, a supervisão de estágio em serviço social, psicologia e direito, preceptoria de residentes e os trabalhos de prevenção à violência doméstica realizados em escolas municipais do bairro.

Diversos trabalhos acadêmicos e científicos já foram produzidos no âmbito do CRMM-CR, como trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e artigos publicados em congressos que contribuem para a análise do trabalho realizado por este equipamento. De acordo com levantamento realizado no âmbito deste estudo, alguns destes trabalhos foram encontrados em plataformas como Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Governo Federal, na base de dados Scielo - Scientific Electronic Library Online e no Google Acadêmico.

Dentre estes estão: a dissertação de mestrado intitulada “Violência contra a mulher e iniciativas de enfrentamento: o Centro de Referência de Mulheres da Maré - Carminha Rosa” feita por Larissa Velasquez de Souza; o artigo intitulado

¹⁶ Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa: Projetos do CRMM-CR. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/projetos.html>>.

¹⁷ Ibidem.

“As várias Marés da Maré: reflexões sobre o trabalho do psicólogo em um Centro de Referência para Mulheres”, produzido por Silvia Barbosa de Carvalho; o trabalho de conclusão de curso “Enfrentando a violência de gênero na Maré: o papel do Centro de Referência de Mulheres da Maré – Carminha Rosa” de Giselle Aguiar Rodrigues Fonseca; o artigo “Agora nós por nós mesmos: mulheres, mães e violências”, que discute o Projeto Cine Pipoca realizado no CRMM-CR, escrito por Rafael Reis da Luz, Hebe Signorini Gonçalves e Paulo de Tássio Borges da Silva; o artigo “O enfrentamento da violência contra as mulheres: pensando a particularidade do atendimento às mulheres negras”, produzido por Vanessa Pereira de Almeida, Patrícia Ramalho Gonçalves, Gabriella de Souza Xavier; e o artigo “Oficinas Socioculturais: possibilidades de ampliação do acolhimento às mulheres em situação de violência” publicado em congresso por Emanuela Neves Gonsalves.

Vale destacar que foi necessário efetuar mais de uma busca em diferentes plataformas para ter acesso a estes estudos, nesse sentido, pode ser que existam outros trabalhos dos quais não tivemos acesso. Uma solução para esta questão poderia ser a reunião de todos os trabalhos já realizados sobre o CRMM-CR em sua página institucional, não só como uma forma de organizá-los como também visando visibilizar a produção e as análises já desenvolvidas sobre o equipamento.

No que diz respeito ao eixo do empreendedorismo, o objetivo é incentivar a geração de trabalho e renda das mulheres atendidas no CRMM-CR. Tendo em vista que a dependência econômica e financeira é um importante fenômeno nas relações de violência de gênero, a qualificação profissional, o incentivo ao cooperativismo local e a solidariedade podem ser estratégias que contribuem para “a promoção da autonomia econômica e financeira, bem como para o desenvolvimento pessoal e local e o fortalecimento da autoestima”¹⁸.

Vale destacar que oferecer uma formação de qualidade e qualificação profissional adequada para a inserção desta população no mercado formal de trabalho é também um dever do Estado, podendo se realizar por meio de outras

¹⁸ Centro de Referência de Mulheres da Maré-Carminha Rosa: Projetos do CRMM-CR. Disponível em: <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/crmm/projetos.html>>.

políticas públicas, não devendo ficar à cargo apenas das estratégias de enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres.

O site institucional aponta como projetos voltados para o empreendedorismo já realizados no CRMM-CR, o curso de arranjos florais, o curso de cuidadoras de crianças e o curso de culinária - cozinhando com arte.

No Projeto do CRMM-CR de junho de 2005, que faz parte do acervo do CFCH/UFRJ, estão estabelecidas a forma de funcionamento do centro e a composição da equipe técnica interdisciplinar e as suas principais funções. De acordo com o disposto no documento, o horário de funcionamento do equipamento é de 8h às 16h, de segunda à sexta-feira, a equipe era composta desde 2002 por duas assistentes sociais, uma advogada e duas assistentes de campo.

No tocante a implementação prevista no projeto, o referido documento apontava que a equipe técnica interdisciplinar deveria ser composta por uma advogada, uma assistente social e uma psicóloga, cujas atividades à serem desenvolvidas relacionavam-se ao atendimento individual das usuárias, a organização e implementação de grupos de reflexão, articulação com a rede de serviços locais, a realização de plantão jurídico e a construção de grupos que pudessem abordar temas diversos, dentre estes a violência urbana e a violência de gênero contra as mulheres (CRMM-CR, 2005).

Vale destacar que a proposição de temas para os grupos não se restringia a violência de gênero contra as mulheres em seu âmbito doméstico e intrafamiliar na medida em que o debate poderia ser ampliado também para a violência urbana, considerada por Minayo (2006) como estrutural e estruturante na sociedade brasileira.

Em dezembro de 2018 foi lançado o mini documentário “Ser mulher na Maré”¹⁹, uma produção da Extensão da Escola de Comunicação da UFRJ em parceria com o CRMM-CR. O pequeno documentário conta a história de cinco mulheres moradoras do complexo de favelas da Maré/RJ a partir de suas próprias narrativas. No decorrer de suas falas, cada uma conta sobre sua trajetória de vida, sobre a forma como o Centro está presente em seu cotidiano e o que é ser mulher

¹⁹Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KNjFyudjGQ0>>.

na Maré. O interessante é que quando se referem ao Centro, as mulheres que são usuárias e parte constitutiva desse projeto, já que sem elas ele não existiria, o retratam como espaço de união, solidariedade mútua e exercício de cidadania.

O Centro de Referência das Mulheres é uma forma que a gente acha de sair de casa, porque toda semana tem aquele dia certo. Então quando não vem uma delas eu procuro saber. Peço para ligarem para casa para saber se saiu, se não saiu (Maria de Fátima Martins, trecho de fala extraída do documentário Ser Mulher na Maré, 2018).

A gente passeava, a gente ia para o teatro e eu nunca tinha ido ao teatro na minha vida (Maria das Dores Silva Almeida, trecho de fala extraída do documentário Ser Mulher na Maré, 2018).

Tem uma aluna ali, a dona Maria José, ela me ajuda a vender as minhas peças, então é uma união, uma ajuda a outra. Tanto no ensinamento, se uma não sabe e eu estou ensinando uma, eu peço para aquela que está próxima da que não sabe ensinar. É uma união, é isso o Centro de Referência das Mulheres (Maria de Fátima Martins, trecho de fala extraída do documentário Ser Mulher na Maré, 2018).

Atualmente, o CRMM-CR integra a Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência de gênero do município do Rio de Janeiro e atende ao modelo de serviço estabelecido pela Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. No tópico seguinte abordaremos os aspectos relativos aos atendimentos e serviços prestados pela instituição através da análise dos dados produzidos por este estudo.

3.2. Metodologia

O estudo foi desenvolvido a partir da metodologia da pesquisa qualitativa. A pesquisa foi realizada com os profissionais que atuam no CRMM-CR. Tendo como objetivo geral, identificar como a PNEVM, formulada em âmbito nacional é implementada no contexto local a partir do atendimento prestado pelo Centro.

O conceito de implementação aqui utilizado baseia-se no disposto por Arretche (2001), cientista social brasileira na área de políticas públicas. Para a autora, a implementação de políticas públicas relaciona-se ao momento em que uma política ou programa ganha vida para além da formulação teórica, onde “são

desenvolvidas as atividades pelas quais se pretende que os objetivos [de uma política], tidos como desejáveis, sejam alcançados” (Arretche, 2001, p. 2).

É no momento da implementação que a política passa das mãos dos formuladores para os executores, aqueles que estarão trabalhando com os processos de decisão e execução dos atendimentos, lidando com os entraves e limites colocados na realidade objeto do exercício profissional, bem como desenvolvendo as estratégias necessárias para ação. Este quadro envolve as correlações de forças institucionais, os recursos disponibilizados, os fluxos existentes, os interesses políticos postos na conjuntura.

Ainda de acordo com a referida autora, para se fazer uma análise de implementação de política, é necessário levar em consideração “os objetivos e a estratégia de implementação definidas pelos formuladores destes programas” (Arretche, 2011, p. 1), para que não se incorra no erro de analisar a política a partir de referenciais que não foram pré-estabelecidos pelos formuladores da política.

Além disso, a autora salienta que não é possível ter uma concepção ingênua de que as políticas públicas possam ser implementadas de maneira exatamente igual ao que se planejou, já que a realidade em que são executadas é dinâmica e está em constante mutação, tendo, portanto, o poder de influenciar e até mesmo modificar o que foi desenhado em seu escopo.

Em outras palavras, na gestão de programas públicos, é grande a distância entre os objetivos e o desenho de programas, tal como concebidos por seus formuladores originais, e a tradução de tais concepções em intervenções públicas, tal como elas atingem a gama diversa de seus beneficiários e provedores (Arretche, 2011, p. 1).

Em sua concepção, para que não façamos este tipo de análise enviesada das políticas públicas, que culminaria em um único resultado, o fracasso da política, é necessário considerar que a implementação modifica as políticas públicas. Por isso, é na realidade objeto de trabalho que se pode verificar as nuances, modificações e permanências do que foi formulado para o que está sendo executado.

Tomando esta concepção de implementação como norte, neste estudo buscamos examinar a correlação das ações profissionais realizadas no CRMM-CR

com os Eixos Estruturantes da PNEVM - combate, prevenção, assistência e da garantia de direitos das mulheres; assim como identificar quais são as particularidades e estratégias desenvolvidas no atendimento às mulheres em situação de violência no contexto local da Vila do João - Maré; e compreender quais são os mecanismos de articulação do CRMM-CR com os demais dispositivos da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de Violência no município do Rio de Janeiro.

Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice 2) com seis profissionais que integram a equipe do CRMM-CR, todos de nível superior formados em serviço social, psicologia e pedagogia, bem como técnicos administrativos e técnicos em assuntos educacionais. A definição de tais categorias profissionais se deu a partir da compreensão de que as duas primeiras profissões compõem a equipe básica dos centros de referência, de acordo Norma Técnica Operacional dos Centros de Referência, ampliando também para as categorias profissionais que pertencem ao escopo do projeto de extensão vinculado à universidade.

Vale ressaltar que os profissionais atuantes neste equipamento não só trabalham com o atendimento e prestação de serviço à população, como também, contribuem diretamente para formação de futuros profissionais, ao passo que o projeto recebe também estagiários (as) e residentes por meio da atividade de supervisão e preceptoria no serviço, configurando-se como integrantes fundamentais no projeto de formação de recursos humanos para trabalhar com violência de gênero contra as mulheres.

Quanto aos critérios de exclusão dos participantes, não integraram o quadro de entrevistados (as) estagiários (as) por ainda estarem em processo de formação.

O estudo foi submetido a Plataforma Brasil e está de acordo com a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016) que aponta diretrizes e normas regulamentadoras a serem cumpridas nos projetos de pesquisa envolvendo seres humanos.

Dentre as exigências desta resolução, destaca-se a obrigatoriedade de informar aos participantes, ou representantes dos mesmos, quanto aos procedimentos adotados e os possíveis riscos e benefícios decorrentes do processo

da pesquisa, assim como a devolutiva relacionadas às contribuições do estudo em questão.

Destaca-se o comprometimento dos responsáveis pela realização deste estudo em zelar pela integridade dos(as) participantes, respeitando os limites e observando os aspectos éticos que envolvem a pesquisa com seres humanos.

Foi apresentado previamente aos participantes o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE – Apêndice 1), que foi assinado para a posterior realização das entrevistas, evidenciando que o estudo conta com sigilo e não serão utilizados/divulgados nomes reais e dados pessoais dos(as) profissionais participantes. Com a assinatura do documento, os(as) participantes autorizaram a gravação das entrevistas que foram posteriormente transcritas.

Destaca-se também o não pagamento de valores em função da participação na pesquisa, ressaltando-se que serão tomados todos os cuidados visando à diminuição de quaisquer tipos de prejuízos ocasionados pelo estudo.

As entrevistas foram realizadas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019, ocorreram em locais escolhidos pelos (as) participantes que resguardando o sigilo do que estava sendo dito. O tempo total de gravações foi de 6 horas e cada entrevista durou em média 50 minutos. Vale ressaltar que nenhuma das entrevistas pôde ser feita no espaço do CRMM-CR, pois o centro estava fechado desde setembro de 2019 por ausência de motorista - profissional que integra a equipe e o protocolo institucional de segurança, sem o qual não é possível manter o centro em funcionamento. Os atendimentos e atividades do centro estavam sendo realizadas no Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM), também projeto de extensão do NEPP-DH, localizado na Ilha do Fundão. Retornaremos a esse ponto ao longo das análises do material produzido pelas entrevistas.

O material produzido foi analisado a partir da análise temática de conteúdo, pela qual se buscou “caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (Minayo & Gomes, 2016, p. 76).

No tópico seguinte daremos início a análise qualitativa de conteúdo do material produzido, para fins de organização, seguiremos a estrutura temática do roteiro de entrevista. O roteiro de entrevista semiestruturada foi dividido em 7

eixos orientados pelos eixos estruturantes da PNEVM e 21 perguntas. Os eixos estabelecidos no roteiro de entrevista são: identificação, assistência, garantia de direitos, prevenção, participação e controle social, rede de atendimento às mulheres em situação de violência e sugestões.

3.3. Análise das entrevistas

Identificação dos participantes

No tocante a identificação dos (as) participantes da pesquisa, objetivamos caracterizá-los (as) conhecendo seu sexo, idade, nível de escolaridade, se possuem pós-graduação, tempo de atuação na área de violência de gênero contra as mulheres e tempo de atuação na instituição estudada.

Nesse sentido, foram entrevistadas 3 mulheres e 3 homens, dentre estes, 3 pessoas se declararam negras e 3 brancas. A faixa etária dos (as) participantes varia entre 35 e 48 anos. Para manter o sigilo quanto aos nomes dos (as) entrevistados (as), usaremos a nomenclatura “participante 1, 2, 3, 4, 5 ou 6” ao longo da análise das entrevistas.

Todos (as) possuem nível superior de escolaridade, dentre estes, 5 possuem pós-graduação: 2 pessoas com mestrado, 1 pessoa com doutorado em andamento e 2 pessoas com doutorados concluídos.

No tocante ao tempo de atuação na área de violência de gênero contra as mulheres, o (a) participante com mais tempo de atuação tem 11 anos na área e o (a) com menos tempos tem 3 anos e meio. Os demais têm 5 anos e meio, 6 anos, 9 anos e 8 anos. Dentro deste período, perguntamos aos participantes há quanto tempo trabalham no CRMM-CR, os tempos descritos foram 11 anos, 3 anos e meio, 2 anos e meio, 9 anos, 3 anos e 8 anos. São, portanto, em sua maior parte profissionais com longo tempo de experiência e atuação no campo, o que tem menos tempo de atuação no equipamento integra a equipe há 2 anos e meio.

Eixo 1: Assistência

Neste eixo de análise, buscamos compreender de que forma se dá o atendimento, a assistência prestada às mulheres em situação de violência no CRMM-CR, principais situações de violência relatadas, os limites e as possibilidades de atuação do equipamento e os recursos institucionais disponíveis.

Dentre as respostas obtidas, foi possível identificar diferentes temas trazidos pelos(as) participantes: público alvo, demandas, território, fluxograma de atendimento, tipos de violência, papéis sociais de gênero, dificultadores e facilitadores do acesso, saúde, raça e classe, e recursos institucionais. Analisaremos cada um destes temas a seguir.

Tema: Público alvo

De acordo com a caracterização de público alvo apresentada pela Norma Técnica Operacional dos Centros de Referência para Mulher em Situação de Violência, os atendimentos prestados pelos centros de referência são destinados às mulheres em situação de violência visando e o resgate da sua cidadania.

Os Centros de Referência são espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que proporcione o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania (Brasil, 2005, p. 15).

Já a definição de público alvo trazida pelo objetivo exposto no Projeto do CRMM-CR de 2005, afirma que sua função é “atender e oferecer acompanhamento psicossocial e jurídico, orientação e informação à mulher vítima de violência doméstica” (CRMM-CR, 2005).

Comparando as duas definições supracitadas, percebemos que a PNEVM é mais abrangente no que tange a definição de público alvo pois afirma que o atendimento será prestado “à mulher em situação de violência”, não delimitando o tipo de violência. Enquanto a definição trazida pelo projeto do CRMM-CR foca na mulher em situação de violência doméstica.

Os(as) participantes da pesquisa descreveram o público alvo do serviço de diferentes formas, foram elas: mulheres em situação de violência ou não; mulheres moradoras da Maré ou não; mulheres preferencialmente acima de 18 anos.

Entrevistado (a) 4: Mulheres. Tem qualquer mulher, qualquer idade, assim, preferencialmente, acima dos 18 anos, moradora da Maré ou não, em situação de violência ou não, a gente atende qualquer mulher que chegue no serviço.

Entrevistado (a) 6: O público-alvo do CRMM são mulheres, não necessariamente que sofrem violência, apesar da gente trabalhar com mulheres em situação de violência doméstica, mas nós atendemos todas as mulheres que vêm por demanda espontânea ou encaminhadas por algum motivo [...]

Tomando como referência estas caracterizações, podemos perceber que a definição do público alvo apresentada pelos (as) participantes não se restringe a concepção definida pela Norma Técnica Operacional dos Centros de Referência para Mulher em Situação de Violência ou tampouco pelo Projeto do CRMM-CR.

Esse dado provoca uma problematização sobre o critério de público alvo centrado na identificação ou não de uma situação de violência, ao passo que se tomarmos como referência teórica a perspectiva da violência de gênero, compreendemos que por vivermos em uma sociedade patriarcal, perpassada pelas desigualdades de gênero, a violência de gênero se torna estrutural e atinge a todos, logo, neste cenário, o critério ter sofrido ou não algum tipo de violência representa uma controvérsia.

Ou seja, apesar do objetivo principal do Centro ser atender mulheres em situação de violência de gênero, este não se apresenta como um critério exclusivo para ter acesso ao serviço. Contudo cabe um debate sobre qualquer critério que se estabeleça para o acesso ao serviço que esteja fundamentado na identificação prévia de violência, porque a violência de gênero atinge a todas as mulheres sem exceções.

As falas abaixo discutem relação do público alvo e a faixa etária.

Entrevistado (a) 1: O público prioritário são mulheres em situação de violência como está na norma técnica, mas como nós estamos na Maré, a gente atende outras demandas, então, na verdade o nosso público são as mulheres, acho que posso dizer isso, mulheres adultas. A gente não atende nem criança, nem adolescente, quer

dizer, a gente já atendeu adolescente, mas foi caso assim muito esporádico, coisa muito pontual, entendeu? Nosso público mesmo são mulheres adultas que sofrem violência ou já sofreram, ou não, que estão lá buscando outro tipo de orientação, tem outras demandas, enfim.

Entrevistado (a) 6: Então, o público-alvo são mulheres, mulheres adultas em geral, mas são mulheres. Óbvio que assim, a gente acaba atendendo algumas adolescentes que... Tem meninas de 16 anos que já são casadas, enfim, já tem uma vida mais independente e aí solicita o atendimento e a gente não vai dizer que não vai atender, mas em geral, mulheres adultas.

As compreensões descritas nas falas supracitadas possibilitam que qualquer mulher, preferencialmente adulta, que procure o serviço buscando por orientações, seja atendida. No entanto, a controvérsia existente neste ponto é que a violência de gênero contra as mulheres perpassa gerações, crianças, adolescentes, idosas e não se restringe apenas às mulheres adultas. Nesse sentido, a violência de gênero como um fenômeno estrutural atinge a vida das mulheres em todas as faixas etárias. O território e classe social também evidenciam uma realidade de adolescentes que já têm responsabilidades com suas famílias e que vivenciam situações de violência, borrando nossas noções daquilo que pertence a vida adulta ou não.

Tal concepção baseia-se na própria configuração das políticas de proteção, que expressam uma fragmentação histórica na compreensão do fenômeno da violência de gênero por não tomarem como norte uma concepção teórico-metodológica interseccional, que possibilite a visibilização da relação intrínseca entre a questão de gênero e a questão geracional. Dentre as políticas específicas que visam a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência, temos a Lei nº 8069 de 1990 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescente. Sendo o Conselho Tutelar e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social os equipamentos de referência para o acompanhamento de crianças e adolescentes.

Tema: Território e demandas

Correlacionando o público alvo com as características do território em que o centro está inserido, um entrevistado(a) destacou que a maior parte das mulheres

atendidas no CRMM-CR residem na Vila do João e nos sub-bairros adjacentes. As que residem em sub-bairros mais distantes, como Parque União e Nova Holanda, mesmo que estejam localizados dentro do complexo de favelas da Maré a distância se torna um obstáculo para que essas mulheres acessem o serviço. Além disso, um dos(as) participantes ressalta que outro obstáculo ao acesso das mulheres ao serviço é a divisão do território pelas facções de grupos armados que atuam na localidade.

Entrevistado (a) 2: São as mulheres que residem na Maré, mas acaba sendo as mulheres que residem na Vila do João e nos micro bairros adjacentes, porque as que residem mais distantes, como esse lado aqui, Parque União, Nova Holanda, não acessam, por conta também da distância mesmo [...] mas também por conta da divisão que tem na Maré das facções.

Ainda sobre o território, outro (a) participante destacou que o fato do CRMM-CR estar próximo à residência das mulheres atendidas e de sua vizinhança, impacta diretamente na dinâmica dos atendimentos e na representação do equipamento naquela localidade. Visando não estigmatizar o Centro e proteger as mulheres ali atendidas, busca-se caracterizar o CRMM-CR como um espaço para atendimento de mulheres em geral. O (a) profissional trouxe ainda o exemplo de uma mulher que chegou ao centro acompanhada por seu agressor.

Entrevistado (a) 5: [...] um Centro dentro de uma comunidade, que a gente não caracteriza como um Centro específico para o atendimento de violência por conta das especificidades do local, então, a gente acaba funcionando como um centro mesmo pra mulheres, mas que não atende só mulher em situação de violência [...] é mulher que mora na Maré, qualquer mulher, de todas as idades, a partir de 18 anos [...]. Então, é um centro específico de violência, mas a gente não tem essa característica aberta para as pessoas, a gente não caracteriza o Centro como um centro para violência, exatamente por conta da especificidade do território, do local, para não gerar nenhum... vamos dizer assim, nenhum mal-estar para essa mulher que procura a gente para atendimento. Porque eu já peguei casos, por exemplo, tem uma moça que eu estou acompanhando lá, que ela chegou exatamente com o agressor de mãos dadas para o atendimento, e aí assim, ele chegou lá bem desconfiado, olhando... “o que é isso aqui e tal?” enfim, então, a gente não podia caracterizar para essa pessoa que ela ia ter um atendimento por conta de uma violência que ela estava sofrendo por parte dele.

Nessa medida, percebemos que o CRMM-CR deixa de ser caracterizado como um centro para atendimento apenas de casos relacionados à violência de

gênero contra as mulheres e passa a atender diferentes demandas que fazem parte da realidade de vida desta população, como destaca o(a) entrevistado(a) a seguir:

Entrevistado (a) 3: Do CRMM são mulheres, moradoras da Vila do João e localidades próximas, a minoria são mulheres que sofreram violência doméstica porque a maior parte vão procurar direitos que não estão diretamente relacionados à violência, pelo menos a princípio porque, eu só posso colocar a minha percepção, que na verdade quando elas vão ser atendidas, em alguns casos, elas não me falam ou talvez, elas nem percebam a questão da violência, então, o que elas vão procurar muitas vezes são, na verdade, a maioria vai procurar seus direitos e aí tem direitos trabalhistas, questões de família, então, elas vão lá pra perguntar, por exemplo, para pedir pensão alimentícia a um ex [...] e em alguns casos a questão da violência do bairro de modo geral, já teve casos em que a polícia invadiu a sua casa, e o que acontece, na maioria desses casos, a questão da violência aparece depois [...].

Nesta fala percebemos que não só as violências de gênero contra as mulheres estão presentes como demanda, como também outros tipos de violência, como a violência urbana e de Estado, como no caso supracitado, de invasão do domicílio pela polícia. O fato do Centro estar localizado na Maré faz com que ocorra uma ampliação das demandas ali atendidas, de forma que as especificidades do território influenciam diretamente nas demandas atendidas pelo serviço. Ou seja, apesar de ser um serviço voltado para atendimento de mulheres em situação de violência de gênero, diversas outras demandas são atendidas. Observa-se, assim, uma abertura da equipe em perceber e acolher demandas que aparecem ao longo das atividades por fazerem parte da realidade local onde o centro está inserido mesmo que este não seja o objetivo principal do serviço, como no exemplo abaixo:

Entrevistado (a) 3: Inclusive teve uma experiência, não foi exatamente sobre violência doméstica, mas essa eu participei, nós passamos o filme Zuzu Angel que era pra falar da ditadura militar e ai elas começaram a dizer: “mas isso aí já passou, a ditadura acabou no tempo do João” e a gente começou a levantar uma discussão sobre a atuação da polícia militar e a do exército também que há algum tempo atrás ocupou a Maré. [...] De repente uma virou e falou “teve um dia, acho que ele destratou porque era uma mulher e eu achei errado ele revistar uma mulher”, “outro dia o rapaz que ia fazer um trabalho e mandaram ele voltar porque tinha que mostrar uma carteira lá que ele não estava no momento e ele acabou perdendo o horário”, “o cara está levando comida e abre lá a marmita e...”. Então uma série de desrespeitos, desrespeito aos direitos humanos, eles não são nem tratados como humanos. Na Barra eles não fazem dessa forma, nas favelas, em locais pobres eles agem muito como aquele modo e essa violência atinge muito elas.

Um outro aspecto trazido por um(a) entrevistado(a) é a possibilidade da mulher se aproximar do Centro por meio de demandas diversas e ao longo dos atendimentos (coletivos ou individuais) serem abordadas questões de violência de gênero. Esta acaba sendo uma porta de entrada para esta discussão, ainda que aquela mulher não identifique que tenha sofrido algum tipo de violência de gênero.

Entrevistado(a) 6: A maioria delas não chega dizendo assim: “ah eu quero ser atendida porque eu sofri violência”, a gente ouve, mesmo quando a demanda verdadeira é essa, então, ela meio que sonda, pergunta o que tem ali, algumas, outras perguntam sobre pensão, outras perguntam sobre separação, sobre herança, alguma coisa que parece que é da assistência social, o atendimento para assistente social ou com [a psicologia] e aí ela é atendida por um profissional, aí nesse atendimento é que muitas vezes ela revela qual é a queixa verdadeira que, muitas vezes, é a violência, essa pessoa estava sofrendo violência física, psicológica, patrimonial ou coisa do tipo, mas é assim que elas chegam, ou para as oficinas também, “ah eu soube que tem uma oficina aqui, uma turma de alfabetização, como é que eu faço?” e aí ela chega pra oficina e muitas é isso mesmo, ela só está querendo fazer a oficina, só está querendo aprender a ler e tal e tudo bem, enfim, não apresenta durante o período nenhuma queixa de violência, mas acaba aprendendo sobre as coisas que a gente discute ali, sobre violência, sobre machismo, patriarcado e todas as discussões que a gente tem no Centro.

De acordo com as respostas obtidas, observa-se que assim como no início do “Projeto Cidadania das Mulheres” nos anos 2000, nem todas as mulheres que buscam atendimento no CRMM-CR o fazem por demandas relativas à violência de gênero, nesse sentido, o centro permanece sendo uma referência também para mulheres que estão à procura de orientações sobre diversos direitos.

Tema: Fluxograma de atendimento

No tocante ao fluxograma dos atendimentos, quando perguntados sobre como acontecem os atendimentos no Centro, de modo geral os (as) participantes citam o fluxo apresentado pela Norma Técnica Operacional dos Centros de Referência para Mulher em Situação de Violência para os atendimentos individuais e ações globais. As mulheres chegam ao centro por demanda espontânea ou por encaminhamento da rede, passam pela recepção, onde o serviço é apresentado a ela e ela apresenta suas demandas imediatas, posteriormente são

encaminhadas para o primeiro atendimento ou acolhimento, que pode ser com profissional do serviço social ou psicologia.

Entrevistado(a) 1: Então, o atendimento procura seguir a norma técnica de uniformização dos Centros de Referência, então, ele acontece no primeiro momento no acolhimento que a gente chama de recepção, [...] ela vai pra acolhida primeiro que é a recepção e depois para o acolhimento que é o plantão, então, uma Assistente Social ou um Psicólogo vai atender, fazer uma primeira escuta dessa demanda, vê o que tá acontecendo e a partir dessa escuta, a gente vai fazer os primeiros encaminhamentos necessários, dependendo do que ela falar para gente e vamos agendar o acompanhamento que é o retorno.

Entrevistado(a) 2: Então, tem acolhida, que é o atendimento inicial onde se explica mais ou menos o que é o CRMM, quais são as atividades e ela apresenta espontaneamente o que ela veio fazer ali, muitas vezes, não é uma situação de violência e mesmo que não seja, quando ela tem uma demanda, algum tipo de demanda, seja psicológico, social, jurídica ela vai para o acolhimento que é o atendimento inicial que, em geral, se dá com assistente social, poderia ser também em conjunto mas pela falta de profissional acaba sendo só com [nome suprimido, se referia ao serviço social]... E a partir daí, enfim, no espaço de fala, de escuta, pode ser que surjam outras coisas, então, pode ser que ela venha com uma demanda previdenciária, mas aí surge questão de violência ali no meio, então, a partir daí é feito os encaminhamentos ou encaminha para rede ou para o retorno ou encaminha para uma oficina.

Os atendimentos individuais no Centro são realizados por profissionais do serviço social e da psicologia. Os (as) profissionais entrevistados (as) apontam que atualmente não existe advogado (a) na equipe, o que fragiliza o serviço prestado, já que esta categoria compõe a equipe mínima preconizada pela Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Entrevistado(a) 5: E o atendimento individual no momento é a Assistente Social e o Psicólogo que fazem, a gente não tem Advogado na equipe, e quando a mulher precisa de uma orientação jurídica, se for muito específica que a gente não tenha, assim, uma informação a gente encaminha para Defensoria.

Nesse sentido, quando existe uma necessidade de orientação jurídica especificamente, a equipe tem encaminhando as mulheres a órgãos da justiça que compõem a Rede de Atendimento como a Defensoria Pública e o Núcleo Especial de Direito da Mulher e de Vítimas de Violência (NUDEM), que apesar de parceiros importantes, estão fora do território da Maré. Ou seja, as mulheres

necessitam realizar um deslocamento muito maior para terem acesso ao atendimento jurídico e com isso, há que se ter os recursos necessários para esse deslocamento, como dinheiro para o transporte até o local e tempo.

No que diz respeito às oficinas, denominadas ações globais pela Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, duas das pessoas entrevistadas apresentaram as atividades em funcionamento atualmente, são elas: Oficina de Artes e Letramento, Oficina de Poesia, Cine Pipoca e uma Oficina de Alfabetização, fruto de uma parceria do CRMM-CR com a Organização Não Governamental Redes da Maré com foco na alfabetização.

Entrevistado(a) 1: A gente tem também o trabalho em grupo, são as oficinas. A gente tem as oficinas que a gente chama de Oficinas Sociais, então, oficinas de letramento, a gente, inclusive tem uma parceria com uma ONG lá da Maré para alfabetização de mulheres, então, a gente tem essa turma de alfabetização e temos uma oficina de poesia que começou agora, com uma aluna que participou do Slam das Minas, então ela... É uma oficina para construção de poesias, poesia como sendo algo que surge do cotidiano e vendo essa escrita como uma escrita que é potente no sentido de... É terapêutica e também potente no sentido de você mudar a sua realidade, você perceber como você percebe a sua realidade, enfim. Tem toda uma questão também de busca de autonomia dessa mulher e tudo mais, então, essa oficina começou esse ano. De poesia e de alfabetização das mulheres e nós temos atividades pontuais, são o Cine Pipoca que é o cine debate [...]

Uma das pessoas entrevistadas apresenta as oficinas como o “carro-chefe” do serviço, ou seja, de acordo com este (a) profissional, são as oficinas e grupos que mais atraem público para o Centro. As oficinas acabam sendo um espaço não só para novas aprendizagens, como também é um espaço para troca de experiências, uma forma de olhar para si e construir vínculos com outras mulheres.

Entrevistado (a) 4: Olha, o que eu observo que elas mais buscam é oficina, oficina na verdade se tornou nosso carro-chefe, assim, do serviço, porque apesar da gente ser um serviço especializado na política de atendimento à mulheres em situação de violência, a gente tá dentro de uma comunidade[...]

Entrevistado (a) 5: Nas ações globais, a gente tem oficinas que acaba sendo o nosso, vamos dizer assim, o que mais chama público para o Centro da Maré, que assim, é a extensão da casa delas, elas estão ali perto, o quintal, tudo ali, enfim, então acaba o CRMM sendo um local que essas mulheres vão não apenas para

poder ter uma reflexão sobre a questão de gênero, os papéis da mulher, de violência, enfim, como também acaba sendo um local que elas têm uma atividade para fazer. [...] Então, assim, oficina de artesanato era um meio das mulheres estarem ali com outras mulheres, tinha a questão da reflexão que é a proposta do Centro, mas tinha o momento que elas estavam ali, o momento que elas deixavam o filho na escola, o neto na escola e era um momento que ela estava ali um pouco cuidando dela, que ela tá com outras mulheres de mais ou menos mesma faixa etária, com mais ou menos a mesma vivência, com mais ou menos a mesma rotina.

Nesse sentido, as oficinas tornam-se um espaço em que as mulheres têm a possibilidade de não estarem cuidando do outro, ou das tarefas ligadas à reprodução da vida, como aponta Federici (2018), mas sim cuidando de si, realizando alguma atividade para si mesma. Esta é também uma forma de promover reflexões sobre papéis de gênero quando se abre a possibilidade de autocuidado.

Entrevistado (a) 4: [...] como fazer para aquele lugar não se tornar um lugar estigmatizado em que só mulheres que estão em situação de violência ou vulgarmente falando, mulheres que apanham frequente, né? Porque isso acaba sendo um inibidor, muitas vezes a mulher tá em situação de violência e ela não vai naquele lugar em que só mulheres em situação de violência vão porque o vizinho tá vendo, porque o marido dela tá vendo, porque a agente comunitária de saúde que conhece a mãe, conhece o pai tá vendo, enfim... Então, acabou que nesse processo a gente entendeu que seria importante que o CRMM recebesse todas as mulheres, por isso, apesar do nosso foco, as mulheres que a gente realmente absorve para o atendimento são as mulheres em situação de violência, mas a gente recebe qualquer mulher e as oficinas são o trabalhos que a gente... aí a gente absorve, realmente, qualquer mulher e elas ficam anos com a gente, mesmo que nunca tenham passado por nenhuma situação de violência, justamente por isso, pra gente não estigmatizar o lugar para as mulheres em situação de violência terem o acesso mais facilitado ao lugar.

As oficinas aparecem ainda nas entrevistas como uma das estratégias utilizadas para não estigmatização do serviço no território, ou seja, é por meio das oficinas que diversas mulheres acessam ao Centro, pois o fato de viverem em um bairro popular, onde ocorrem constantes incursões policiais e com presença de diferentes grupos armados, já caracteriza diversas violações de direitos e expressões da violência de gênero. Com isso, o CRMM-CR se desvincula da associação reducionista da violência de gênero como uma violência que está restrita apenas ao âmbito doméstico ou das relações interpessoais, possibilitando

que todas as mulheres acessem ao Centro ao passo que a violência de gênero é estrutural.

Tema: Tipos de violência

Quando perguntamos aos (as) entrevistados (as) sobre os tipos de violência mais relatados pelas mulheres nos atendimentos, foram citados de modo geral os cinco tipos de violência de gênero contra as mulheres tipificados pela Lei Maria da Penha, Nº 11.340 de 2006, sendo eles: violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial.

No entanto, um dos (as) entrevistados (as) destacou a violência psicológica como a que mais aparece nos atendimentos e também como a mais naturalizada culturalmente. Este (a) profissional acredita que o fato da mídia estar abordando mais questões relativas a violência física e ao feminicídio, faz com que estes tipos de violência estejam aparecendo mais ao longo dos atendimentos. Para além disso, o (a) profissional destaca que os tipos de violência de gênero nunca aparecem isolados uns dos outros, ou seja, uma mulher que já sofreu violência física também já sofreu violência psicológica e pode ter sofrido tantas outras formas. As tipificações são importantes e didáticas, mas isso não significa que na vida elas se apresentem descoladas umas das outras.

Entrevistado(a) 6: Olha, eu acho que todas as violências tipificadas na Lei Maria da Penha, acho não, tenho certeza, a gente já tem esses registros no Centro, mas em geral, eu acho que o mais comum é a violência psicológica porque, em geral, as mulheres não entendem como violência. Elas chegam lá como um incômodo desses abusos e tal de que é xingada, de que é ameaçada, mas não necessariamente sofrem agressão física, mas ultimamente, como o noticiário tem falado muito sobre violência física, sobre feminicídio, elas têm se sentido mais encorajadas para falar sobre violência física [...] Nunca é também uma violência só, quando a gente ouve a mulher, a gente acaba percebendo o quanto que ela já sofreu quase todo tipo de violência junto [...] É um combo, então não existe assim, “ah sofri só esse tipo de violência”, ela chega em geral com uma queixa, mas aí a gente vai identificando quanto de violência a mulher já sofreu.

Falando sobre as dificuldades no reconhecimento das violências, sobretudo as que não são físicas, alguns (as) entrevistados (as) apontaram a naturalização das desigualdades de gênero como principal entrave na identificação da violência no cotidiano.

Entrevistado (a) 1: A violência psicológica principalmente, ela não consegue perceber muitas vezes que ela tá sofrendo violência psicológica, então, ela acha que é um cuidado do marido com ela, ela acha que é ciúme, “ah ciúme é legal, é bom que ele sinta ciúme de mim, é prova que ele se importa comigo” e também, acho que é muito difícil delas perceberem por conta também desse papel da mulher na sociedade.

Esse (a) mesmo (a) entrevistado (a) relatou o caso de uma mulher que chegou ao Centro após ficar doente e já não conseguir executar sozinha as tarefas domésticas, aquelas entendidas por Federici (2017) como correspondentes ao âmbito da reprodução da vida e do cuidado, historicamente e socialmente atribuídas às mulheres, sobretudo com a ascensão da sociedade capitalista. De acordo com o relato, mesmo doente esta mulher se sentida culpada e sobrecarregada por não conseguir exercer tais tarefas, como limpar a casa e cuidar dos filhos, o que acarretou também um adoecimento psicológico.

Entrevistado (a) 1: Então, assim por exemplo, eu já atendi um caso de uma mulher que ela teve uma infecção urinária e não podia lidar com as tarefas domésticas porque ela estava tomando antibiótico, estava com infecção, não conseguia cuidar da casa, dos filhos como ela gostaria e ela começou a deprimir e o marido, por sua vez, também não estava nem aí. Ou seja, ela estava sobrecarregada e ela chegou no Centro porque a sogra que estava cuidando dos filhos enquanto ela estava se tratando, percebeu que ela estava meio triste, meio cabisbaixa e falou que ela precisava de psicólogo e ela foi lá. [...] sobrecarregada e a culpa também com o que a sociedade coloca, porque assim, ela não pode estar parada, ela não pode descansar, não pode ficar na cama sem fazer nada, porque ela tem que fazer comida, ela tem que lavar roupa, ela tem que cuidar de uma filha, cuidar do marido. E o marido, por sua vez, estava desempregado, trabalhando em Uber, então ele passava o dia inteiro jogando videogame e ela no trabalho doméstico. Então isso ela não identificava como violência, essa coisa do não conseguir falar, não conseguir se expressar porque ele fica nervoso, “nervoso como?” ela não quis responder, então a gente não sabe se já aconteceu dele bater nela ou não [...]

Para entender este caso é fundamental perceber que o trabalho doméstico atribuído exclusivamente e obrigatoriamente à mulher, e o silenciamento também podem ser vistos como uma forma de violência simbólica socialmente aceita. No entanto, a naturalização deste papel social das mulheres como a única responsável pelas tarefas do cuidado está tão enraizada na sociedade que se torna difícil reconhecer estas situações como violência de gênero. Somente uma percepção e uma atuação profissional com olhar ampliado sobre as relações sociais de dominação-exploração de gênero, que articule a categoria trabalho, é capaz de

identificar este fenômeno também como uma forma histórica de violência de gênero contra as mulheres.

Outro dado importante trazido pelas entrevistas é o fato de que dificilmente as mulheres chegam ao CRMM-CR fisicamente machucadas ou com marcas aparentes decorrentes de algum episódio de violência física. Apesar de muitas vezes não estar visível não quer dizer que este tipo de violência não exista. De acordo com uma das pessoas entrevistadas a violência física é a segunda mais relatada pelas mulheres no Centro, depois da psicológica.

Entrevistado (a) 1: Olha, dificilmente elas vão chegar lá machucadas, relatando algum... você vendo com hematomas, é difícil chegar lá assim, as mulheres dessa forma. Mas elas vão relatar situações de violência física, mas acho que o que aparece mais nos relatos são situações de violência psicológica, elas não trazem, muitas vezes, a violência física, não é uma questão, não existe violência física, mas violência psicológica, violência moral aparece muito nos atendimentos. A violência física talvez não seja tão visível porque elas vão esperar um tempo pra poder buscar o atendimento, vai esperar fazer hematoma, sumir, vai dar um tempo, não chega logo de cara, dificilmente, mas o que eu percebo lá, até mesmo as estatísticas do Centro mostram que a violência psicológica aparece na maioria dos casos, depois a violência física.

Além destas violências, aparecem também nas respostas de outros (as) duas pessoas entrevistadas as violências que não necessariamente se enquadram na tipificação da Lei Maria da Penha. Os (as) profissionais identificam outras formas de violências estruturais de gênero, como a desigualdade de classe e às condições de vida precária, a pobreza, o trabalho escravo, a violência urbana e as violências praticadas pelo Estado. São violências que se relacionam intrinsecamente com as categorias de gênero, raça e classe, não há entre elas uma separação.

Entrevistado (a) 2: É violência física e psicológica... É que eu estou tentando pensar aqui e especificamente lá ... Não tive tantos casos de violência sexual, é mais a violência física e psicológica. Já teve casos de violência sexual também, mas não é o comum. Muita violência que não se incluiria na Lei Maria da Penha da pessoa... Isso acontece muito lá, a mulher ter vivenciado trabalho infantil, entendeu? Desde os seis, sete anos em roça, casa de família sem receber nada, trabalho escravo... casos de trabalho escravo. Então lá tem outras formas de violação de direitos, entendeu? Não é só violência de gênero, entendeu? O trabalho infantil em muitos, muitos casos de eu ter atendido e ela conviver com as marcas ainda, com todos esses traumas.

São na verdade casos de múltiplos tipos de violência que se combinam, violências de gênero legitimadas pelo Estado, como o caso relatado por uma(a) entrevistado(a), de uma usuária que sofreu violência sexual na adolescência e teve que se casar com o agressor para que ele fosse isento do crime, como forma de reparação do crime cometido, previsto no Código Penal brasileiro - Decreto Lei 2848/40 até o ano de 2005 em seu Capítulo VIII do Artigo 107. Esta mesma mulher na vida adulta sofreu outras violências perpetradas pelo Estado quando a Polícia Militar invadiu a sua casa na Maré e matou um adolescente na sua frente.

Entrevistado (a) 5: [...] muitas relatam também a questão da violência, aí no caso seria do Estado mesmo. [...] fiz um acolhimento, um atendimento que foi muito, foi muito rico assim, uma mulher com uma situação de violência muito grave e muito longa na vida dela, desde a adolescência quando ela foi abusada pelo companheiro e foi aquilo. Ela hoje é uma mulher de 60 anos, então, na época ela foi abusada com 15 anos por aquela pessoa e casou com ele, como era a lei. Casou com ele e aí ele era isento desse crime. E aí ela viveu com ele durante muito tempo, teve filhos em uma situação de violência e tal até que saiu do nordeste veio pro Rio, veio pra Maré e aí ela relatou uma violência que ela presenciou, era uma operação da PM na comunidade e aí ela disse que viu um menino que... era um menino mesmo, 15 anos que pulou no quintal dela, fugindo daquela situação, a PM atrás e aí quando a PM entrou na casa dela, tipo assim já... aí ela falou: “chegou jogando tudo, tipo pegou meu colchão” quer dizer, foi uma violência... “virou meu colchão procurando o garoto” e ela viu eles executando o garoto, quer dizer, outra violência, foram várias violências pelo Estado, ela viu a execução do garoto e era um garoto que ela conhecia...

Não são violências estanques ou isoladas, são casos de mulheres que sofreram múltiplas e contínuas violências de gênero ao longo de toda a vida, não só aquelas perpetradas por parceiros íntimos, ex-parceiros ou pessoas que possuem algum tipo de relação com essas mulheres, também são também aquelas violências legitimadas e perpetradas pelo Estado.

O CRMM-CR atende, portanto, não só casos de violências de gênero correspondentes ao âmbito doméstico ou intrafamiliar, como também violências estruturais decorrentes da desigualdade social, pobreza, trabalho escravo, e as violências institucionais, praticadas por agentes do Estado, que deveriam promover a proteção. Nestes últimos, o Estado aparece como violador de corpos e consciências femininas através de uma atuação bélica em uma guerra constante que se manifesta de forma mais intensa em determinados territórios, como a Maré.

Trata-se da pedagogia da crueldade apontada por Segato (2016), materializada na vida dessas mulheres.

Tema: Facilitadores e dificultadores do acesso

O fato de o Centro não limitar as demandas de atendimento, estar aberto para questões múltiplas e ter a as oficinas sociais como estratégia, qualifica o acesso das mulheres ao serviço. Ainda no que diz respeito aos aspectos facilitadores do acesso ao CRMM-CR, foram apontados pelos (as) entrevistados (as) a importância de o Centro estar no território de residência das mulheres, com isso elas não precisarem gastar com transporte público até chegarem ao local. A proximidade com o CMS Vila do João também foi apontada como um facilitador na medida em que o fato de estarem dentro do mesmo terreno possibilita que as mulheres sejam atendidas pelo CRMM-CR sem que isso seja facilmente percebido por outras pessoas.

Entrevistado (a) 4: O que facilita é o fato de você ter um serviço muito perto da sua casa, acho que isso é um facilitador.

Entrevistado (a) 2: Bom o que facilita é a proximidade mesmo que faz parte da vizinhança delas e também o fato de tá colado no posto, aquele posto ali. Então, a mulher vai no posto, vê aquilo ali, vai ver o que é, aquilo meio que faz parte do cotidiano dela... Ou vai no posto, já sabe o que é, aproveita e vai lá... Isso facilita muito, diferente daqui e de outros lugares, CIAM, CEAM que aí a pessoa tem que se deslocar, pegar um ônibus, então, ali já tá muito perto, então, facilita bastante nesse sentido.

Entrevistado (a) 3: Facilita é o fato dele estar dentro, os moradores conseguem ir a pé porque às vezes, a gente fez visita em outros serviços e uma coisa que eles sempre dizem que às vezes há dificuldade da mulher acessar o serviço por não ter condições financeiras, ter um serviço como o CEAM e o CIAM que é no centro da cidade e aí como ele atende a, praticamente, a cidade ou ao estado, existe uma dificuldade da mulher se deslocar por falta de dinheiro e pela distância também, pra gente que mora na zona oeste e vai até o centro, a gente entende porque as pessoas as vezes não querem ir. Então, para aquela parte da Maré ter o serviço lá dentro isso facilita, ela simplesmente vai e é uma coisa que uma indica pra outra, “vai ali...” eles chamam de casinha, “vai na casinha do lado do posto e tal” ela vai caminhando, ela chega lá e... essa parte do posto também é bem interessante porque ela consegue acessar muitas vezes sem que ninguém perceba que ela tá indo ao Centro de Referência.

Dentre os dificultadores do acesso, foram apontados o sentimento de exposição, o medo da judicialização e do sistema de justiça, certo desconhecimento quanto ao papel do serviço e o medo da estigmatização das mulheres que acessam ao CRMM-CR.

Entrevistado (a) 2: Eu acho que o que dificulta, talvez, paradoxalmente, seja justamente isso, o fato de estar na vizinhança, as pessoas saberem que ela está indo ali, as pessoas... Se sentir exposta e também o medo daquilo ali ter alguma implicação no sentido da judicialização, elas não se sentem seguras para judicializar, denunciar o cara e tal porque podem chamar a polícia, então, tem esse tipo de barreira também de achar que ir lá, ou falar muito sobre isso, a gente pode ter alguma articulação com o sistema de justiça, com a polícia, entendeu? Então, tem esse problema.

Vale ressaltar que denunciar as violências de gênero sofridas ou judicializar a questão é um direito de cada mulher, mas não uma obrigação, cabe a ela decidir se seja ou não caso de efetuar a denúncia. O papel dos centros de referência é justamente ser um lugar de apoio social, psicológico e jurídico, com uma atuação distinta do sistema jurídico e de segurança pública, já que seu objetivo é auxiliar essa mulher na sua tomada de decisões e escolha de estratégias para superação da situação de violência de gênero.

Ainda destacando os dificultadores do acesso, para outras duas pessoas entrevistadas, o mesmo aspecto que facilita a chegada das mulheres ao CRMM-CR, que é o fato do serviço estar no mesmo território em que residem suas usuárias, é também entendido paradoxalmente como um dificultador na medida em que pode causar algum tipo de estigma ou exposição para as mulheres que o procuram, já que pela proximidade, os vizinhos, o poder local através dos grupos armados e o próprio autor das agressões podem perceber esse acesso e acarretar uma revitimização..

Diferente das perspectivas apontadas nos temas anteriormente abordados, quando alguns (as) dos (as) entrevistados (as) afirmam que existe uma tentativa de fazer com que o CRMM-CR não seja reconhecido como um local para atendimento apenas de mulheres em situação de violência, quando falamos sobre os dificultadores do acesso, o Centro passa a ser reconhecido no território como local específico para atendimento de demandas ligadas à violência.

Entrevistado (a) 6: Bom, pensando que o CRMM está num bairro popular, que tem caso de tráfico, tem interesse militar, enfim, tem uma série de atravessamentos e de ausência de Estado, eu acho que uma das dificuldades é... Dependendo do caso dela, esse é um espaço que acaba um pouco estigmatizado porque a população local conhece como “o lugar que atende mulheres e as mulheres que estão lá sofreram violência”, eu acho que muitas mulheres não chegam por causa desse estigma de que vão pensar que eu fui lá porque sofro violência. Eu acho que essa é uma das dificuldades. Aí dependendo com quem a mulher se relaciona, por ser dentro de um bairro tem a facilidade de ser perto, mas tem a dificuldade de “ah meu marido vai saber que eu fui lá”.

Entrevistado (a) 3: Por outro lado, também estar dentro da comunidade, eu acho pode dificultar porque a questão do sigilo, ela quer ir ali mas fica imaginando todo mundo vai estar vendo ela, então, eu acho que pode acontecer em alguns casos, dela... que alguém indica “olha, ali é um Centro de Referência”, “ah mas aqui todo mundo está me vendo”, “meus vizinhos estão vendo, os meninos estão vendo”. Então eu acho que nesse ponto... eu acho que é a mesma coisa que facilita, é a mesma coisa que por outro lado é a dificuldade.

Outro aspecto apontado como dificultador do acesso foi o horário restrito de funcionamento do serviço, de 8:30h às 16h, o que impossibilita que mulheres que trabalham fora de casa tenham acesso ao serviço. Destaca-se assim a importância dos serviços que possuem horário de funcionamento estendido para viabilização do acesso às mulheres trabalhadoras.

Entrevistado (a) 1: o nosso horário de atendimento, por exemplo, é complicado, é de oito às cinco, de oito e meia às quatro e meia e essa mulher sai do trabalho às cinco da tarde, na zona sul, como é que ela vai ter atendimento psicológico, ela tem que faltar ao trabalho, pedir pra sair mais cedo e aí isso implica dela ter uma demissão, isso implica numa... entendeu? E ela acaba não acessando, não cuidando dessas questões ou, como já aconteceu, do patrão dar uma semana para resolver tudo, como assim? Não dá, “oh você fica uma semana em casa pra resolver tudo, depois...” e a gente sabe que não é assim, né?

Entrevistado (a) 4: Acho que tem outra questão também que é o nosso horário de funcionamento. A gente funciona de segunda à quinta, a gente abre nove, oito e meia, nove em geral, a gente fecha quatro e meia, quarta-feira a gente fecha mais cedo, meio-dia porque a gente tem reunião de equipe a tarde, então é um horário comercial, um horário em que as mulheres mais jovens que estão mais ativas no mercado de trabalho, então, as que conseguem estão trabalhando. Então, a gente acaba absorvendo mais as mulheres aposentadas, as mulheres que já não estão mais trabalhando ou essas mulheres mais velhas que sempre foram donas de casa.

A falta de acesso a direitos fundamentais, como a segurança pública e a violência urbana, também aparecem como importantes dificultadores do acesso ao CRMM-CR. No sentido de que pode impedir as mulheres de chegarem ao serviço

bem como de interromper as atividades em andamento por conta dos conflitos armados.

Entrevistado (a) 2: Às vezes a usuária não vai no serviço com medo, entendeu? Porque está tendo operação em algum outro lugar.

Entrevistado (a) 3: Quando aconteceu, por exemplo, esses conflitos, algumas mães que tão lá fazendo curso, primeira preocupação é “meu filho tá na escola, vou sair correndo”, então, imagino que isso deva ter um impacto nela, você tá lá fazendo uma atividade e daqui a pouco alguém diz e... E a gente fica imaginando, pelo menos, eu imaginava isso antes, olha, está tendo um conflito, como é que a pessoa vai sair correndo? Mas... é proteger seus filhos, seu neto, seja lá quem for, acho que de repente a pessoa não pensa, não tem o raciocínio lógico de “não, devo estar protegido e...” só vai...

Uma das pessoas entrevistadas aponta ainda que quando ocorrem operações policiais na Maré o Centro não pode abrir para proteção da equipe como um todo e das próprias mulheres atendidas. Esta dinâmica de atuação do Estado no território impede de forma direta que as mulheres possam acessar ao serviço. Destaca-se também o fato de que a segurança pública por diversas vezes representa a desproteção, o próprio Estado apresenta-se como o violador de direitos dessa população quando a enxerga como sua inimiga em potencial e pratica contra ela uma violência institucional.

A violência institucional é definida na PNEVM como uma das expressões da violência de gênero que podem ser praticadas contra as mulheres. De acordo com a definição disposta no documento, a violência institucional pode ser reconhecida como “aquela praticada, por ação e/ou omissão, nas instituições prestadoras de serviços públicos” (Brasil, 2007a).

O racismo estrutural reproduzido institucionalmente na política de segurança pública também é destacado pelo (a) entrevistado (a) como um elemento dificultador do acesso na medida em que ele representa um risco para mulheres e homens negros que residem na Maré.

Entrevistado (a) 1: [...] Quando tem operação a gente não abre, a gente não entra quando tem operação policial, então, o que acontece, eu costumo dizer, e não sou eu que falo isso, a Sueli Almeida que fala isso também nos textos dela, Heleith Saffioti, enfim, não ter como você enfrentar a violência sem que essa mulher tenha o acesso a todos os direitos fundamentais, a segurança pública é um deles. Como é que eu vou enfrentar a violência doméstica se eu tenho operação policial na minha

porta quase todo dia? Não é o caso da Maré, lá na Vila do João porque também não é assim, mas tem, e a polícia, ela não entra com essa perspectiva para proteger a população, essa população para eles são os inimigos, não é só o traficante, entendeu? É o povo negro, então, por isso que atira no estudante da escola pública, entendeu? O cara tá trabalhando na laje vai lá e atira, é o negro, entendeu? Então, assim, a polícia não entra lá pra proteger aquela população, entendeu? E o olhar também da instituição é um olhar racista, então, ela entra lá esculachando mesmo, esculachando homens e mulheres. Então, o que acontece? O acesso dela fica prejudicado, por conta disso, por exemplo, ela foi no Centro, foi atendida, aí encaminhamos para Defensoria Pública pra ela dar entrada no processo, aí nesse dia ela teve que faltar, “não, eu falei com a minha patroa, eu vou faltar pra ir na Defensoria Pública nesse dia”, aí às cinco horas da manhã começa a operação, aí ela não vai nem para o trabalho, nem para a Defensoria Pública, aí vai ser um outro dia que ela vai ter que pedir para a patroa para poder ir na Defensoria Pública.

Este excerto de entrevista demonstra ainda a necessidade de pensar os rebatimentos da violência urbana na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras do CRMM-CR, tensionados pelo contexto bélico quando ocorrem tiroteios no meio do expediente ou sem conseguir trabalhar porque o equipamento não pode ser aberto.

Entrevistado (a) 1: Então a segurança pública, essas interferências, com certeza atrapalha o nosso trabalho porque a gente não consegue abrir e quando abre e acontece no meio do dia, a gente tem que fechar porque a gente tem alunos lá também, a equipe, então a gente tem que manter a segurança da equipe e dos alunos, então a gente tem que fechar e essa mulher fica sem atendimento. Já aconteceu, quando o exército ocupou a Maré, nós ficamos quatro meses sem conseguir ir lá porque era tiroteio todo dia a tarde, era tiroteio na certa, até que chegou um ponto em que a equipe começou a adoecer e tivemos que fechar e ficamos quatro meses até o exército sair, a gente teve que fechar. Então, quer dizer, e aí é isso, as mulheres sofrendo violações e sem um serviço, sem um equipamento para poder acolher essas mulheres.

Decorrente da insegurança causada pela violência urbana no território, outras duas pessoas entrevistadas destacam que o CRMM – CR possui um protocolo de segurança para os profissionais e alunos (as) que atuam no serviço. De acordo com este protocolo, profissionais e estagiários (as) só podem entrar na Maré se estiverem no carro institucional. Para tanto, é fundamental que o equipamento tenha em sua equipe um motorista, sem o qual não é possível que o serviço funcione. Em 2019, durante o período de realização das entrevistas aqui analisadas, o CRMM-CR ficou sem funcionamento por 3 meses, de setembro

2019 até dezembro de 2019, por ausência deste profissional no quadro de trabalhadores do serviço.

Entrevistado (a) 2: o simples fato da gente está fechado agora, nesse momento, é por causa disso porque por ser uma região por ter conflitos, em especial, com a polícia, é claro que, eventualmente, tem conflitos entre facções, mas é muito raro é bom sinalizar isso que em geral, o problema lá é só quando tem as operações, não é por conta de ter o tráfico armado em si mesmo ali porque aquilo ali não tem nenhum problema com o serviço, entendeu? O pessoal não fica ali atirando um no outro... Então, quer dizer, isso gerou a necessidade de ter o carro e agora não tendo carro, a gente não pode entrar. Então, esse é uma questão objetiva, assim, clara que a violência urbana atrapalha.

Entrevistado (a) 5: O carro também é necessário porque assim, tá tudo bem lá e tal aí começa uma operação, a gente ter como sair da comunidade de forma rápida, todo mundo junto, claro que isso é feito só em momento de segurança, que a gente até inclusive mantém contato com o posto, “oh esse é o momento de sair, vambora, o caveirão está na rua tal, antes de chegar aqui, vambora” e aí o carro é para isso.

Tanto o (a) motorista quanto o (a) auxiliar de serviços gerais não faz parte do quadro de funcionários permanentes da UFRJ, ou seja, são contratados pela universidade de maneira terceirizada, possuem, portanto, um vínculo precário de trabalho. Com a troca de licitações na universidade o Centro foi um dos espaços que ficou sem um (a) motorista, razão pela qual o CRMM-CR não pode continuar em funcionamento durante este período.

Este processo expressa a precarização não só do serviço prestado às mulheres no projeto de extensão, como da universidade pública como um todo. O trabalho acaba sendo fragmentado e sobretudo a população que o acessa fica descoberta sem o serviço. As oficinas de Artes e Letramento, Poesia e Alfabetização que estavam em andamento precisaram ser suspensas. Nesse contexto, os atendimentos individuais com serviço social e psicologia passaram a ser oferecidos no CRM Suely Souza de Almeida, localizado na Ilha do Fundão, que também é um projeto de extensão do NEPP-DH. Apesar de estar relativamente próximo a Maré, o deslocamento que as mulheres moradoras da Maré precisam fazer para chegarem até lá é maior do que o necessário para se chegar ao CRMM-CR, o que envolve gastos com transporte público além de impactar no vínculo que as usuárias possuem com o espaço da Maré.

Outro dificultador do acesso apontado nas entrevistas é a divisão territorial realizada pelo tráfico de drogas, que acaba sendo um empecilho para que mulheres que moram em sub-bairros dominados por grupos armados diferentes dos que atuam na Vila do João, onde fica o CRMM-CR, circulem entre esses espaços. Além do medo que a violência urbana pode causar em mulheres que não moram nos sub-bairros da Maré, impedindo que elas entrem nesse território para buscar o serviço.

Entrevistado (a) 4: Agora o que dificulta é que mulheres que não moram naquele território ocupado por aquelas forças... Pelo... Por aquela facção, elas não acessam, então, se às vezes você mora na Maré, mas tá no Parque União que é outra facção, dificilmente, a gente atende uma mulher do Parque União porque ela não vai circular e também pessoas que não moram dentro da comunidade, tem muito medo de acessar a comunidade, então, às vezes mora em Manguinhos, não Manguinhos não porque é comunidade também, às vezes moram ali... Em Bonsucesso, não vai acessar porque tem medo de entrar na Maré, então, a gente tem esse dificultador.

Nesse sentido, de acordo com as falas supracitadas, podemos inferir que o fato de o CRMM-CR estar localizado no mesmo território em que residem suas usuárias é um importante facilitador do acesso ao serviço. Não só pela proximidade, mas também porque é no território, compreendido como uma delimitação socioespacial complexa e contraditória (Santos, 2007), em que estão as potencialidades solidárias e de apoio mútuo entre as mulheres, expressas no momento em que uma pode indicar para outra, aquele espaço de atendimento através da forma local de reconhecimento como a “casinha”, sem evidenciar que se trata de um centro para atendimento à mulheres em situação de violência de gênero.

Ao mesmo tempo, o território é também lugar onde se materializam as situações de risco vivenciadas pelos sujeitos que ocupam aquele espaço, como é o caso da violência urbana e da atuação da política de segurança pública nesse espaço, que violam direitos fundamentais dessa população e aparecem como dificultadores do acesso ao CRMM-CR.

Saúde

A PNEVM prevê como uma de suas prioridades “promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado ou específico (assistência)” (Brasil, 2007a). Abordando esta temática, os (as) entrevistados (as) pela pesquisa apontaram que as múltiplas situações de violência de gênero pelas mulheres atendidas pelo CRMM-CR, trazem impactos diretos para a saúde dessa população, como ansiedade, depressão, síndrome do pânico dentre outros.

Entrevistado (a) 1: Casos que aconteceram muito atrás e elas vão somatizar agora, por exemplo: crise de ansiedade, aí quando você vai ver ela foi abusada na adolescência pelo padrasto, pelo pai, ela não resolveu isso, ela não teve espaço pra falar sobre isso ou a mãe não acreditou nela e aí ela vai somatizar agora, na idade adulta, por exemplo, já aconteceu também casos como esse.

Coincidindo com esta fala, Almeida (2006) aponta que a reprodução permanente da violência de gênero contra as mulheres gera impactos diretos à sua saúde na medida em que “tende a acentuar a heteronomia, a fragilizar sobremaneira a autoestima dos seus protagonistas” assim como “a provocar sintomas psicossomáticos” (Almeida, 2006, p. 30).

Além dos impactos causados pela violência de gênero contra as mulheres, os (as) entrevistados (as) apontaram a violência urbana como outro fator que traz diversas questões de saúde para essa população.

Entrevistado (a) 2: [...] fora os impactos psicossociais da violência em si, então, para além da questão da violência de gênero, tem pessoas lá que a gente já atendeu com crises de ansiedade, com quadro clínico ansiedade generalizada, síndrome do pânico, não dá para você reduzir à pessoa, é fortemente influenciada pelo entorno, porque você tá num lugar, às vezes a casa da pessoa é próxima a uma região de conflito, é totalmente compreensivo a pessoa estar com os nervos à flor da pele o tempo todo, né? O filho tá na escola e tal, entendeu? Então, esse tipo de coisa que influencia tanto no sentido de ter o atendimento ou não por parte nossa, mas também por parte dela e no atendimento em si, porque esse tipo de demanda vem, esse tipo de queixa aparece.

Falando sobre a forma como essas doenças relacionadas a fenômenos sociais como a violência de gênero e violência urbana são tratadas, um dos (as)

entrevistados (os) apontou a medicalização da saúde, conceito elaborado por Conrad (2007), como “processo pelo qual problemas não médicos passam a ser definidos e tratados como problemas médicos, frequentemente em termos de doenças ou transtorno”.

Entrevistado (a) 6: A gente convive com mulheres nas oficinas, nos atendimentos e a gente vê a medicalização também. Teve um grupo de estudos aqui que falou sobre a medicalização da violência e isso está em todos os espaços também, nas escolas, tudo é um remédio, tudo vai se tratar... E tudo vai se tratar a partir de... Não só do remédio, na medicação no sentido do remédio, mas da medicalização no sentido da indicação médica mesmo, o médico que vai resolver aquilo, vai para um psiquiatra e tal. Então, é uma população muito adoecida e ali, principalmente, pela violência urbana e as mulheres, principalmente, pela violência doméstica. Elas são... se sentem incapazes de fazer muita coisa.

O problema gerado pela medicalização da violência surge na medida em que ela pode invisibilizar a real causa desses adoecimentos e despotencializar possibilidades de organização dessa população ao passo que torna problemas coletivos, sociais, em problemas de saúde individuais. Nesse sentido, Almeida (2007) afirma:

[...] a violência de gênero é extremamente nociva à saúde da mulher, como vêm demonstrando diversas pesquisas realizadas em diferentes países, o que, seguramente, acarreta elevação do consumo de serviços de saúde, com vistas à medicalização de um problema que é, antes de tudo, político, cultural e jurídico (Almeida, 2007, p. 31)

Os (as) profissionais descreveram algumas estratégias utilizadas no CRMM-CR voltadas para a saúde da população ali atendida. Foram citadas as parcerias com CMS Vila do João, com a saúde mental através do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Carlos Augusto Magal e o papel de uma das oficinas oferecidas pelo serviço como uma forma de promoção do autocuidado.

Entrevistado (a) 5: Esse é um dos nossos trabalhos, na oficina de dança, de você poder olhar para você, de você potencializar as suas fontes de autocuidado, enfim.

Entrevistado (a) 5: E a psicóloga de lá, o que acontece, ela sai do CAPS uma vez por semana e vai para o posto lá da Vila do João e ela faz um grupo lá com as usuárias, enfim, mulheres, e aí os casos de violência ela encaminha para gente, às vezes é caso de violência que ela verifica que nem é caso psicológico, mas para

inserir na oficina, às vezes ela até coloca: “olha, eu identifico que é pra encaminhar pra oficina” ou então, “oh esse caso é pra acompanhar”, aí ela me manda um zap e a gente tá sempre conversando. [...] Ela fica toda quarta-feira lá no posto de saúde, aí ela tá sempre lá no CRMM também, então, a gente meio que se aproximou, isso é muito bom. Ela atende a Maré toda, o CAPS de Manguinhos e a Maré toda. E aí a gente pode encaminhar para lá ao invés de encaminhar a mulher lá para o CAPS UFRJ, vamos encaminhar para lá, enfim, então, foi bem

Esta é, portanto, uma importante relação do CRMM-CR com equipamentos da política de saúde que salienta que é preciso articular diversas políticas no trato da violência de gênero contra as mulheres. No que se refere a articulações intersetoriais do CRMM-CR com outros equipamentos, abordaremos este tema de forma mais aprofundada no eixo de análise Rede de Atendimento.

Raça e classe²⁰

As categorias de raça e classe foram abordadas ao longo das entrevistas como aspectos importantes a serem considerados nos atendimentos às mulheres em situação de violência de gênero.

Sobre estes temas, três entrevistados (as) afirmaram que a raça passou a ser discutida pela equipe como um elemento necessário a ser observado nos atendimentos prestados pelo CRMM-CR há mais ou menos três ou quatro anos, a partir da provocação de uma ex-estagiária do serviço, enquanto a classe já era considerada há mais tempo.

A partir desta provocação, em 2016 alguns integrantes da equipe montam um curso na modalidade de educação à distância junto a pró-reitoria de extensão da UFRJ, voltado para a formação continuada de servidores públicos de todas as instâncias federativas, chamado “Tecendo reflexões sobre gênero e raça”²¹.

Entrevistado (a) 1: É muito recente a discussão de raça lá no Centro de Referência e essa discussão, ela começa com a provocação de uma estagiária que tivemos lá que perguntou: “como assim, vocês trabalham com mulheres e não discutem raça com essas mulheres?”. Foi aí que surgiu a ideia de fazer o curso sobre gênero e raça, inclusive, então a gente começou essa discussão muito tardiamente, mas hoje

²⁰ Estas categorias aparecem aqui separadas como escolha metodológica para dar atenção de como os temas são abordados na equipe do Centro, porém, foram articuladas às questões de gênero durante todo o trabalho.

²¹ Fonte: Tecendo Reflexões Sobre Raça e Gênero disponível em: <<https://profos.pr5.ufrj.br/index.php/cursos/41-tecendo-reflexoes-sobre-questoes-de-genero-e-raca>>.

eu posso dizer que... coisa de três, quatro anos pra cá isso já aparece no atendimento, pelo menos no meu atendimento, talvez não a discussão com a mulher sobre a questão racial, mas o meu olhar sobre a situação dela, que aí já leva em consideração essa questão e aí a gente começa essa discussão no curso.

Concordando com a fala supracitada, outro (a) entrevistado (a) também ressaltou que foi a partir da provocação da ex-estagiária que a questão da raça passou a ser debatida no CRMM-CR, mas afirma que apesar do tema estar presente nas reuniões de estudos da equipe, no curso oferecido e em outros espaços, ainda considera o debate incipiente e que o fato de ser discutido não significa que esteja internalizado na prática profissional.

Entrevistado (a) 6: Eu acredito que a gente está nesse momento no processo de discutir essas coisas que foi até uma provocação de uma estagiária que a gente teve há uns três, quatro anos atrás, mas mesmo eu sendo uma dessas pessoas que levam o tema, discute com a equipe que briga pelo tema, pela questão racial e tal, você perguntou raça e? Raça e classe, que briga pelo tema, para ser bem honesto, eu não acredito que isso está na prática profissional e cotidiana naturalizada, porque é uma coisa que a gente precisa naturalizar, essa visão de mundo dos profissionais, eu acredito que ainda não está. Então eu acho que é desonesto, "ah então, porque a gente faz essas conversas que a prática profissional está impregnada desses olhares cuidadosos", ainda não está, mas a gente já é mais provocado a olhar pra isso [...]

Outras duas pessoas entrevistadas apontam que a questão de classe já é mais tempo trabalhada no CRMM-CR, no entanto, nem sempre esteve vinculada à questão racial dentro do serviço.

Entrevistado (a) 2: Classe com certeza porque muitas pessoas que estão em situação de não ter quase dinheiro pra comer ou já ter passado fome, carregar isso e mais casos, por exemplo, de dependência financeira do agressor, entendeu?

Entrevistado (a) 3: Se você falar em classe e não falar em raça no Brasil, discurso vazio e eu só fui perceber isso também há pouco tempo, eu também estava naquela de ficar falando só de classe, classe, classe, mas que classe é essa? Se for para falar de classe, temos que falar da questão racial sim, quem é a maioria na Comlurb? Quem é a maioria da construção civil? Quem é a maioria na venda de droga? Nos presídios? E as mulheres, além do que a gente fala da violência de gênero, existe outras violências que muitas vezes atinge que não é especificidade do CRMM, mas estão lá... Esses caras que estão presos, estão atuando, eles são os maridos, os filhos, os parentes dessas mulheres, das mulheres pretas, essas pessoas, a maioria que morre, tanto esses que atuam, como os outros [...].

Ressaltam-se nesta última fala as múltiplas violências enfrentadas por mulheres negras, direta ou indiretamente, vivenciadas por elas ou por seus familiares, violências de gênero e raça atravessadas pela pobreza, pelo encarceramento em massa da população negra²² mas, sobretudo, pelo racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

Um (a) dos (as) entrevistados (as) ressalta que as vivências de pessoas negras e brancas são distintas em muitos aspectos, inclusive no que tange aos impactos dos diversos tipos de violência sobre a população negra.

Entrevistado (a) 4: É diferente para as mulheres brancas, negras... A vida, né? A vida é muito diferente para homens brancos, homens negros, mulheres brancas, mulheres negras... Com certeza, os números não mentem, a gente vê aí que mulheres negras são as que mais sofrem todos os tipos de violências, vulnerabilidades. [...] A rota que as mulheres negras seguem são muito mais críticas, tem muito mais nós, entaves, para elas conseguirem acessar os serviços do que as mulheres brancas [...]

A fala supracitada menciona ainda, que a questão da rota crítica percorrida pelas mulheres negras em situação de violência de gênero na busca por atendimento em diferentes serviços é muito mais difícil do que para mulheres brancas. Sobre este aspecto, de acordo com a PNEVM, a rota crítica é:

[...] o caminho que a mulher percorre na tentativa de encontrar uma resposta do Estado e das redes sociais frente à situação de violência. Essa trajetória caracteriza-se por idas e vindas, círculos que fazem com que o mesmo caminho seja repetido sem resultar em soluções, levando ao desgaste emocional e à revitimização (Brasil, 2007a, p. 30).

Levando em consideração o racismo estrutural impregnado na cultura brasileira, de acordo com Akotirene (2019), podemos afirmar que as mulheres negras podem enfrentar atravessamentos distintos no processo da rota crítica ao passo que além do desgaste emocional e da revitimização causadas pelas idas e vindas em diversos serviços na busca por atendimento, elas ainda precisam enfrentar o racismo institucionalizado nos aparelhos de Estado. Racismo que junto com a questão de classe, gênero e território torna ainda mais difícil o acesso

²² BORGES, Juliana. O que é o encarceramento em massa. São Paulo, 2019.

dessas mulheres aos serviços de proteção à violência de gênero. Nas palavras da autora,

Além da violência atravessar as raças, classes e gerações, as queixas das mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos do Estado, devido às mulheres negras serem moradoras de espaços considerados perigosos, identificados como pontos de tráfico de drogas pelas mídias televisivas (Akotirene, 2019, p. 69).

Considerando este contexto, um (a) dos (as) profissionais afirmou que é preciso compreender que as mulheres brancas, moradoras de bairros nobres da cidade possuem acessos diferentes aos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência decorrente do privilégio que pessoas brancas possuem na nossa sociedade. Destacando ainda, que a relação das mulheres negras com a justiça e com a política de segurança pública é distinta das mulheres brancas, a explicação para estas diferenças está no racismo estrutural e institucional sofridos pelas mulheres negras.

Entrevistado (a) 1: O fenômeno, ele é dinâmico e as mulheres vão vivenciar esse fenômeno de formas diferentes, então uma mulher que mora na zona sul, ela vai experimentar a violência de uma forma diferente e o acesso dela ao atendimento psicológico, a uma delegacia, a justiça é um, o acesso da mulher negra que mora na periferia, que tem dificuldade de pegar um ônibus, saiu do trabalho porque muitas delas têm vínculos precário de trabalho, não tem carteira assinada, então não pode sair assim: “ah, vou ali e já volto”, a maneira como elas são vistas pelos serviços, principalmente, as delegacias, se for uma mulher branca de classe média, a Luana Piovani na delegacia, você põe uma mulher da Maré, a forma como elas vão ser tratadas é diferente e também a relação com a justiça. A mulher negra periférica tem uma relação com a justiça, com a segurança pública que é diferente [...] uma mulher branca de classe média a forma como ela se relaciona com a justiça e com a segurança pública é diferente, a maneira como ela vai ser vista.

Abordando as dificuldades de mobilidade de mulheres moradores da Maré, uma das pessoas entrevistadas aponta a relação entre as categorias território, a classe e a raça, que podem interferir diretamente nas possibilidades de acesso aos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência de gênero.

Entrevistado (a) 1: A mulher que mora na Maré, a mobilidade dela é diferente da minha, eu posso sair da minha casa, pegar um ônibus e ir pra delegacia que é perto da minha casa, [...] a mulher da Maré, ela tem que sair da Maré, às vezes ela tem que pegar um mototaxi, para ir para Avenida Brasil, aí tem o tiroteio, aí entra a

ação policial, ela já não pode sair mais de casa, aí chega na Brasil tem que pegar um, dois ônibus, dependendo de onde ela mora, vai pegar três, por exemplo, mulheres da Rocinha, elas têm o metrô, é outra realidade, entendeu? Porque elas têm uma mobilidade melhor talvez. Então, assim, é importante a gente olhar para todas essas questões em relação ao território, questão de classe e raça, especialmente, porque quem morre mais, quem é mais afetada com a violência é a mulher negra, por quê? Só pelo fato dela ser mulher? Não, pelo fato dela ser negra, a maneira como as mulheres negras são vistas nessa sociedade.

Destacando a importância da raça no que tange ao fenômeno de violência de gênero contra as mulheres, uma das pessoas entrevistadas afirmou que possivelmente a maior parte das mulheres atendidas pelo CRMM-CR é negra ou parda e salienta que os dados trazidos pelo último Dossiê Mulher apontam que o homicídio de mulheres negras no estado do Rio de Janeiro cresceu em 17,6%, enquanto o homicídio de mulheres brancas caiu em 6,8% em 2018 (Manso & Campagnac, 2019, p. 17). Provando, assim, que mulheres negras têm sofrido mais violências de gênero do que mulheres brancas.

Entrevistado (a) 5: [...] eu acho que se a gente pegar até o perfil das mulheres no banco de dados, acho que vai aparecer muito mais mulheres negras, mulheres pardas e negras, nordestinas que tem a questão da violência mais presente. Eu acho que até no último dossiê mulher apareceu alguma coisa assim, “a violência contra as mulheres negras têm aumentado mais”, tanto a violência doméstica quando a violência sexual por parte de um estranho.

Ainda sobre aumento do número de homicídio de mulheres negras, outro (a) entrevistado (a) aborda o conceito de necropolítica para falar sobre esse fenômeno.

Entrevistado (a) 1: E eu acho também que é aquilo, sabe o feminicídio, por exemplo, faz parte de uma necropolítica porque se morre mais mulher negra e você não quer resolver, isso tem a ver com o genocídio da população negra. Para mim tem a ver com essa necropolítica que não é só de gênero, é de raça também. É essa perspectiva de você eleger um grupo que pode viver e um grupo que tem que morrer. Então no caso não só de feminicídios, mas os casos de homicídios de maneira geral, inclusive, dos homens você vê claramente uma política de extermínio. Quem está morrendo mais na violência doméstica? São as mulheres negras. Quem morre mais por causas externas? Os homens negros e jovens, então, quer dizer, nós estamos escolhendo quem deve viver e quem deve morrer, né? [...] Então, para mim é isso, feminicídio... se tá morrendo mais mulher negra e a cada ano que passa esse número só aumenta é porque existe uma política de extermínio dessa população que passa pelo feminicídio, que passa pela violência contra

mulher, existe essa necropolítica atinge homens e mulheres negras de formas diferentes, mas é isso, acaba com o extermínio.

O conceito de necropolítica foi desenvolvido por Mbembe (2018), cientista político e historiador negro camaronês, a partir de sua leitura do conceito foucaultiano de biopoder e biopolítica²³. Para o autor,

[...] As formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Demonstrei que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (Mbembe, 2018, p. 71)

Nesse sentido, podemos afirmar que a necropolítica se manifesta no exercício de soberania que o Estado possui com o poder de matar e deixar viver grupos específicos, o que dialoga diretamente com o conceito de novas formas de guerra instauradas na contemporaneidade trazido por Segato (2016), como guerras incessantes que se materializaram na política de países subalternos, e se tornaram formas de existência na atual conjuntura bélica mundial. O direito de matar do Estado se tornou, portanto, a regra e não a exceção, na medida em que passou a ser utilizado como estratégia de extermínio em uma guerra incessante contra povos e territórios subalternizados.

É o que ocorre, por exemplo, em favelas e bairros periféricos da cidade do Rio de Janeiro, por meio da nossa política de segurança pública, onde a população se vê à mercê de intervenções policiais constantes que causam tiroteios e mortes em larga escala de crianças, jovens, adultos e, sobretudo, da população pobre e negra. Para Akotirene, “...a polícia que mata os homens negros no espaço público é a mesma que deixa as mulheres morrerem dentro de suas casas – o desprestígio

²³ “O biopoder é definido como assumindo duas formas: consiste, por um lado, em uma anátomo-política do corpo e, por outro, em uma biopolítica da população. A anátomo-política refere-se aos dispositivos disciplinares encarregados do extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante o controle do tempo e do espaço, no interior de instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão. Por sua vez, a biopolítica da população volta-se à regulação das massas, utilizando-se de saberes e práticas que permitam gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade (FURTADO & CAMILO, 2016)”.

das lágrimas de mulheres negras invalida o pedido de socorro político, epistemológico e policial” (Akotirene, 2019, p. 69).

Esta pessoa questionou também a própria configuração da PNEVM no tocante à categoria raça. De acordo com sua fala, a política não apresenta uma perspectiva interseccional da violência de gênero contra as mulheres ao passo que não leva em consideração a questão racial como um elemento que traz diversos agravamentos para o fenômeno.

Entrevistado (a) 1: [...] a própria política de enfrentamento, a política para as mulheres não considera a questão racial, ela não considera, ela não é interseccional, isso aí você pode... essa coisa de falar das mulheres, de enfrentamento contra mulheres, de botar um “S” no final da palavra não quer dizer nada, só reforça essa coisa da mulher universal que a gente sabe quem é, entendeu? Não é a mulher negra, então, a política não pensa essa mulher negra, ela não pensa nesse território onde ela está inserida, onde ela mora, a política não pensa nada disso, eu até entendo e concordo, inclusive, com a Butler quando ela fala que até algum tempo atrás para as feministas conseguirem construir políticas públicas, elas tinham que realmente generalizar, colocar mulheres lá por isso... e isso bastava, assim, até pouco tempo a gente não implicava com a categoria, mas hoje em dia não tem mais como a gente não relativizar essa categoria mulheres, que mulheres são essas, né?

Neste excerto de fala a pessoa entrevistada traz o conceito de interseccionalidade e ressalta que não existe um ser social mulher que seja universal, genérico, por isso é preciso caracterizar a categoria mulher com sua raça, regionalidade, faixa etária. Nesse sentido, afirma que quando a PNEVM aborda apenas o termo mulheres, no plural, como se estivesse dando conta das diversas diferenças existentes entre as mulheres, ela não trata das questões relativas às mulheres negras, suas especificidades, necessidades, ou ainda, os territórios em que estas estão inseridas.

A utilização do recurso analítico e teórico-metodológico da interseccionalidade na leitura da PNEVM é importante na medida em que ele é capaz de abordar as múltiplas associações de sistemas de dominação-exploração. Nesse sentido, a interseccionalidade nos faz pensar que para se discutir a violência de gênero contra as mulheres em um país marcado por desigualdades sociais profundas desde a sua conformação, é preciso ir além da categoria gênero e considerar raça e classe como categorias fundamentais na formação social

brasileira que trazem impactos diretos ao fenômeno da violência, materializando-se no cotidiano e realidades locais dessas mulheres.

A mesma pessoa entrevistada afirmou que o fato da política não ter sido pensada a partir desta perspectiva interseccional reverbera diretamente em sua implementação ao passo que apenas recentemente começou a ser trabalhado o conceito de raça como central para o fenômeno da violência de gênero no equipamento, retardando assim uma perspectiva ampliada que articule não só o gênero e a raça, mas também a classe social a orientação sexual dessas mulheres e etc.

Entrevistado (a) 1: Reuniões de rede que a gente participava, “ah porque as mulheres...”, “tá bom, mas que mulheres?”, “quem a gente tá falando?”. Como se fossem iguais, todas elas vítimas de violência, como se elas fossem iguais porque são vítimas de violência. Enfim, quando você não pensa política dessa forma, isso reverbera aqui na ponta, então, você não tinha preocupação de falar de raça, tudo era gênero, violência de gênero, “a raça não influencia nisso, nem a classe social, nem a orientação sexual”, era gênero, né? Então isso também... acho que retardou essa visão racializada do fenômeno, mas aí com curso, a gente vai se aproximando de algumas leituras, vai se aprofundando e aí começa esse processo de reconhecimento de quem nós somos, primeiramente, e a partir daí isso vai se reverberar no trabalho. Então, hoje eu posso dizer que a gente tem uma perspectiva racializada, de classe também, ela sempre esteve presente de alguma forma, a discussão de classe, mas a questão racial é bem recente.

A PNEVM afirma como uma de suas diretrizes a necessidade de “reconhecer a violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica que expressa a opressão das mulheres e que precisa ser tratada como questão da segurança, justiça, educação, assistência social e saúde pública” (Brasil, 2007a, p. 32), palavra raça na política por apenas seis vezes, algumas delas no binômio raça/etnia, em dois momentos articulada a violência institucional, em um momento correlacionada às ações de prevenção da violência de gênero e as demais na conceituação e problematização do fenômeno. Nesse sentido, o documento afirma que:

A violência contra as mulheres não pode ser entendida sem se considerar a dimensão de gênero, ou seja, a construção social, política e cultural da(s) masculinidade(s) e da(s) feminilidade(s), assim como as relações entre homens e mulheres. É um fenômeno, portanto, que se dá no nível relacional e societal, requerendo mudanças culturais, educativas e sociais para seu enfrentamento, bem

como o reconhecimento de que as dimensões de raça/etnia, de geração e de classe contribuem para sua exacerbação (Brasil, 2007a, p. 20).

Com a introdução do debate racial no CRMM-CR, um (a) dos entrevistados (as) afirmou que a temática já perpassa todos os espaços do Centro, nos estudos de caso, supervisões e atendimentos, inclusive, atualmente já são feitos encaminhamentos para atendimentos especializados às mulheres negras e que possuem baixa renda. Sem deixar de apontar que ocorrem discordâncias internas ao passo que se trata de um movimento de mudança pessoal e não só das formas de atuação profissional.

Entrevistado (a) 6: Então, eu acredito que os profissionais, volte e meia, pensam sobre isso e aí nas supervisões a gente nota que eles têm essa preocupação de trazer, de caracterizar, ter o cuidado, a gente, por exemplo, tá introduzindo o encaminhamento para o atendimento especializado de pessoas negras, tem a Psicopretas, por exemplo, que atende pessoas de baixa renda, mas sobretudo mulheres negras, então, aí como eu conheço, eu já sugeri para o psicólogo e tal e aí ele já fala com naturalidade: "essa aí eu encaminhei para o Psicopretas e tal" e a própria equipe, eu acho que começa, tanto os brancos quanto os negros, começam a ver essa necessidade de discutir e de ter esse olhar para essas mulheres, de que elas são mesmo diferentes porque as pessoas são diferentes e mais do que são diferentes porque elas são tratadas de modo desigual. Então, foi um desafio a gente começar a pensar sobre isso, mas isso já tá em todos os lugares do Centro de Referência, nas supervisões, nos estudos de caso e é uma briga danada porque mudar a gente como profissional não é diferente de mudar a gente como pessoa, então, o profissional é a pessoa e a pessoa é o profissional.

A mesma pessoa entrevistada não deixou de apontar que este processo de incorporação do debate racial no equipamento não ocorre sem que existam discordâncias internas, ao passo que se trata de um movimento que provoca mudanças pessoais e não só das formas de atuação profissional.

Entrevistado (a) 6: Então se a gente não mudar nossa maneira de ver como pessoa, a gente não vai mudar nosso profissional, então, eu acho que a gente está um pouco nesse processo, dá umas brigas feias aqui e é importante que dê porque a gente tá se transformando e o processo para se transformar, ele dói, a gente se fere porque a mudança é isso, mas está sendo bacana ver da equipe.

Apesar das considerações sobre raça e classe feitas pela PNEVM, o documento não aprofunda o debate racial, de classe e tampouco o de território,

salientando apenas que a violência de gênero “atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raças e até mesmo a orientação sexual” (Brasil, 2007a, p. 11). Esta pode ser considerada uma fragilidade na formulação da política que acaba trazendo impactos diretos para sua implementação, na medida em que o documento apesar de apontar o problema da violência de gênero contra as mulheres como multifacetado, não o desdobra com as possíveis formas de ação ou superação através de uma perspectiva que articule os diferentes tipos de dominação-exploração, como faz a perspectiva interseccional.

Dentre estes impactos, podemos trazer como exemplo o fato dos (as) profissionais entrevistados relatarem que apesar das reflexões sobre classe já estarem incorporadas às intervenções do CRMM-CR, apenas há pouco tempo o debate racial passou a fazer parte dos atendimentos, grupos de estudo e supervisão do serviço. Em contrapartida, destacam-se as importantes iniciativas que incorporaram do debate racial no serviço, como o “Curso Tecendo reflexões sobre gênero e raça” e as ações que se desdobram a partir disso, a inclusão de temas relativos à raça nos espaços de supervisão, grupos de estudos, discussões de casos e nos próprios atendimentos.

Recursos institucionais

A respeito dos recursos institucionais disponíveis, os (as) participantes relataram de que forma está organizada a estrutura física do serviço e os recursos humanos existentes.

Quanto a estrutura física, de acordo com as respostas, o prédio onde está alocado o CRMM-CR possui dois andares, na parte inferior existe um espaço de recepção, três salas para atendimento, mas apenas duas estão em uso, uma para atendimentos, uma para coordenação e a outra está com problemas de iluminação, um banheiro, uma sala de convivência da equipe e uma copa. Na parte superior do prédio existem duas salas destinadas às oficinas e um banheiro. O serviço conta ainda com uma cozinha profissional localizada parte externa do prédio, em um container, que não está em funcionamento por questões ligadas a iluminação.

Entrevistado (a) 4: Em cima tem duas salas, uma de artesanato e uma de auditório, embaixo tem três salas de atendimento, sendo que uma não está ativa porque está sem luz, teve algum curto ali, a gente não consegue mais usar a energia daquela sala. Tem o espaço da recepção que é a acolhida, tem uma sala de estagiários que é onde a gente fica, a equipe, enfim, os estagiários também, tem uma copa, um banheiro, um banheiro embaixo e um banheiro em cima e a gente tem um container do lado de fora, mas ainda dentro do terreno do posto de saúde porque a gente tá dentro do terreno do posto de saúde. Esse container era, foi, ainda é, uma cozinha experimental, mas a gente também teve um problema com energia ali, as coisas não funcionam e sem manutenção, serviço público, a gente está sem manutenção de tudo, então as coisas vão se deteriorando, mas tinha, sabe aqueles programas *Master Chef* com esses fornos em cima? A gente já tem isso desde... Eu cheguei lá em 2010 já era esse forno em cima, (risos), na época boa do SPM que a gente tinha muito dinheiro.

Entrevistado (a) 2: O problema, por exemplo, ar condicionado, na minha sala quase não funciona direito, eventualmente computadores, os computadores estão funcionando, mas eventualmente dá um problema ou outro, tem que trocar e tem lugares que tem problemas de infiltração até hoje.

De modo geral os (as) entrevistados (as) relatam que o espaço físico atende às necessidades do serviço, no entanto, falta manutenção do espaço que possui infiltrações e também de aparelhos elétricos sem funcionamento, como ar-condicionado e computadores. Além disso, uma das pessoas entrevistadas relatou que a cozinha externa, apesar de não estar em funcionamento, possui equipamentos muito modernos que foram instalados na época da SPM, quando o CRMM-CR recebia mais investimentos financeiros.

Entrevistado (a) 4: Olha, eu acho que falta manutenção, se as coisas funcionassem, é isso... Mas a gente está com as salas sem ar condicionado, por exemplo, então, chega aquele calor de dezembro e janeiro do Rio de Janeiro que a gente conhece, é insustentável para mulheres ficarem ali, algumas passam mal, inclusive, dependendo da situação... Se tivesse manutenção eu acho que seria bem ok os nossos recursos físicos.

No tocante aos recursos humanos, a equipe é composta atualmente por duas assistentes sociais, uma delas ocupa o cargo de coordenação, um psicólogo que se divide entre os dois projetos de extensão da UFRJ, ou seja, CRMM-CR e CRM. Sueley Souza de Almeida, uma técnica em assuntos educacionais, um pedagogo e um administrativo, cinco estagiários e uma auxiliar de serviços gerais.

Entrevistado (a) 4: E a gente tem [um TAE], um pedagogo, uma assistente social, um psicólogo que se divide entre o CRMM e o CRM, então, ele atua um dia e meio na semana lá no CRMM... Um assistente administrativo, tem a nossa coordenadora que é assistente social, mas está de licença [...] A gente tem dois estagiários de psicologia, três estagiários nas oficinas, uma é de ciências sociais que está encerrando agora, um de história da arte e uma de letras e só.

Porém, outro (a) entrevistado (a) afirma que apesar de terem o mínimo no tocante aos recursos materiais e humanos, ainda os considera insuficientes, apontando que a própria universidade acaba, por vezes, não reconhecendo o espaço do CRMM-CR como dela.

Entrevistado (a) 6: Recurso material é complicado porque é insuficiente, porque a gente está numa comunidade e a própria UFRJ tem um misto de reconhecer e não reconhecer aquele espaço como dela, então, deixa muito a desejar. Então tem muita coisa que a gente não tem, mas o material básico eu acho que a gente tem, recursos humanos mínimo, recursos materiais mínimos a gente tem, agora não temos mais o mínimo por causa do motorista, mas é uma especificidade do Centro de Referência precisar de motorista pra gente entrar.

Os (as) entrevistados (as) colocaram que existe uma falta de profissionais, e que esse é o maior problema no que tange aos recursos institucionais, com isso, encontram dificuldades para desenvolver algumas atividades com a população, como as oficinas sociais e apontaram também a falta de bolsas para os (as) estagiários (as).

Entrevistado (a) 1: Acho que a nossa maior questão aí é a questão de recursos humanos porque hoje no Centro de Referência, a gente tem uma assistente social, um psicólogo que se divide entre dois Centro de Referência da universidade que é o da Maré e o do Fundão e só e temos o pedagogo e temos uma técnica em assuntos educacionais e um administrativo, temos o motorista e mais a auxiliar de serviços gerais, é uma equipe muito pequena. O atendimento, principalmente, um assistente social, um psicólogo. Então assim, para dar conta das demandas que chegam é muito complicado, até pra gente poder diversificar, oferecer uma outra atividade, não tem como porque se eu estou no atendimento, como eu vou oferecer... sei lá, um grupo, alguma coisa... Eu tenho que me organizar para poder sair para não ficar descoberto o atendimento. Então, assim acho que o nosso maior problema hoje é o recursos humanos porque os recursos materiais, em termos de computador, enfim, o que a gente precisa, também não é “nossa que última geração”, não é, mas nos atende, tem nos atendido, agora, a equipe técnica que é o nó, porque somos muito poucos.

Entrevistado (a) 4: Em termos de recursos humanos, eu acho que falta bolsa pros estagiários, porque a gente podia, por exemplo, ter uma estagiária de dança, mas a

gente não teve bolsa, então, é muito difícil pra elas se deslocarem, em geral, as alunas de dança, em geral, são alunas que não tem os recursos que alunas de outros, ne como medicina e direito tem, então, elas precisam muito correr atrás para se manter na faculdade e não dá pra fazer um estágio sem bolsa, porque é muito difícil, então, se a gente tivesse mais bolsa para os estagiários e mais equipe técnica, eu acho que pelo menos mais uma assistente social e mais um psicólogo, uma psicóloga, seria bom, assim, acho que atenderia melhor a população, sabe.

Apesar da falta de profissionais, uma das pessoas entrevistadas salientou que a equipe de modo geral é composta por servidores públicos concursados - exceto o motorista e a auxiliar de serviços gerais que são terceirizados por firmas que prestam serviço à universidade - que estão com seus salários em dia. Este ponto é importante porque faz com que não haja uma alta rotatividade de profissionais na equipe, mantendo assim, uma continuidade do trabalho desempenhado no CRMM-CR.

Entrevistado (a) 6: A gente tá fechado há três meses porque não tem motorista, então, falta recursos humanos. Eu acho que além disso, falta psicólogo, que se divide com outro Centro, o psicólogo [supressão de nome] atende lá e atende cá, mas eu acho que, não para justificar, só pra dizer que tem gente em situação pior, a gente tem servidores públicos concursados que trabalham, assistente social, psicólogos que estão com os salários em dia, concursados, trabalhando no Centro de Referência.

Apesar deste ponto positivo, um (a) dos (as) entrevistados (as) falou sobre os rebatimentos causados pela alta demanda e o baixo número de profissionais, trazendo impactos diretos para a saúde daqueles trabalhadores que se sentem sobrecarregados.

Entrevistado (a) 2: [...] ano passado, hoje é muito raro, estava tendo crise de enxaqueca assim, toda semana, de dor de cabeça, em partes por causa disso, depois eu me conscientizei, eu tive que regular meu ritmo de trabalho, entendeu? Respeitar meus limites. Eu já cheguei meio frenético, assim, tinha dias que eu atendia cinco pessoas, teve dias que eu atendi seis, entendeu? Então, chegou uma hora que a máquina começou a pifar, entendeu? Aí eu tive que diminuir, espalhar mais, regular, respeitar, não ficar pegando todas as demandas, entendeu? Fazer alguns atendimentos, assim, quinzenais porque assim não dá, entendeu? Aí a pessoa tem que respeitar, se não começa a pifar mesmo, afeta o corpo, estressa, afeta as outras áreas da tua vida.

Um (a) outro (a) profissional destacou que além da falta de motorista na equipe, falta também um profissional do direito no Centro, já que essa categoria integra a equipe mínima descrita pela Norma Técnica de Uniformização de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, composta de acordo com o documento por: 1 coordenador(a), 2 secretários(as), 2 assistentes sociais, 2 psicólogos(as), 1 advogado(a), 2 educadores(as), 1 ajudante-geral e 1 segurança. Vale ressaltar que nenhuma (a) dos (as) profissionais entrevistados (as) apontou a ausência de um segurança na equipe, a segurança na universidade é apenas patrimonial. A ausência do profissional do direito na equipe traz rebatimentos diretos para a assistência prestada às mulheres que buscam o Centro, já que sem possibilidade de obter as orientações pertinentes ao direito, elas precisam buscar outros equipamentos que ofereçam este serviço, que em geral, estão fora do território da Maré, como a Defensoria Pública e o NUDEM.

Entrevistado (a) 5: Em termos de profissionais, a gente precisaria desses: de um advogado para atender e, no momento, de motorista. Pelo volume de atendimentos, claro que um profissional de cada seria, vamos dizer assim, suficiente, mas eu acho que, assim, no momento, o mínimo a gente consegue. E assim, olhando para a rede também, os outros Centros do Rio de Janeiro que a gente está nesse momento aproveitando para conhecer a rede, ontem a gente foi no CEAM e na semana passada a gente foi no CIAM, todos os equipamentos estão passando por dificuldades também, embora o CEAM e o CIAM tenham a equipe completa, com todos os profissionais, mas assim, tem as suas dificuldades também, tipo falta de motorista é uma coisa... falta de motorista ou de carro é uma coisa que é geral... Coisa que a gente não vive aqui, como atraso de salário, profissional contratado de forma precária, enfim, isso já é uma realidade que a gente não tem aqui mas todos estão passando.

Além disso, esse (a) mesmo (a) profissional afirmou que apesar da ausência de motorista e advogado (a) na equipe do CRMM-CR, esse não é um dos piores cenários no que tange aos Centros de Referência, já que outros Centros no Rio de Janeiro têm enfrentado além da falta de recursos humanos, contratos precarizados, e até atrasos nos salários.

A partir do cenário supracitado, podemos inferir de acordo com as falas dos (as) profissionais, que a estrutura física existente no CRMM-CR atende minimamente as necessidades do serviço, com relação ao número de salas e

espaço disponível. No entanto, a falta de manutenção desta estrutura acaba sucateando o que existe.

No tocante aos recursos humanos, faltam profissionais como advogado (a), motorista, segurança e pelo menos mais um (a) psicólogo (a), já que o atual se divide entre dois Centros. A falta de profissionais culmina na sobrecarga dos que integram a equipe atualmente e pode reverberar diretamente na qualidade do serviço prestado, já que para prestar um bom atendimento os (as) profissionais precisam ter as condições de trabalho adequadas e sua saúde preservada.

Apesar destas ausências, os (as) profissionais colocam de que modo geral os recursos disponíveis no CRMM-CR não representam um dos piores cenários, já que outros Centros de Referência da Rio de Janeiro têm enfrentado além da falta de recursos humanos, contratos precarizados, e até atrasos nos salários. O que demonstra que existe um desmonte e fragilização da PNEVM como um todo, já que não se trata de um problema localizado, mas sim generalizado entre os dispositivos da política.

A partir de então, trataremos no eixo a seguir os temas relativos à garantia de direitos das mulheres em situação de violência de gênero.

Eixo 2: Garantia de Direitos

Neste eixo objetivamos analisar quais são as principais dificuldades enfrentadas para a garantia de direitos das mulheres em situação de violência de gênero atendidas pelo CRMM-CR, destacando as estratégias locais desenvolvidas pelas mulheres junto com a equipe para superação destas dificuldades. Nesse sentido, buscamos compreender como é trabalhada a relação entre proteção e autonomia das mulheres nesse contexto, destacando as experiências exitosas e a periodicidade em que os casos atendidos no Centro são discutidos pela equipe.

Sendo assim, a partir das respostas obtidas, foram destacados os seguintes temas: dificuldades para a garantia de direitos, estratégias locais, autonomia e reuniões de equipe.

Tema: Dificuldades para a garantia de direitos

De acordo com a PNEVM, o conceito de enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres está relacionado a articulação de diferentes políticas que visem “dar conta da complexidade da violência contra as mulheres em todas as suas expressões” (Brasil, 2007a, p. 25). O conceito de enfrentamento diz respeito a uma série de ações e políticas voltadas para a atenção às mulheres em situação de violência de gênero, dentre estas políticas podemos citar a saúde, educação, assistência social, a segurança pública, a justiça, o trabalho e etc.

Nesse sentido, a ideia de enfrentamento aponta para a construção dos quatro eixos estruturantes da política, dentre os quais está presente a garantia de direitos, que de acordo com a política, diz respeito a implementação de “iniciativas que promovam o empoderamento das mulheres, o acesso à justiça e o resgate das mulheres como sujeito de direitos” (Brasil, 2007a, p. 27), por meio do cumprimento de legislações nacionais e internacionais de proteção.

Levando em consideração este eixo estruturante da política os (as) entrevistados apontaram as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano para a garantia de direitos das mulheres em situação de violência de gênero atendidas no CRMM-CR.

Algumas das pessoas entrevistadas citaram como principais dificuldades o acesso às outras políticas públicas, como saúde e assistência, previdência, a escassez e precarização do transporte público, e o desmonte das políticas públicas e seus equipamentos de operacionalização.

Um dos (as) profissionais entrevistados (as) criticou inclusive o termo “garantia de direitos” e deu exemplos das dificuldades de acesso às políticas de assistência e saúde, apontando que existe uma precarização desses serviços que impede a garantia de direitos.

Entrevistado (a) 1: É, eu não gosto muito dessa coisa de garantir direitos, acho que a gente contribui para que ela tenha esse acesso, mas garantir direitos não é um papel nosso, o Estado que precisa garantir isso. Agora, a gente tenta garantir o acesso dela aos equipamentos e tudo mais. Agora, a dificuldade que eu acho que a gente encontra é o desmonte desses equipamentos, dessas políticas, a assistência, por exemplo, tem mulheres que têm direito a alguns benefícios e aí não consegue acessar, não tem como fazer o cadastro porque sei lá, o computador está complicado ou tem um número limite, enfim, ela não consegue acessar logo de

imediatamente essa política, ou porque não tem profissional, enfim... [...] Então eu acho que essa precarização das políticas sociais, eu acho que é uma grande dificuldade pra gente poder garantir esse acesso dessas mulheres a esses serviços, esses direitos e tal.

Outro (a) profissional colocou que existem dificuldades de acesso aos equipamentos de saúde mental, como CAPS, por conta da escassez do transporte público, outro exemplo citado foi o desemprego, a dificuldade de acesso aos benefícios previdenciários, como aposentadoria, ou mesmo da política de assistência, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Apesar dessas pessoas serem encaminhadas aos serviços competentes, não conseguem ter acesso e se veem diante da ausência de alternativas relacionadas a esses direitos, tendo apenas acesso aos recursos assistencialistas para recorrer, como uma cesta básica da igreja, ainda que este acesso não vá trazer mudanças estruturais em suas condições de vida. O que expõe a fragilização e falta de acesso aos direitos sociais básicos como saúde, trabalho, renda.

Entrevistado (a) 2: Às vezes tem mulheres que tem dificuldade de acessar o CAPS porque para quem mora ali tem que pegar dois ônibus, na verdade, ele nem é tão longe, mas o acesso de ônibus é ruim, ele fica perto da UPA de Manguinhos, ali um pouco atrás da Fiocruz, mas para quem vai de ônibus, não tem ônibus direto e a pé é muito longe [...] Alguns casos que eu já atendi que tem problemas psicológicos que estão impedindo a vida dela de trabalhar ou até familiares também que têm graves e que não conseguem acesso ao BPC, entendeu? [...] Isso que é o pior, você encaminha, a pessoa não consegue e você não vê alternativa, a alternativa às vezes é uma cesta básica da igreja e tal, mas assim, uma oportunidade concreta para pessoa poder mudar a vida dela e ter uma renda, às vezes, não tem.

Ainda nesta linha, um (a) outro (a) entrevistado (a) abordou as dificuldades no acesso à justiça decorrente de seus fluxos internos, destacando que a rota percorrida pelas mulheres em situação de violência de gênero pode ser mais um empecilho para sua garantia de direitos. Sobre este aspecto, Akotirene afirma que redes de atendimento instaladas longe dos territórios vulnerabilizados, causam profundas perdas e prejuízos para quem necessita desses serviços (Akotirene, 2019, p. 68).

Entrevistado (a) 5: [...] uma dificuldade muito grande que eu acho que a gente encontra, coisas muito simples são muito difíceis de serem conseguidas, então, por exemplo, uma crítica que eu tenho muito forte é a essa fragmentação da justiça. Então você tem demanda de Lei Maria da Penha, de divórcio, guarda de filhos, vai cada um para uma vara, e aí você precisa então não trabalhar porque você vai ter uma audiência num dia X em um lugar, uma outra audiência na Defensoria X, sabe? Vai cada um pra um lugar, então, essa rota que a mulher segue para a garantia dos seus direitos, ela é muito cansativa, cada coisa num lugar diferente, aí uma data diferente, aí você não trabalha, né, você só fica fazendo isso.

Duas das pessoas entrevistadas relataram que existe também uma dificuldade das mulheres moradoras da Maré realizarem as denúncias com registro de ocorrência na delegacia, assim como as mesmas encontram dificuldade de acessarem às medidas protetivas de urgência, que podem prever o afastamento do autor das agressões a pessoa que sofreu a violência e de seus dependentes, garantidas pela Lei Maria da Penha, nº 13.340, de 7 de agosto de 2006, pelo fato dos oficiais de justiça não entrarem no território da Maré para notificarem o agressor sobre a instauração da medida, bem como de seu descumprimento.

Existe também o medo de que após fazer a denúncia de violência de gênero, a polícia entre na Maré e isso acabe revitimizando as mulheres que denunciam através de cobranças dos grupos armados que atuam no território.

Entrevistado (a) 2: Assim, eu não sei nenhum caso direto de medida protetiva em especial, eu nunca vi nenhum caso, eu imagino que isso seria muito difícil de cumprir exatamente porque acho que o oficial de justiça não vai entrar lá dentro do bairro Maré, começa por aí. E para cumprir... se o agressor descumpre, como é que fica? Fora é uma coisa, na Avenida Brasil é uma coisa, entrou lá, mesmo que ele descumpra... não tem ninguém para fiscalizar, se tiver uma punição, ninguém vai cumprir porque o próprio estado não entra lá.

Entrevistado (a) 5: [...] ali a gente tem uma dificuldade muito grande das mulheres acessarem os direitos fundamentais delas, então, fazer o registro de ocorrência, muito difícil, muito difícil uma mulher se dispor a ir na delegacia fazer o registro de ocorrência porque ela fica com medo, se der na telha de um policial desse querer entrar dentro da Maré para ir buscar o marido dela, ela vai ser cobrada pelos traficantes. Então, muito difícil elas acessarem a polícia, consequentemente, muito difícil elas acessarem à justiça e para você ter a garantia da medida protetiva, você precisa estar num lugar em que o oficial de justiça vai entrar, o oficial de justiça não vai acessar a Maré.

O racismo estrutural também foi apontado como um dificultador para a garantia de direitos das mulheres em situação de violência de gênero. Nesse

sentido, um (a) dos (as) entrevistados (as) pontuou que mulheres negras recebem tratamentos diferentes quando tentam acessar serviços da saúde, justiça e etc., se comparado com o tratamento dispensado às mulheres brancas, fruto do racismo estrutural e institucional presente em nossa sociedade.

Entrevistado (a) 6: Principal dificuldade identificada é o próprio racismo, esse preconceito racial, eu tenho até dificuldade de dizer que temos um preconceito de classe porque ninguém a princípio vê, não está na cara que você é pobre, então, em geral, para mim, preconceito de classe é preconceito racial porque a maioria da população pobre é negra e favelada. Eu acho que esse é o primeiro entrave porque a gente já consegue, já tem estudos que falam na trajetória de mulheres brancas nos encaminhamentos, nas instituições de saúde e na justiça e tal e como que elas são tratadas de maneira diferente. [...] Então, na saúde, na justiça, e por conta de ser mulher também, então assim, você vai ver na justiça, se o policial acha que ela merecia, ou o juiz achar que ela merecia ter apanhado ou que isso não é um grande problema, a justiça não vai andar como deveria andar. Então, eu acho que o maior entrave é o racismo estrutural que a gente tem, sabe?

Akotirene (2019) afirma que a misoginia e o racismo institucional são responsáveis por impedir que mulheres negras denunciem seus agressores ao passo que suas falas são historicamente deslegitimadas pelas instituições como a justiça, segurança pública e etc. Nas palavras da autora:

O direito tem sua dinâmica interseccional, misoginias e racismos institucionais e dá conta dos mesmos recursos administrativos responsáveis por obstruir às mulheres negras o direito de registrarem queixas, levando em conta discursos prévios sobre mulheres fáceis, raivosas, perigosas, sexualmente disponíveis. O descrédito das reivindicações das mulheres negras é consequência da intersecção complexa do sistema moderno, atravessado por discriminações de raça e de gênero [...] (Akotirene, 2019, p. 71)

Com base nas dificuldades relatadas pelos (as) profissionais entrevistados (as) e utilizando o aporte teórico interseccional trazido por Akotirene (2019), podemos afirmar que a ausência de uma metodologia interseccional na formulação das políticas públicas é um dos dificultadores enfrentados pelas mulheres atendidas no CRMM-CR no tocante a garantia de seus direitos.

Nesse sentido, o desmonte e a precarização das políticas públicas, a distância dos equipamentos de atendimento e proteção do território em que residem essas mulheres, a dificuldade no acesso e cumprimento de medidas

protetivas decorrente do território em que moram e o receio de acessarem a polícia e a justiça só demonstram a defasagem desses mecanismos de proteção social no que tange a promoção da assistência às mulheres em situação de violência de gênero.

Sendo assim, discutiremos no tema a seguir as estratégias locais desenvolvidas para superação das dificuldades aqui apresentadas no âmbito da garantia de direitos.

Estratégias locais e autonomia

No que se refere as estratégias locais desenvolvidas para enfrentar as dificuldades encontradas na garantia de direitos das mulheres atendidas pelo CRMM- CR, os (as) profissionais citaram o reconhecimento da rede de apoio dessas mulheres, a parceria com as instituições locais e o próprio incentivo à autonomia dessa população.

Uma das pessoas entrevistadas citou redes de apoio como a família, grupos religiosos, amigos, e as instituições presentes no território, como ONG's e espaços frequentados pelas mulheres, como algumas das estratégias locais encontradas no processo de superação da violência de gênero.

Entrevistado (a) 1: Então, a gente procura compreender qual é a rede dessa mulher, a rede informal, então, família, ela frequenta algum grupo religioso ou ela tem algum grupo de amigas, enfim, a gente tem que identificar espaços ou pessoas, indivíduos que possam de alguma forma acolher essa mulher. E tentar de alguma forma garantir, talvez um acesso a algo que ela necessite naquele momento que ela esteja buscando, então a gente faz muitos contatos também com as ONGs que estão lá que são parceiras, que tenha talvez o serviço que a gente acha que seria interessante ela frequentar, ou ela participar. Então, é muito identificar que rede é essa que ela traz também e como é que ela circula na comunidade, como é que ela olha, quais são os espaços que ela frequenta e a partir daí a gente tentar estabelecer contatos. [...] Então é isso, a gente tenta de alguma forma articular e dialogar com esses espaços que ela circula na Maré, tenta perceber como é que ela se relaciona com esse bairro e quais são os espaços que ela costuma frequentar.

Outro (a) entrevistado (a) mencionou o fato da Maré estar próxima ao centro da cidade, possuir uma rede diversa em seu território e ao redor, com serviços de saúde e ONG's, além de estar perto de instituições de pesquisa renomadas no país como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a UFRJ, que disponibilizam

diferentes serviços, dentre eles serviços de alta complexidade em saúde, como o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho.

Entrevistado (a) 4: Dentro do território da Maré a gente tem vários serviços, principalmente, ONGs, então, acho que esses são parceiros importantes, Museu da Maré, Redes de Desenvolvimento da Maré, enfim... Acho que facilita muito o fato da gente ter essa rede regionalizada, mais descentralizada, mais municipal, mais centralizada, então você tem um clínica da família no mesmo lugar onde tem o Centro de Referência, você tem uma UPA, você tem o CAPS Manguinhos que é logo do outro lado. Então eu acho que a Maré não é um lugar tão desguarnecido de serviços[...] A gente tem o Fundão muito perto da Maré, então algumas coisas as mulheres conseguem acessar, como o hospital do Fundão, às vezes conseguem alguma abertura para fazer algum procedimento, enfim, tem a Fiocruz logo em frente, tem algumas coisas muito perto que facilita esse acesso.

A solidariedade construída entre as mulheres atendidas foi destacada como uma potência e estratégia desenvolvida no Centro, ao passo que elas constroem novas redes de cuidado e de apoio mútuo que extrapolam o espaço institucional.

Entrevistado (a) 5: Eu acho que a solidariedade que as mulheres criam entre si, isso é um potencializador, isso é muito potente. Então a gente trabalha isso muito nas oficinas e como uma acaba cuidando da outra, né... Então às vezes, a gente recebe determinadas notícias por uma amiga que fez ali na oficina, aí descobriram que moram perto, aí uma frequenta a casa da outra e aí vem falar: "ah tem que entrar em contato com fulana, com cicrana", aí a assistente social vai ligar, perguntar se está tudo bem, se não quer vir para o atendimento. Então elas vão dando o seu jeito, infelizmente, é o que...

Além disso, a autonomia das mulheres também foi citada como uma das estratégias utilizadas pelo serviço. A autonomia das mulheres é tida como um dos pontos fundamentais da PNEVM, de acordo com o documento, “o poder de decisão sobre suas vidas e corpos deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país” (Brasil, 2007a).

Nesse sentido, um dos (as) entrevistados (as) afirmou que a principal estratégia do CRMM-CR é trabalhar a autonomia das mulheres para que elas possam fazer suas escolhas como sujeito de sua própria história, sem que sejam tuteladas pelo Centro.

Entrevistado (a) 6: Eu acho que a principal estratégia é o desenvolvimento da autonomia porque é dizer para a mulher... [...] Essa autonomia não é o que você quer, faça o que você quiser, é o que você quer, e vamos reunir os instrumentos para você poder fazer, você não quer mais viver na casa com ele, você quer ser abrigada? Você tem uma família? Você tem a quem recorrer? E ela construir. Eu acho que esse é o pulo do gato e é isso que faz vale a pena o trabalho. Ela vai construir com o que ela tem porque se a gente ficar numa perspectiva salvadora, hoje eu vou lá buscar com o carro, hoje eu vou lá levo, hoje eu vou lá... A gente vai criar uma relação de dependência. Então a gente vai tirar a tutela de, sei lá quem seja, do marido, e agora ela vai ficar tutelada no Centro de Referência porque só vai poder andar com as nossas pernas. Quando a gente oferece esse diálogo numa outra abertura dessas possibilidades, ela vai percebendo que ela é um agente, que ela é um sujeito e como um sujeito, ela é dona da própria história e aí sendo dona da própria história, pode contar uma outra história, ela é a protagonista, então, ela começa a perceber que ela pode tomar as próprias decisões e conviver com as decisões [...]

Também abordando o aspecto da autonomia, outros (as) entrevistados (as) afirmaram que as estratégias de trabalho são construídas junto de cada mulher, buscando identificar suas redes, montar planos de segurança e sem demandar que sejam realizadas a denúncia ou a judicialização da situação, por entender que estas são escolhas de cada mulher.

Entrevistado (a) 1: É isso assim, a gente não faz por ela, “ah, tadinha”, não. Ela é um sujeito. Então a gente tenta “oh, vamos pensar juntos aqui como você sai dessa situação. Aí vamos começar a pensar, família, com quem você pode contar? E aí tem um irmão...”. Aí começa, então, você vai traçando com ela um caminho porque às vezes ela não tá conseguindo enxergar, às vezes, as possibilidades que tem ali [...] A autonomia a gente trabalha nesse sentido de tentar criar estratégias junto com ela e também planos de segurança, porque às vezes ela não pode sair de casa naquele momento ou quer sair, mas o cara tá circulando... “Então vamos criar estratégias para você se proteger, como você vai ficar menos vulnerável já que você não tem para onde ir, por exemplo, já que você não tem ninguém perto da sua família”, entendeu? A gente constrói os caminhos junto com ela.

Entrevistado (a) 2: Então, a gente em geral, não fica demandando que a mulher denuncie, que judicialize, nem nada, a gente só tenta pensar junto com ela a partir do material que ela traz a situação que ela traz e a gente dá orientações, a gente sugere: “oh, acho melhor você fazer isso, procura o Nudem, se for o caso, ou denuncie mesmo, se for o caso ou é melhor a gente pensar”. [...] Então, assim, a gente estimula que ela também seja agente da decisão, tentando procurar uma síntese entre a gente prover a elas as possibilidades, os recursos, as alternativas, as ferramentas para poder lidar com aquela situação, mas sem também tutelar, que ela se aproprie daquilo, entendeu?

Por fim, um (a) dos (as) entrevistados (as) afirmou que apesar de não ser oferecido pelo CRMM-CR, o ensino de autodefesa para mulheres pode ser uma

estratégia para lidar com a violência de gênero, trazendo como exemplo a experiência já existente em uma ONG chamada Luta Pela Paz, localizada na Maré.

Entrevistado (a) 6: Gosto da ideia do Luta Pela Paz que tem o grupo de mulheres e tudo mais porque elas estão aprendendo a lutar, literalmente, aprendendo a se defender, mas não é só se defender é de pisar e o cara saber que não pode se meter com ela e aí eu acho que isso é pra tudo, é pros gays, é pros racistas [...] pra responder no plano individual também, não só no plano estrutural coletivo que as vezes fica muito intangível, então não é dizer que não tem que ter política pública, que não tem que ter educação, que não tem que ter conscientização, tem que ter tudo isso, mas a gente tem que dar condições de quando a pessoa estiver sozinha, ela poder responder, porque você não vai estar lá, a instituição não vai estar lá e o denunciamento, principalmente, se você é preto, favelado, não adianta de [nada], entendeu? Você vai denunciar para polícia que vai te revitimizar e, obviamente, as mulheres já tem feito isso, tem mulher que espera o marido dormir e mata, ué? Você vai tratar isso da mesma forma, entendeu? Não tem como, é muito... O cara lá que o estádio inteiro chamou ele de macaco e aí ele deu o dedo e aí ele foi suspenso, entende, não é proporcional, sabe?

Com isso, percebemos que as estratégias locais desenvolvidas para lidar com a violência de gênero contra as mulheres, perpassam o conhecimento e acesso aos recursos territoriais, como a rede de serviços presentes na Maré, a rede de apoio familiar e comunitária de cada uma das usuárias, os laços de solidariedade desenvolvidos entre elas e a autonomia dessas mulheres que são sujeitos de sua própria história.

Reuniões de equipe

Quando perguntados sobre a periodicidade em que os casos são discutidos entre a equipe, os (as) participantes da pesquisa relataram que toda quarta-feira à tarde o CRMM-CR não realiza atendimentos ou qualquer outro tipo de atividade porque este período é reservado para a realização das reuniões de equipe.

A equipe recebe supervisão técnica e acadêmica e as reuniões são organizadas mensalmente da seguinte forma: uma reunião de estudos, duas reuniões de supervisão e um estudo de caso.

Entrevistado (a) 4: Quarta-feira de duas às quatro a gente tem reunião com uma professora da UFRJ toda quarta-feira. Só que essas reuniões são divididas em: duas reuniões no mês são supervisão, então, a gente traz casos, traz problemas

institucionais... então, a questão de a gente estar sem carro, a gente discute na supervisão, o que é possível dentro da universidade de ser feito... enfim. Um dia só para estudo de caso, daí a equipe escreve um caso e compartilha com todo mundo previamente e a gente vai só discutir aquele caso e um dia a pra grupo de estudos que vem um professor convidado, a gente escolhe um tema e a gente discute, o professor escolhe um texto e a gente discute algum tema.

Uma das pessoas entrevistadas relatou que no segundo semestre de 2019 a equipe propôs como tema de estudo o atendimento às mulheres trans, tendo em vista que o reconhecimento desta demanda de trabalho, sobretudo no CRM, que fica dentro do campus universitário do Fundão.

Entrevistado (a) 5: Agora no ano de 2019, no segundo semestre, a gente veio com a proposta de levar convidados para discutir temas específicos, então, o próximo que vai ser dia 27 vai a professora Ludmila falar sobre avaliação de políticas, a gente teve a professora da Faculdade de Educação... que teve um projeto na Maré que é esse projeto de educação, uma coincidência, a gente convidou ela porque ela fala de uma educação não sexista, enfim, aí ela foi em um dos dias. A gente está agora querendo... na semana passada ia a Silvana Marinho, que fala sobre trans, o atendimento às mulheres e homens trans, que também é um perfil que a gente já está começando a ver, principalmente aqui no CRM, então a gente quis trazer a temática da transexualidade para gente poder também conhecer.

Este é um tema importante a ser estudado ao passo que as violências de gênero também se expressam em forma de dominação-exploração de pessoas que não se enquadram nos padrões de gênero pré-estabelecidos na sociedade, ou na heteronormatividade compulsória, como aponta Akotirene (2019) ao falar sobre o cisheteropatriarcado. O debate sobre o atendimento às mulheres trans é atual e integra a agenda contemporânea na defesa de direitos humanos, por isso precisa fazer parte da pauta de estudos e atendimentos prestados pelos centros de referência de atendimento às mulheres em situação de violência de gênero, ainda que a PNEVM não aborde a questão das mulheres trans, apenas a questão da diversidade de orientação sexual. O que demonstra que a equipe tem se atualizado e trabalhado com temas que não se restringem àqueles apontados pela política.

O espaço das reuniões de equipe, supervisões, estudos de caso e grupo de estudo é importante porque permite que os (as) profissionais se atualizem para trabalhar com temas que não se restringem àqueles apontados pela política, e com isso, consigam fazer leituras mais amplas e interseccionais sobre o fenômeno da

violência de gênero contra as mulheres, entendendo que este não é estático e passa por transformações ao longo dos tempos históricos.

Eixo 3: Prevenção

O conceito de enfrentamento adotado pela PNPVM tem como um de seus eixos estruturantes a prevenção do fenômeno da violência de gênero contra as mulheres, de acordo com o documento,

No âmbito preventivo, a Política Nacional prevê o desenvolvimento de ações que desconstruam os mitos e estereótipos de gênero e que modifiquem os padrões sexistas, perpetuadores das desigualdades de poder entre homens e mulheres e da violência contra as mulheres. A prevenção inclui não somente ações educativas, mas também culturais que disseminem atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades de gênero, raça/etnia, geracionais e de valorização da paz (Brasil, 2007a, p. 26).

Dentre as ações citadas estão as campanhas de visibilização do fenômeno e que promovam uma reflexão da sociedade sobre a dominação-exploração do gênero masculino sobre o feminino, que incentivem o rompimento do silenciamento feminino e que foquem na desnaturalização das desigualdades de gênero.

Nesse sentido, perguntamos aos participantes da pesquisa se dentro das atividades desenvolvidas pelo CRMM-CR, eles identificavam alguma ação que pudesse ser caracterizada como uma ação de prevenção da violência de gênero contra as mulheres. Das 6 pessoas entrevistadas, 5 citaram as oficinas sociais desenvolvidas no equipamento como sua principal ação de prevenção. Além das oficinas, foram citadas também as rodas de conversa promovidas para profissionais da saúde, as atividades culturais fora da instituição e a divulgação do CRMM-CR na rede de atendimento.

Entrevistado (a) 1: Eu acho que as oficinas são espaços importantes de prevenção porque participam não só mulheres que sofreram violência como mulheres que nunca sofreram. Elas vão para lá para preencher o tempo delas ou para aprender a ler e a escrever, então, assim, a oficina é um importante espaço para isso porque além da gente fazer oficina, a gente também discute temas relacionados aos direitos humanos das mulheres, relacionado ao cotidiano delas. Então é uma forma de você prevenir também.

Além das oficinas, foram citadas também as rodas de conversa promovidas para profissionais da saúde e com o CMS Vila do João, com o CAPS, as atividades culturais fora da instituição e a divulgação do CRMM-CR na rede de atendimento.

Entrevistado (a) 1: Agora, a gente tem essas atividades com os profissionais, rodas de conversa que a gente faz nos serviços lá da Maré. Então também são formas de prevenir, mas acho que as oficinas também cumprem esse papel.

Entrevistado (a) 2: Então, o que a gente pode considerar como ações preventivas são o Cine Pipoca, as oficinas de forma geral... as oficinas em geral. A mulher não precisa ter sofrido violência para participar, são para as mulheres, então essas são ações preventivas que produzem reflexões sobre o lugar dela também, não só sobre a questão de gênero, a violência institucional, lugar dela na comunidade, questão racial, que vai dando recurso, subsídios para ela poder detectar a violência, poder resistir fora às vezes. Algumas rodas de conversa, seminários, eventos com o posto, com outras instituições da área, com o CAPS que também está ativo ali.

Uma outra atividade de prevenção citada foi a campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, ação que ocorre anualmente no mês de novembro, além das capacitações oferecidas para equipes de saúde e os cursos de formação à distância, como o curso “Tecendo reflexões sobre gênero e raça”.

Entrevistado (a) 6: A gente sempre participa da campanha dos 16 Dias de Ativismo que é uma campanha de conscientização, enfim, e aí a gente faz um monte de atividade que dá conta disso, mas eu acho que esse não é o principal porque ele é pontual, mas eu acho que as próprias oficinas sociais são trabalho de prevenção. A gente tem as mulheres lá que não necessariamente sofrem ou que não necessariamente identificam que sofrem violência e aí discutindo com elas as questões de gênero, de raça, enfim, de violência, a gente vai acessando algumas coisas, elas vão aprendendo com a gente e a gente com elas e eu acho que isso vai prevenindo. [...] Mas tem a formação das equipes que eu acho que também funciona, a gente forma equipes de saúde, a gente tem curso dentro da própria universidade pra várias instruções, a gente discute gênero e raça, acho que todo esse trabalho de formação de equipes é um trabalho de prevenção.

Nesse sentido, tomando como referência as ações de prevenção relatadas pelos (as) profissionais, podemos inferir que a principal atividade identificada como de caráter preventivo são as oficinas sociais e temáticas desenvolvidas no CRMM-CR regularmente. Além disso, as atividades de capacitação ofertadas pelo Centro para outros equipamentos que integram a Rede de Atendimento, rodas de conversa com usuárias nesses outros espaços e as ações pontuais como a

Campanha de 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher também funcionam como atividades voltadas para a promoção de reflexões, em diferentes espaços, sobre a dominação-exploração de gênero em nossa sociedade

Eixo 4: Rede de Atendimento

A articulação do CRMM-CR com os demais equipamentos que integram a Rede de Atendimento foi um dos temas abordados durante as entrevistas. De acordo com a PNEVM, tendo em vista a complexidade da violência de gênero contra as mulheres que perpassa a atuação de diversas políticas públicas e visando mitigar os problemas causados pela rota crítica percorrida pelas mulheres na busca por respostas efetivas do Estado e da sociedade frente à situação de violência de gênero vivenciada, foi desenvolvido o conceito de Rede de Atendimento, que está relacionado a:

[...]atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção (Brasil, 2007a, p. 29).

Nesse sentido, os (as) profissionais citaram as principais instituições e equipamentos que compõem a Rede de Atendimento com os quais o CRMM-CR possui uma articulação, tanto dentro do território da Maré quanto fora.

Dentre as instituições que fazem parte de rede local, foram citadas nas entrevistas: Centro Municipal de Saúde Vila do João, Associação de Moradores, Redes da Maré, Luta Pela Paz e Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). Com destaque para a saúde por meio dos (as) agentes comunitários (as) de saúde dentro do território.

Entrevistado (a) 1: A saúde é uma parceira nossa, por incrível que pareça, as Agentes Comunitárias, principalmente, não todos os profissionais, mas as Agentes Comunitárias são sujeitos muito importantes.

No que diz respeito aos equipamentos que estão fora do território da Maré foram citados: Centro de Referência da Assistência Social Nelson Mandela, Conselho Tutelar, Núcleo Especial de Direito da Mulher e de Vítimas de Violência, Centro Integrado de Assistência à Mulher Márcia Lyra, Centro Especializado de Assistência à Mulher Chiquinha Gonzaga, Centro de Referência Especializado da Assistência Social, Centro de Atenção Psicossocial Manguinhos e Carlos Augusto Magal, Instituto de Psiquiatria da UFRJ, Casas Abrigo, Fundação Santa Cabrini, Delegacia Especial de Atendimento à Mulher, Institutos de Psicologia e Ginecologia da UFRJ, Serviço de Psicologia Aplicada UNISUAM e a Organização Não Governamental Apolônias do Bem.

Apesar de relatarem que o diálogo com estes equipamentos é bom, três profissionais assinalaram que atualmente não existe uma reunião intersetorial da rede de atendimento para discussão dos casos, nem no território nem fora dele. Este tipo de reunião já ocorreu há tempos atrás e hoje não ocorre mais, os profissionais ressaltaram os saldos positivos desta integração intersetorial que repercutem até os dias atuais.

Entrevistado (a) 6: Então, eu acho que o diálogo é bom com a rede, eu acho que tinha uma condição, quando a gente viveu um outro estado de coisas que era se reunir regularmente por mês ou semestral, para poder discutir os encaminhamentos da rede, hoje é mais difícil, mas eu acho que desses tempos áureos, os contatos que se fez e a prática de fazer rede que a gente desenvolveu, elas se mantiveram. A gente se acostumou a fazer rede e a trabalhar em rede então, porque facilita muita coisa, eu acho que a rede funciona dentro do possível.

Entrevistado (a) 1: Nós tínhamos a rede intersetorial, a gente começou muito bem, mas depois pararam, mas a gente tem um grupo, então lá tem vários serviços, tem o CRAS, a Vila Olímpica está ali, o Redes, tem vários serviços ali no grupo, então quando a gente precisa de alguma coisa a gente coloca no grupo ou as vezes eu falo individualmente com aquele profissional.

De acordo com os relatos dos profissionais, no período em que o CRMM-CR não estava abrindo por falta de motorista, a equipe passou a visitar diversos equipamentos da Rede de Atendimento para estreitar os laços de trabalho, assim como conhecer experiências e atividades que já são realizadas em outros Centros de Referência e se espelharem para trazê-las para o CRMM-CR, com exemplo,

um (a) dos (as) entrevistados (as) citou o grupo reflexivo para mulheres já desenvolvido pelo CIAM e CEAM.

Entrevistado (a) 5: [...] a gente está nesse momento aproveitando para conhecer a rede, ontem a gente foi no CEAM e na semana passada a gente foi no CIAM. O CIAM e o CEAM, eu acho que isso vai ser para o futuro, porque nosso maior interesse foi conhecer atividades que elas desenvolvem nos grupos porque a gente tem interesse de fazer um grupo também com as mulheres lá do CRMM, um grupo de reflexão e olhar esses modelos, acho que é bem bacana. Ontem quando a gente foi lá no CEAM até a psicóloga e a assistente social convidaram a gente para ir para participar.

Entrevistado (a) 5: Agora nesse momento que a gente tá fechado, por exemplo, a gente resolveu ir nos serviços que a gente tem parcerias para ver quem está lá, trabalhando lá, conversar melhor o fluxo de encaminhamentos. Daí os estagiários estão indo também, então a gente já foi no NUDEM, foi no CIAM, foi no CEAM, fomos no CAPS, vamos nos SPA's, vamos nos CRAS, no CREAS, no Conselho Tutelar. Enfim, então é uma coisa que é difícil dos serviços conseguirem fazer porque não tem tempo, não tem equipe, mas que a gente está aproveitando esse tempo ruim pra ter algum saldo positivo disso.

Ainda sobre a temática da Rede de Atendimento, perguntamos aos (as) profissionais sobre como funcionam as capacitações para as equipes que integram esta Rede, um dos (as) entrevistados (as) relatou que já participou de cursos e capacitações oferecidos pela Rede e por outros Centros de Referência, sobretudo quando existia uma Rede Capital que articulava todos os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência de gênero da cidade do Rio de Janeiro, mas afirmou que de modo geral, o CRMM-CR tem oferecido mais capacitações para a Rede do que recebido, justamente por ser um serviço da universidade e ter como sua função social não só a assistência como também a formação de outros profissionais.

Entrevistado (a) 6: A rede oferece sim, a rede tinha... Quando a gente era uma Rede Capital mesmo tinha curso oferecido pela rede capital mesmo, do Rio de Janeiro. Mas os parceiros oferecem cursos, então, a gente oferece e eles participam, a gente vai para cursos que eles oferecem dos outros Centros de Referência e tal, mas a gente como é universidade, a gente oferece muito mais do que recebe, e a gente é universidade, então, as pessoas estão olhando pra gente como profissionais formadores, além de profissionais que atendem.

Uma das pessoas entrevistadas relatou que todos (as) os (as) profissionais que entram para a equipe do CRMM-CR, tanto técnicos (as) como estagiários (as), recebem uma capacitação inicial para conhecimento do campo, destacando que o Centro de também um espaço de formação de novos técnicos que trabalharão com situações de violência de gênero contra as mulheres.

Entrevistado (a) 5: Todo profissional, estagiário que entra, a gente faz uma capacitação inicial, uma leitura X de textos, discussão com profissionais. Tem um período, depende se é estagiário, se é profissional, enfim... Ao longo do processo, como a gente funciona como projeto de extensão e a funciona como a situação de compor técnico para trabalhar com mulheres em situação de violência que é o objetivo da formação dos estagiários, a gente está sempre preocupado com essa formação dos estagiários e conseqüentemente a gente entra junto.

Outro (a) profissional afirmou que a equipe do CRMM-CR acaba se autocapacitando quando oferecem cursos para fora, além de terem planos de trazer profissionais de outras políticas, como a previdência social, para capacitá-los internamente. Além disso, um dos (as) entrevistados (as) afirmou que o fato do CRMM-CR ser um projeto de extensão da UFRJ facilita a capacitação da equipe ao passo que a universidade possibilita que esses (as) profissionais estudem e façam pós-graduações ligadas ao tema de trabalho, além disso citou as reuniões internas de grupos de estudos também como um espaço de capacitação,

Entrevistado (a) 5: A gente tem mais oferecido para Rede. [...] Enfim, então, vamos ver aí pra 2020 as propostas que a gente tem, o que a gente vai poder amadurecer em termos de capacitação fora, porque acho que é assim, a gente acaba oferecendo muito mais do que a gente... E a gente se auto capacita, no sentido do curso que a gente oferece, a gente se inscreve. Eu fiz o curso de Gênero e Raça, o curso de Notificação, sou uma das instrutoras, enfim, então a gente está até procurando isso. A gente queria... Eu estava até conversando com [nome suprimido, se referia a outro (a) profissional], a gente queria fazer uma capacitação de Previdência porque isso é uma demanda que aparece para gente, então a gente queria trazer uma assistente social do INSS para poder capacitar a gente.

Entrevistado (a) 6: O fato de estarmos na universidade, mais uma vez, facilita muita coisa porque a universidade entende que a gente tem que estudar, então a capacitação vem, em geral, via pós-graduação porque, em geral, a gente faz pós-graduação sobre o tema, mestrado, doutorado, lato sensu sobre o tema, então essa é uma via da capacitação. A própria supervisão, não a supervisão em si, eu acho que não é uma capacitação, supervisão em si é uma outra coisa profissional, mas os encontros que a gente convencionou incluir, um grupo de estudo por mês. Então a gente estuda um caso por mês, um grupo de estudo por mês e duas supervisões,

mensalmente a gente está recebendo convidado ou lendo um texto para poder discutir assuntos que a gente selecionou como necessários.

Com base das falas supracitadas, compreendemos que existe uma boa interação e diálogo do CRMM-CR com os demais equipamentos que integram a Rede de Atendimento, tanto os que estão dentro da Maré quanto os que estão fora deste território, no tocante aos encaminhamentos e trocas sobre os casos atendidos. No entanto, atualmente inexistente um espaço institucional que reúna os equipamentos da Rede de Atendimento visando uma articulação sistemática por meio de reuniões intersetoriais, como já ocorreu há tempos atrás. Sendo esta uma perda para a própria Rede.

Apesar disto, destacamos a oportuna estratégia de aproximação com outros equipamentos da Rede de Atendimento utilizada pelo Centro, através das visitas institucionais que possibilitam não só conhecer outros serviços e sua forma de funcionamento, como também aprendizagens e trocas de experiências.

Ademais, outro aspecto relevante no tema da capacitação é o fato do CRMM-CR ser um projeto de extensão universitária, o que possibilita que o equipamento não só ofereça cursos de capacitação para outros equipamentos da Rede de Atendimento como também que seus profissionais se capacitem por meio do incentivo a formação continuada oferecido pela universidade.

Eixo 5: Participação e controle social

Um dos princípios fundamentais da PNEVM é a participação e controle social, cujo objetivo é fomentar “o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas” (Brasil, 2007a).

Sobre este tema, um dos (as) profissionais entrevistados (as) relatou que existe uma ausência de mecanismos institucionais para a participação das mulheres na tomada de decisões no CRMM-CR. Este (as) mesmo (a) entrevistado (a) destacou que as decisões sobre as atividades a serem desenvolvidas no equipamento são pensadas a partir do que se observa nas oficinas já em andamento, porém, este espaço não engloba todas as mulheres atendidas pelo Centro, apenas aquelas que participam das oficinas.

Entrevistado (a) 1: Esse é um problema porque a gente, muitas vezes, decide sem a participação das mulheres e isso é complicado porque eu acho que a gente tem que ouvi-las também, na hora de formular uma oficina, na hora de formar uma atividade, ouvi-las, o que elas gostariam de encontrar naquele espaço e hoje a gente não tem esse controle, a gente inclusive não tem instrumento para isso, caixinha de sugestões, a gente não tem, há muito tempo atrás tinha, mas não sei por que a gente não levou isso a frente. Acaba que a gente pensa as atividades a partir do que a gente observa nas oficinas, com aquele grupo específico ali e aí a gente fórmula, mas a gente não tem essa preocupação, infelizmente, de ouvir outras mulheres, mulheres mais jovens, até porque talvez elas estejam trabalhando, essas mais jovens, nesse horário e não estarem lá.

Outro (a) entrevistado (a) afirmou que em geral as decisões sobre quais atividades serão oferecidas no Centro são tomadas pela equipe, apesar de considerar este um erro, o (a) mesmo (a) relata que existe uma dificuldade com relação aos recursos humanos disponíveis para a oferta de atividades. Sendo assim, a equipe depende de ter os recursos humanos para então dar início as ações, citando como exemplo a experiência de uma das estagiárias do serviço que já atuava com a construção de poesias e então passou a trabalhar essa temática com as mulheres no CRMM-CR.

Entrevistado (a) 3: Geralmente é a equipe, as mulheres que retornam nunca tiveram muita participação não. É um erro, mas... é porque é difícil, porque assim, a atividade também depende de ter profissionais, de ter voluntários. É porque de repente elas podem ter uma ideia e a gente não ter como oferecer, então, acaba muito da dificuldade que a gente tem e quando aparece um extensionista, por exemplo, como [nome suprimido] que trabalha com poesia de rua, então, chegou até nós, e aí abriu um processo seletivo... [...] ela apresentou uma proposta de trabalhar essa questão da poesia de rua com as mulheres do CRMM. Então assim, meio que não era uma coisa que a gente planejava antes porque a gente dependia de... Dos recursos, aparecendo a gente vai lá e adapta de alguma forma e encaixa lá.

Um ponto também destacado por uma das pessoas entrevistadas foi a disponibilidade de recursos financeiros para atender às demandas das mulheres no que tange às atividades que elas gostariam de realizar. Para este (a) profissional, as mulheres podem sugerir temas que gostariam que fossem abordados nas oficinas e esses temas serão anotados e considerados pela equipe dentro das possibilidades de realização. Apesar disso, ressaltou que não existe um espaço colegiado em que as decisões possam ser tomadas de maneira conjunta entre as usuárias do serviço e a equipe.

Entrevistado (a) 4: Enquanto elas estão participando podem sugerir: "ah a gente queria muito uma oficina de costura", então, me lembro de uma época em que a outra coordenadora comprou, porque tinha dinheiro, comprou máquinas de costuras, dessas profissionais Singer, sabe? E aí a gente fez uma oficina de costura e tudo, então a gente vai ouvindo, na medida do possível, a gente vai tentando, muitas vezes elas chegam ali na própria acolhida e falam: "ah, mas eu queria que tivesse um curso disso, daquilo, né" e a gente vai anotando e vai vendo o que é possível, mas não existe um colegiado, algo que as mulheres participem, uma reunião com equipe e mulheres para decidir o futuro do Centro, isso não existe.

No tocante a avaliação das atividades em curso, uma das pessoas entrevistadas afirmou que elas ocorrem de maneira escrita, por meio de questionários ou por meio de uma conversa com as usuárias sobre o que foi desenvolvido nas oficinas ao longo de todo o ano. Além disso, também existem as avaliações das atividades desenvolvidas no Centro que ocorrem no decorrer do ano nas reuniões entre os (as) profissionais e estagiários (as) do serviço, onde são ponderados diversos fatores, como os recursos humanos disponíveis, os interesses das usuárias do serviço e as condições materiais existentes para realização das ações.

Entrevistado (a) 6: Em geral, a gente tem uma avaliação que por vezes é escrita, por vezes é só uma conversa do que a gente fez durante o ano. Então, a gente tem a avaliação geral com a equipe inteira é uma vez no ano, com a equipe inteira sobre tudo, obviamente, que durante o trabalho, durante o ano, a gente... Um grupo de alunos com a equipe a gente vai fazendo avaliações do que a gente deve fazer ou não, mas, por exemplo, sobre as oficinas, a gente... as oficinas que estão funcionando hoje, a gente avalia, o que que pesa? Pesa o que a gente já fez, então, a gente avaliou, isso funciona, super funciona, pesa os recursos humanos, quem a gente tem para dar a oficina? [...] Então a gente vai fazer convênio com os cursos, né... Convênio não, selecionar estudantes de tais áreas para gente poder dar essas oficinas. Pesa as próprias mulheres o que elas... A gente faz questionários em geral, esse ano a gente nem vai fazer porque a gente está até agora fechado, mas elas vão colocando quais são os interesses delas, o que elas gostariam que tivesse e a gente vê quais são as condições materiais e de recursos humanos que a gente tem pra fazer aquela oficina.

O (a) mesmo (a) profissional colocou ainda que a supervisão de estagiários nas oficinas auxilia no processo avaliativo das atividades. No entanto, apesar de relatar que existe muito diálogo entre as mulheres e a equipe, este (a) profissional ainda considera que os espaços de participação das usuárias na tomada de decisões no CRMM-CR não são suficientes ou estão aquém do esperado.

Entrevistado (a) 6: [...] o trabalho de supervisão dos estagiários ajuda muito nisso porque ali eles estão no processo de aprendizagem, mas eu acho que ainda é pouco. Eu fico insatisfeito, eu não acho ainda democrático a participação delas, eu acho muito aquém, acho que a gente não conseguiu criar instrumentos para elas interferirem mais, para elas participarem mais, para elas criarem mais as oficinas e os temas. Mas eu acho que já está melhor do que era, mas acho que ainda é pouco, acho que elas ainda ficam muito reféns do que a gente decidiu trazer pra elas, mas a gente está o tempo todo dialogando.

A partir das falas aqui explicitadas podemos compreender que apesar do diálogo aberto existente entre a equipe e as mulheres usuárias do CRMM-CR, como questionários de avaliação das atividades, e os espaços de interlocução onde as mulheres podem colocar suas impressões e interesses no tocante às atividades desenvolvidas, ainda são escassos os canais institucionais de controle e participação social das usuárias na tomada de decisões sobre os rumos da instituição. Vale destacar que a ausência de recursos humanos e orçamentários acaba influenciando diretamente nas possibilidades de diversificação e escolhas de novos temas a serem trabalhados junto com as mulheres no Centro.

No entanto, a concepção de controle social e participação abordada por Bravo e Correia (2012), por exemplo, não se restringe ao âmbito intrainstitucional, está relacionada sobretudo com os mecanismos de controle e participação social dentro das políticas públicas, como saúde, educação, assistência. Esta compreensão sobre controle e participação social ganha força no Brasil a partir do período de redemocratização do país, na saída do processo e ditadura civil-militar instaurado em 1964. Com a efervescência dos movimentos sociais pró-democracia e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a expressão controle social passa a ser utilizada com sinônimo de controle da sociedade civil sobre os aparatos do Estado por meio dos conselhos municipais, estaduais e conferências nacionais de cada política setorial (Bravo & Correia, 2012).

Porém, sabe-se que as leituras maniqueístas que polarizam Estado e sociedade civil como se todo o controle social exercido pela sociedade civil fosse isento de interesses múltiplos e de correlações de forças são reducionistas e ingênuas. Portanto, a leitura que tomamos como referência aqui neste estudo no que diz respeito aos conselhos de participação e controle social afirma que:

Destaca-se que o controle social, na perspectiva das classes subalternas, tem limites no espaço dos conselhos. Não são espaços neutros nem homogêneos, pois neles existe o embate de propostas divergentes para dar o rumo da política específica na direção dos interesses dos segmentos das classes dominantes ou das classes subalternas, lá representados. Isto significa que o controle social é uma possibilidade nesse espaço, dependendo da correlação de forças dentro dos mesmos, que, por sua vez, é resultante da correlação de forças existente no conjunto da sociedade civil (Bravo & Correia, 2012, p. 136-137).

A partir desta afirmação, consideramos fundamental elucidar que a participação tanto das usuárias do CRMM-CR quanto da equipe do serviço nos conselhos de direitos das mulheres da esfera municipal, estadual ou federal é um importante elemento de controle e participação social que não foi mencionado ao longo das entrevistas e poderia contribuir para o exercício de cidadania dessa população sobre o conhecimento e tomada de decisões no que diz respeito a esta política. Vale ressaltar que a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres estabelecida pela Resolução Nº 1 de julho de 2019²⁴, para o período de 24 a 27 de novembro de 2020, foi suspensa pelo contexto de pandemia mundial causada pelo novo coronavírus²⁵.

Eixo 6: Sugestões

Ao final das entrevistas perguntamos aos (as) profissionais se haveria alguma sugestão para a melhora dos atendimentos prestados às mulheres em situação de violência de gênero, tanto no CRMM-CR como na Rede de Atendimento, de modo geral.

Para a melhoria dos atendimentos no CRMM-CR foram citadas as seguintes sugestões: aumento de recursos humanos, a criação de um fluxo intersetorial de atendimento na Maré, sensibilização dos servidores da UFRJ sobre o que é a Maré e suas potencialidades, fazer mais atividades externas em articulação com a rede do território, circular por outros serviços da Maré, fazer mais divulgação sobre o Centro dentro do território, ter mais manutenção na infraestrutura do Centro, realizar capacitações permanentes e oferecer curso de autodefesa para mulheres.

²⁴ Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1-de-5-de-julho-de-2019-211214952>>.

²⁵ Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/nota-oficial-2013-v-conferencia-de-politicas-para-as-mulheres>>.

Entrevista (a) 1: Acho que a gente precisava ter mais profissional, principalmente de psicologia e serviço social para atuar junto às mulheres, eu acho que a gente precisava, em tendo mais gente para poder ficar no CRMM para fazer funcionar, que a gente pudesse ter profissionais excedentes, digamos assim, para gente poder fazer atividades externas, eu acho que falta um pouco da gente, junto com os estagiários, podermos circular pelos outros serviços dentro da Maré. [...] A gente acaba, porque a gente precisa fazer a Maré funcionar, a gente não consegue participar dos eventos, de todos que a gente é convidado ou fazer algumas parceiras mais efetivas, sei lá, fazer uma roda de conversa sobre gênero e papéis sociais no Museu da Maré, por exemplo, sabe? Seria super interessante, eles já teriam o público deles, acho que falta um pouco a gente circular mais pela Maré, se fazer mais conhecido, né e daí eu acho que entra na questão da equipe técnica que é reduzida, né.

Entrevistado (a) 1: Eu acho também a criação de um fluxo de atendimento a essas mulheres, porque o que acontece, eu atendo a mesma mulher que é atendida pelo posto, por exemplo, às vezes eles notificam o caso e tudo mas só que a gente não fica sabendo, por exemplo, então, por que não encaminhar esse caso notificado pra gente, por exemplo, e para gente poder se articular e fazer um atendimento em conjunto, mais articulado. Então, talvez o fluxo de informação, um fluxo na Maré porque é diferente de um fluxo de atendimento para quem está fora, então assim, “ah, da Delegacia para o CIAM”, por exemplo, a área programática do centro, então tem um fluxo, a DEAM já sabe que tem o CIAM ali na saída que é perto, então a mulher vai na delegacia já sai com o encaminhamento para o CIAM que encaminha pra Defensoria Pública que é mais para frente, então, existe já um concerto.

Com relação às melhorias propostas para a Rede de Atendimento com um todo, foram citadas: ter um olhar interseccional para os atendimentos, abordar a temática da violência de gênero contra as mulheres nos diferentes cursos de graduação, voltar a ter reuniões de rede com todos os equipamentos que integram a Rede de Atendimento no município, ter um (a) gestor (a) de políticas para as mulheres no município que ocupe o cargo por pelo menos um ano.

Entrevistado (a) 1: Eu acho que esse é o desafio, é ter esse olhar interseccional que eu acho que é difícil, traria uma qualidade no atendimento dessas mulheres.

Entrevistado (a) 5: Acho que em primeiro lugar, ter uma reunião de rede municipal, acho fundamental, assim, segundo lugar, ter um gestor que pare, que fique aí pelo menos um ano, sabe, porque não fica ninguém... Mas principalmente, uma reunião para os serviços poderem conversar, dialogar, pensar no que pode ser feito porque, enfim, ter financiamento eu nem vou dizer, mas enfim, em tempos escassos de financiamento, de dinheiro, a gente precisa se solidarizar com o trabalho do outro, se a gente puder conversar, puder trocar, a gente consegue minimamente fazer algumas coisas andarem.

Foram mencionados também os rebatimentos do contexto político atual na conformação da política de proteção às mulheres em situação de violência de gênero na cidade do Rio de Janeiro, primeiro quando a Secretaria de Políticas para a Mulher perde seu status se torna uma subsecretaria vinculada à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, e posteriormente, com as constantes rotatividade nos cargos de chefia e gestão da subsecretaria, o que não permite uma continuidade do trabalho, culminando no desmonte do organismo governamental e no enfraquecimento da política.

Além disso, foi destacado um problema conceitual entre política para as mulheres e a política de assistência social, já que a assistência possui uma perspectiva familiarista²⁶ enquanto a política para as mulheres possui uma perspectiva feminista que aponta que a família pode ser também um espaço da violação de direitos e da violência de gênero.

Entrevistado (a) 5: Acho que desde 2012 para cá, 2014 para cá a gente já deve ter tido sete, oito subsecretários e no âmbito do município, a gente perdeu status, a gente era uma secretaria de política para mulheres, viramos subsecretaria, agora a gente tá dentro da assistência, então, a gente tem uma questão com a assistência forte, porque a assistência social, ela tem uma perspectiva familiarista e a política para as mulheres, a gente tem uma política feminista e que muitas vezes a perspectiva familiarista, essa coisa, a família é o lugar mais perigoso para mulher muitas vezes. Então, tem um embate forte e a gente está submetido a essa perspectiva agora, enfim, acho que tem uma questão macro aí que engole a gente, que cada hora é uma pessoa diferente à frente, aí quer mudar tudo, aí muda assessor, enfim, então a gente não consegue fazer as coisas, o trabalho seguir. Então, a gente hoje em dia não tem as reuniões de rede.

Ressalta-se que a realocação das antigas Secretarias de Políticas para as Mulheres como subsecretarias é uma realidade não só no âmbito municipal²⁷ como também nos demais entes federativos, estado²⁸ e união federal²⁹, o que

²⁶ Este modelo protetivo denominado ‘neo-liberalismo familiarista’ por De Martino (2001) apud Mito (2008, p.139), compreende que a proteção social cabe preferencialmente a família e que o Estado pode reduzir os serviços públicos enquanto proteção. Tal modelo ancora-se no discurso (ideológico) recorrente de apelo ao solidarismo e ao voluntarismo do mercado, da família e da sua rede de sociabilidade, que enquanto parceiros contribuem para a “redução” do papel protetivo do Estado na garantia dos direitos sociais. E à medida que delega a família em primeira instância a proteção de todos os seus membros. Leva-nos a recorrer às análises de Sunkel (2006), Mito (2008) e Saraceno (1997) a respeito do papel da família no modelo protetivo, que quando ela é o pilar central da proteção social, nomina-se modelo familista (CASTILHO & CARLÓTO; 2010, p. 18).

²⁷ Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smasdh/conheca-a-secretaria>>.

²⁸ Disponível em: <http://www.rj.gov.br/secretaria/PaginaDetalhe.aspx?id_pagina=3319>.

aponta para uma tendência de subordinação à política de assistência social, causando rebatimentos diretos em suas ações e também seu financiamento.

Tomando como referência as falas supracitadas, podemos perceber que as principais sugestões para melhoria dos atendimentos estão relacionadas ao aumento dos recursos humanos no CRMM-CR, a maior divulgação e articulação do Centro com outros equipamentos da Rede de Atendimento que estão dentro do território da Maré, a capacitação permanente da equipe, a inclusão de uma perspectiva interseccional nos atendimentos, criação de um fluxo intersetorial de encaminhamentos dentro da Maré e ter uma reunião de rede com todos os equipamentos voltados para o atendimento de mulheres em situação de violência de gênero no município.

²⁹ Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/>>.

4 Considerações Finais

Neste estudo buscou-se analisar a implementação da PNEVM em um contexto local, a partir da atuação do CRMM-CR, projeto de extensão do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH), Órgão Suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CFCH/UFRJ), localizado na Via do João, sub-bairro do complexo de favelas da Maré, que integra a Rede de Atendimento às Mulheres em situação de Violência do município do Rio de Janeiro.

No percurso dessa dissertação atravessamos discussões teórico-conceituais preocupadas em situar o debate em torno da violência de gênero contra as mulheres. Tal debate buscou a conceituação de diversas categorias como gênero, raça, classe, patriarcado, violência, território e colonialidade.

Para a leitura e articulação destas categorias foi utilizado o aporte teórico-metodológico e analítico da interseccionalidade, que destaca o imbricamento indissociável entre gênero, raça e classe para a leitura e compreensão do fenômeno da violência de gênero contra as mulheres no Brasil.

Em seguida, realizamos um breve resgate histórico quanto a formulação das políticas de proteção às mulheres em situação de violência de gênero no âmbito internacional e nacional. Destacou-se as correlações de forças presentes e a atuação fundamental do movimento feminista e de mulheres ao pressionarem o Estado brasileiro para que este promovesse políticas efetivas que garantissem os direitos das mulheres no país.

Nesse sentido, foram explicitadas as principais conferências e tratados internacionais dos quais o Brasil se torna signatário, sobretudo a partir da década de 1980 até a promulgação da PNECM em 2007, abordando a noção de rede de atendimento trazida por ela, bem como seus quatro eixos estruturantes: a prevenção, a assistência, enfrentamento e combate, bem como o acesso e a garantia de direitos.

A partir deste panorama, foram abordadas a história do CRMM-CR e a história do bairro em que o Centro está inserido, o complexo de favelas da Maré.

Para então apresentarmos o percurso metodológico traçado no estudo e os recursos utilizados na análise dos dados produzidos. Foram analisadas entrevistas semiestruturadas realizadas com seis profissionais que integram a equipe do CRMM-CR.

Sendo assim, com base no aporte teórico exposto neste estudo e nas análises dos dados produzidos, podemos afirmar a que a implementação da PNEVM em um contexto local aponta para a transformação de suas ações e objetivos visando corresponder às necessidades postas naquela realidade e contexto social. A discussão em torno dos resultados não buscou avaliar se a política foi totalmente ou parcialmente implementada, mas sim as especificidades de sua adaptação à realidade local a partir dos recursos institucionais disponíveis, das especificidades do território em que o equipamento está instalado, bem como da conjuntura política e social atual da sociedade brasileira.

Os resultados demonstram que a realidade local implica em demandas que ampliam e contestam o texto original da PNEVC, da Norma Técnica Operacional dos Centros de Referência para Mulher em Situação de Violência e do próprio projeto do CRMM-CR.

Dentre as especificidades do Centro, sublinha-se que o público alvo do equipamento não é composto apenas por mulheres que já vivenciaram ou vivenciam situações de violência de gênero. O Centro está aberto para atender diversas mulheres, prioritariamente a partir dos 18 anos, estando em situação de violência ou não. Mas em um contexto de uma sociedade patriarcal e pautada na hierarquia e desigualdade de gênero, a violência de gênero se apresenta como estrutural, atingindo todas as mulheres em suas diferentes faixas etárias. Nesse sentido, apesar dos profissionais afirmarem que nem todas as mulheres que buscam o Centro estão necessariamente vivenciando alguma situação de violência doméstica ou perpetrada por parceiros íntimos, podemos afirmar que todas as mulheres que buscam o equipamento sofrem em alguma medida violências de gênero. Esta afirmação baseia-se na compreensão de que o fato desta população buscar o equipamento para receberem qualquer tipo de orientação ou acessar às oficinas ali ofertadas já demonstra que elas não vivenciam apenas um tipo específico de violência, mas sim múltiplas violências que não são estanques e se expressam de diversas formas ao longo de suas vidas. São elas violências

estruturais de gênero, raciais e de desigualdades de classe, as violências institucionais presentes na dinâmica do território, inúmeras vezes legitimadas e perpetradas pelo Estado e pelo modelo de sociedade baseado na dominação-exploração de gênero, raça e classe.

Frente às especificidades territoriais e visando não estigmatizar o serviço nem suas usuárias, o CRMM-CR é um local de referência para todas as mulheres que estejam buscando por orientações sobre direitos sociais. O equipamento também representa um espaço de integração para as mulheres que desejam participar das oficinas sociais ali ofertadas. Destacamos este como um ponto positivo pois não toma a violência doméstica como um critério necessário e exclusivo para que as mulheres consigam acessar ao serviço.

Vale ressaltar que o fato de o CRMM-CR acolher demandas do território inicialmente não previstas nos objetivos das normativas não pode ser lido como mero automatismo do cotidiano do serviço. A formação e perspectiva de trabalho dos (as) profissionais é que sustenta e viabiliza a ampliação do escopo de sua atuação.

As violências estruturais e institucionais materializadas por meio de conflitos armados frequentes no território, dificultam o acesso das mulheres ao serviço trazendo impactos diretos para suas vidas, assim como para o funcionamento do equipamento e a saúde dos (as) trabalhadores (as) do CRMM-CR, ao passo que também estão em risco. Decorrente da insegurança causada por estes conflitos armados, o CRMM-CR possui um protocolo de segurança para a equipe. Um dos aspectos deste protocolo é que a equipe, ou seja, profissionais e estagiários (as), só podem entrar na Maré com um carro institucional. No entanto, por conta da ausência de motorista, a instituição ficou fechada por três meses no final do ano de 2019.

Como dificultadores da garantia de direitos das mulheres ali atendidas, foram apontadas não só a insegurança causada pelos conflitos armados presentes na dinâmica territorial, como também o racismo estrutural e o desmonte e precarização das políticas públicas, como saúde, assistência social, previdência e etc. Paradoxalmente, as dificuldades encontradas para a efetivação do trabalho do CRMM-CR se relacionam com as demandas emergentes entre as mulheres assistidas.

Em contrapartida, foram apontados como facilitadores do acesso o fato do CRMM-CR estar dentro do território em que residem suas usuárias e no mesmo terreno do CMS Vila do João. Estes dois aspectos possibilitam que as mulheres frequentem o serviço sem que necessariamente se perceba que estão buscando um atendimento sobre alguma situação de violência, assim como permite que não tenham gastos com o deslocamento até o local de atendimento, já que o Centro está próximo de sua residência. Além do acesso físico, o fato de o Centro não limitar as demandas e estar aberto para todas as questões, e ter a estratégia das oficinas sociais também como porta de entrada para o serviço, qualifica o acesso das mulheres ao equipamento.

Apesar das dificuldades encontradas, foram apontadas as principais estratégias desenvolvidas no serviço para o atendimento das mulheres em situação de violência de gênero neste contexto local, sendo elas: o desenvolvimento da autonomia das usuárias do serviço, as oficinas sociais, o trabalho preventivo, o trabalho articulado com a rede de apoio dessas mulheres e a parceria com a rede de atendimento disponível no território.

No que tange os recursos institucionais do CRMM-CR, sublinha-se que apesar da estrutura física do equipamento ser satisfatória, faltam manutenções periódicas nos bens permanentes. Além disso, os (as) profissionais entrevistados (as) ressaltaram a falta de recursos humanos no serviço que conta, atualmente, com uma equipe de trabalho reduzida, tendo, por exemplo, apenas um psicólogo que divide sua carga horária semanal de trabalho entre dois centros de referência da UFRJ, o que traz rebatimentos diretos na sobrecarga de trabalho da equipe e também na saúde destes (as) trabalhadores (as).

Um ponto positivo no que tange a organização do serviço, diz respeito a realização de reuniões de equipe semanais voltadas não só para a discussão dos casos atendidos no equipamento como também para o estudo de temas que perpassam o cotidiano de trabalho naquele território, como o racismo estrutural e desigualdades de classe.

Apesar do cenário de muito diálogo e preocupação da equipe com os interesses e expectativas das usuárias sobre o serviço, salientamos que a ausência de mecanismos institucionais de controle e participação social pode trazer perdas para o serviço.

Com isso, concluímos que a despeito do contexto político adverso enfrentado pelo país no que tange ao recrudescimento dos direitos e proteções sociais, e da PNEVM não possuir em seu escopo uma metodologia de intervenção interseccional, as exigências postas na realidade local em que está inserido o CRMM-CR e o olhar atento e aberto da equipe para essas demandas, contribuem para que o trabalho realizado no equipamento articule em suas ações três categorias fundamentais no trato da violência de gênero contra as mulheres no Brasil, gênero, raça e classe. Nesse sentido, concordamos com Pougy (2010) ao afirmar que:

O desafio enorme em tempos de consolidação da política de enfrentamento da violência contra a mulher é estimular práticas de atenção que busquem revitalizar a condição de cidadã das mulheres em situação de violação de direitos, independentemente dos lugares em que se manifestam a violência e atenção (Pougy, 2012, p. 80).

Nesse sentido, afirmamos que urge a incorporação do enfoque feminista negro interseccional não só no âmbito da implementação das políticas voltadas para a proteção das mulheres em situação de violência de gênero, como também em seu planejamento e formulação. Para que possamos, assim, superar a concepção universalista do ser social mulher e consequentemente a invisibilização e o negligenciamento do Estado às especificidades e necessidades das populações que historicamente mais sofrem com as violências estruturais de gênero, raça e classe materializadas nos contextos e territórios locais.

5

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. In: RIBEIRO, D. (Coord.). **Feminismos Plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. L. de. Racismo Estrutural. In: RIBEIRO, D. (Coord.). **Feminismos Plurais**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, S. S. de. Essa violência mal-dita. In: _____. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. (Série Didáticos).

ALMEIDA, S. S. **O atendimento multidisciplinar às vítimas**. In: III SEMINÁRIO CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: A PRÁTICA EM DEBATE, do NAVCV, SEDH da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese). Belo Horizonte, 2003.

ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. do C. B. (Orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUC.

BARSTED, L. L. HERMANN, J.; **As mulheres e os Direitos Humanos**. Ed. Copyright. Rio de Janeiro, 1999.

BORDO, S. R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, A. M.; BORDO, S. R. **Gênero, Corpo, Conhecimento**, 19-41, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 1. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL, **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 1.973**. Brasília, 1º de agosto de 1996.

BRASIL. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília – DR, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília – DF, 2007b.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres / Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília – DF, 2007a.

BRAVO, M; CORREIA, M. Desafios do controle social na atualidade. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. Cap. I.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. [tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC-Campinas]. 2. ed. Campinas, SP: Pawpirus, 1998.

CEPIA. **Balanco das atividades 2000-2002**. Rio de Janeiro, 2002.

CERQUEIRA, D.; LIMA, RS. BUENO, S. et al. **Atlas da Violência**, Brasília: IPEA/FBS 2018.

COLLINS, P. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. In: **Revista Parágrafo**, jan/jun, 2017, v. 5, n. 1, 2017.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, 2002.

CRMM-CR. **Projeto Centro de Referência de Mulheres da Maré**. CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, jun. 2005.

DINIZ, S. G. Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005). In: DINIZ, S. G.; SILVEIRA, L. P.; Mirim L. A., (Orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: Alcances e Limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 15-44.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 5. ed. Ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IANNI, O. A dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50. Jan./Apr. 2004.

KRENZINGER, et. al. **Dores que libertam.** Falas de mulheres das favelas da Maré, no Rio de Janeiro, sobre violências. Ed. Appris, Curitiba, 2018.

LORD, A. **Irmã intrusa, idade, raça, classe e sexo: mulheres redefinindo diferenças.** Tradução de Virgínia Vasconcelos Leal, 2018.

LUGONES, M. **Colonialidad y género.** Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala / Editoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MANSO, F.; CAMPAGNAC, V. **Dossiê Mulher 2019.** 14. ed. Rio de Janeiro: Rio Segurança, 2019.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. – 2. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas.** Rio de Janeiro: Vitória, 1961. v. 1.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** n.1 edições. São Paulo, 2019.

MENDONZA, B. **La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latino-americano.** Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala / Editoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **A violência social sob a perspectiva da saúde pública.** **Cadernos de Saúde pública**, n. 10, p. 7-18, suplemento 1, 1994.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo de interdisciplinar de ação coletiva. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, IV (3), p. 513-531, fev. 1998.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010 a. (Coleção temas sociais).

MOURA, C. Cem anos de abolição do escravismo no Brasil. **Revista Princípios**, n. 15, maio de 1988.

OSÓRIO, J. S. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, Brasília (DF), a. 17, n. 34, jul./dez. 2017.

PENA, M. V. J.; PITANGUY, J. **A questão de gênero no Brasil**. Banco Mundial. Cepia. Brasília – DF, 2003.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14. Ed., rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2013.

POLÍTICAS PÚBLICAS GT6. **Gênero e violência contra as Mulheres**, Universidade Estadual de Londrina, 2016.

POUGY, L. G. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. **Revista Katálises**. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 76-85, jan./jun. 2010.

POUGY, L. G. Referências Teóricas Necessárias à Intervenção com Mulheres que Sofrem Violência. **R. EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57 (Edição Especial), p. 155-172, jan./mar. 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, a. 17, n. 37, 2002.

REDES DA MARÉ. **Censo Populacional da Maré**. Rio de Janeiro, 2013.

REDES DA MARÉ; OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. **Guia de Ruas da Maré**. Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, C. B. A. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. **Cadernos Pagu** (43), jul./dez. 2014.

RODRIGUES, D. N. **A violência estrutural de gênero e as políticas públicas para mulheres no Brasil.** In: IV SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS GT6. Gênero e violência contra as Mulheres, Universidade Estadual de Londrina, 2016.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** (16) 2001: p.115-136.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência.** 1. ed. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. **Revista Lutas sociais**, n. 2, 1997.

SAFFIOTI, H; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência.** Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter. 1995.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, jul./dez. 1995.

SEGATO, R. **La guerra contra las mujeres.** Traficante de Sueños, 2016.

SILVEIRA. L. P. **Serviços de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência.** In: Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: Alcances e Limites. op.cit, p. 49.

SILVEIRA. L. P. Serviços de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência. In: **Vinte e Cinco Anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher: alcances e limites.** São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

SOUZA, L. V. **Violência contra a mulher e iniciativas de enfrentamento: O Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa – Rio de Janeiro – (2000-2013).** Fiocruz. Rio de Janeiro, 2016.

VÁZQUEZ, A. **Filosofia da Práxis.** 2. ed. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil** [Internet]. Brasília - DF: All Type Assessoria Editorial Ltda; 2015.

Apêndices

6.1.

Apêndice 1 – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

Pesquisa: A implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em contexto local: uma análise a partir da experiência do Centro de Referência de Mulheres da Maré - Carminha Rosa

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada: A implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres em contexto local: uma análise a partir da experiência do Centro de Referência de Mulheres da Maré - Carminha Rosa, que tem como objetivo analisar a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no CRMM-CR na Vila do João - Maré.

A pesquisa terá duração de nove (9) meses, com o término previsto para fevereiro de 2020. Sua participação é voluntária e as informações serão obtidas por meio de uma entrevista semiestruturada, a ser realizada em local reservado e os seus dados pessoais serão mantidos em sigilo. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou suspensão do seu consentimento não acarretará em prejuízos. Você não terá custos ou quaisquer compensações financeiras.

De acordo com as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos. Desta forma, os riscos potenciais desta pesquisa estão atrelados ao risco mínimo de incômodo ou desconforto emocional que a participação possa acarretar aos entrevistados (as). Caso ocorra algum incômodo ou desconforto emocional, se desejar, a entrevista poderá ser suspensa com a segurança de que os dados por ela produzidos não serão utilizados durante a análise da pesquisa.

Os benefícios da pesquisa dizem respeito à melhoria da qualidade do atendimento prestada às usuárias da instituição. Os dados produzidos serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, através de códigos e em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. O material coletado, será guardado em arquivo, físico ou digital, sob minha guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Você receberá uma via deste termo onde constam os contatos do Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, da pesquisadora responsável e de sua orientadora, podendo responder suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Caso concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma sua e a outra da pesquisadora responsável.

Contatos

Mestranda Agatha Alves da Silva - Pesquisadora responsável

E-mail: agatha.publi@gmail.com Tel: (21) 993482278

Profª Drª Ariane Rego de Paiva - Orientadora

E-mail: arianerpaiva77@hotmail.com Tel: (21) 99998-1418

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ: Av. Pasteur, 250 - Urca, Rio de Janeiro - RJ, 22290-240. Prédio da Decania do CFCH - Praia Vermelha.

Tel: (21) 3938-5167

Declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento. Recebi uma via assinada deste formulário de consentimento.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do(a) Participante: _____

Assinatura da Pesquisadora: _____

6.2.**Apêndice 2 – Roteiro de entrevista semiestruturada****Identificação**

- N° da entrevista:
- Data:
- Idade:
- Sexo:
- Raça/cor:
- Escolaridade: () fundamental () médio () superior
- Possui pós-graduação:
() sim () não

Se sim, qual?

- Há quanto tempo você atua na área da violência de gênero contra a mulher?
- Tempo na instituição:

Assistência

- Qual é o público alvo do CRMM-CR?
- Como se dá o atendimento a essa população no CRMM-CR?
- Quais são as principais situações de violência relatadas pelas mulheres atendidas no CRMM-CR?
- Quais os entraves no reconhecimento dessas situações de violência por elas?
- O que você acha que facilita e o que dificulta a chegada dessas mulheres ao CRMM-CR?
- Os aspectos de raça e classe são considerados nos atendimentos prestados pelo CRMM-CR?
- A violência urbana interfere no atendimento do CRMM-CR?
- Como a violência contra as mulheres traz impactos para a saúde da população deste território?
- Quais são os recursos disponíveis na instituição - humanos, materiais, financeiros, espaço físico? Você considera que estes recursos são suficientes e adequados? O que poderia melhorar?

Garantia de Direitos

- Quais são as principais dificuldades encontradas para garantia dos direitos das mulheres atendidas no CRMM-CR?
- Quais são as estratégias desenvolvidas para superar essas dificuldades?
- Como é trabalhada a relação entre a proteção à mulher em situação de violência de gênero e a sua autonomia?

- Você poderia me contar casos que considera bem-sucedidos no atendimento às mulheres?
- Em que espaços e em que periodicidade a equipe discute os casos atendidos?

Prevenção

- Você poderia me contar alguma ação de prevenção da violência de gênero contra as mulheres realizada pelo CRMM-CR?

Participação e controle social

- Como são tomadas as decisões sobre as atividades realizadas no CRMM-CR?
- Como são realizadas as avaliações sobre as atividades desenvolvidas? Quem participa?

Rede de Atendimento à Mulheres em Situação de Violência

- Quais são as instituições parceiras na Rede de Atendimento e a Rede de Enfrentamento (instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade) na Maré e no município do Rio de Janeiro? Como se dá a articulação com elas?
- Essa rede oferece cursos de capacitação? Você já participou de algum? Qual sua avaliação sobre ele?
- Como é realizada a capacitação e atividades de formação permanente no CRMM-CR? Qual sua avaliação? O que pode melhorar?

Sugestões

- Você teria alguma sugestão para melhoria do atendimento às mulheres em situação de violência na Maré? E no município do Rio de Janeiro?
- Você gostaria de contribuir sobre algum tema não abordado nesta entrevista e que acredita ser pertinente à pesquisa?